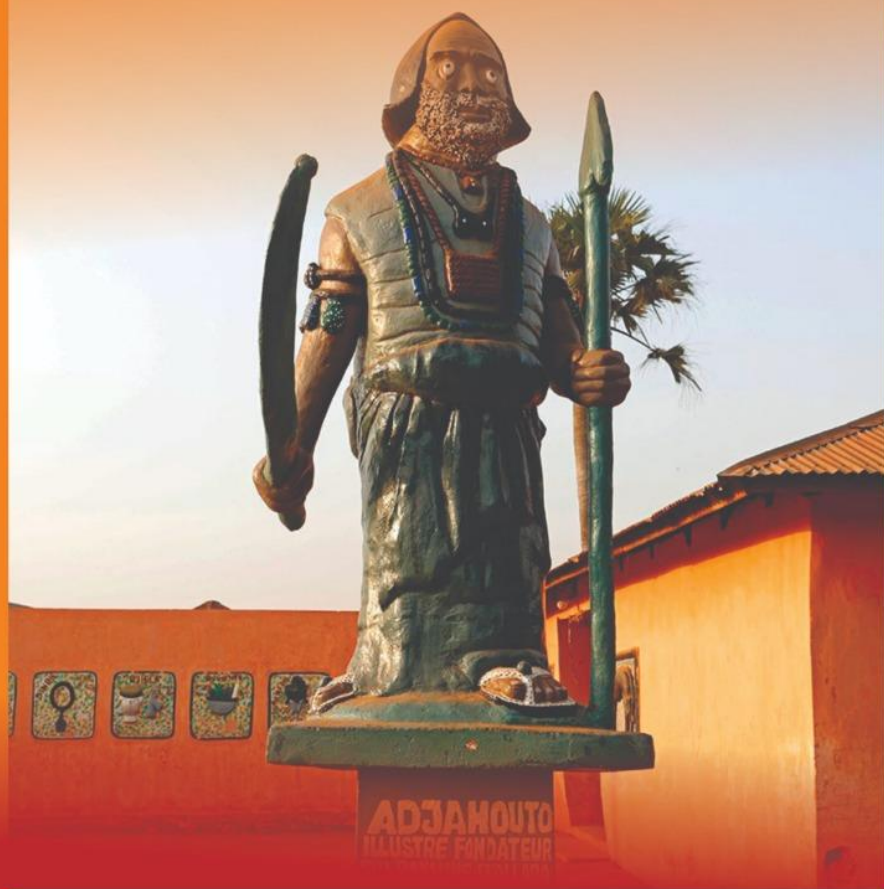


MOHAMED MOUDJABATOU MOUSSA
ANDERSON PEREIRA PORTUGUEZ



DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMBATE À POBREZA EM ÁFRICA OCIDENTAL

Microfinanciamento e promoção da cunicultura em Allada, Benin

**Mohamed Moudjabatou Moussa
Anderson Pereira Portuguez**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E
COMBATE À POBREZA EM
ÁFRICA OCIDENTAL**

**Microfinanciamento e promoção da cunicultura em
Allada, Benin**

**Ituiutaba, MG
2020**



© Anderson Pereira Portuguese; Mohamed Moudjabatou Moussa; 2020.
Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguese.
Revisão: Maria Izabel de Carvalho Pereira
Diagramação: David Luiz Pereira Leite.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.
Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial – Grupo Geografia e Meio Ambiente:

Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Maria Izabel de Carvalho Pereira (Revisora)

Pareceristas:

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Leonardo Pedroso

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Profa. Claudia Neu

Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza em África Ocidental:
microfinanciamento e promoção da cunicultura em Allada, Benin.
Anderson Pereira Portuguese; Mohamed Moudjabatou Moussa.
Ituiutaba: Barlavento, 2020, 154 p.

ISBN: 978-65-5109-000-4

1. Geografia. 2. Microfinanciamento 3. Cunicultura 4. Benin
I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. II. Mohamed Moudjabatou
Moussa.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 Benin: o histórico de um país africano	17
Capítulo 2 A Geografia e o conceito de desenvolvimento socioeconomico	32
<i>Desenvolvimento local</i>	38
<i>Desenvolvimento comunitário</i>	43
<i>A Relação entre conceitos de desenvolvimento territorial e desenvolvimento local</i>	47
Capítulo 3 O microfinanciamento como estratégia de desenvolvimento local.....	53
<i>O microfinanciamento na literatura</i>	55
<i>Os mecanismos de operação das Instituições de Microfinanciamento em Allada</i>	76
Capítulo 4 Produção da cunicultura em Allada.....	92
<i>Diferentes tipos de gaiolas usadas porcunicultores</i>	100
<i>Doenças dos coelhos, higiene e prevenção</i>	112
<i>Gestão técnica da pecuária de coelhos e mitigação de impactos</i>	116
Capítulo 5 Dinâmica da comercialização de coelhos e restrições relacionadas com o desenvolvimento da cunicultura	125
<i>Rentabilidade e destino dos ganhos</i>	128
<i>Destino do lucro ou impacto de crédito das instituições de microfinanças nas condições de vida dos beneficiários</i>	132
<i>Restrições relacionadas ao desenvolvimento e promoção da cunicultura</i>	134

Para concluir.....	139
Referências.....	142
Sobre os autores.....	154

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas a evolução das desigualdades sociais em todo o mundo acentuou o nível de empobrecimento das populações, especialmente nos países em desenvolvimento. O crescimento macroeconômico é insuficiente para conter o aumento do volume de pessoas vulneráveis em todo o mundo (DERRUAU, 1976). Os problemas diários que essas pessoas enfrentam geralmente se referem à insegurança alimentar¹, acesso precário aos cuidados de saúde, de água potável, de educação e de energia elétrica. Em outras palavras, a satisfação das necessidades básicas tornou-se a preocupação permanente das populações vítimas da pobreza extrema.

A dieta das populações na zona intertropical é muitas vezes deficiente em proteína animal, tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos (LEBAS et al, 1996). Isto não se deve apenas a um déficit alimentar e distribuição inadequada dos produtos alimentícios, mas também à renda insuficiente das populações pobres, o que não lhes permite adquirir alimentos essenciais (FAO, 1993).

Como resultado, surgiu uma questão que se impõe aos governos dos países em desenvolvimento e às agências de cooperação. Trata-se de como entender e definir de forma clara o fenômeno da pobreza, que ameaça pessoas todos os dias, a fim de encontrar respostas e estratégias de superação (WOTTO, 2008). Entendemos o fenômeno da pobreza como sendo o estado em que uma pessoa ou família se sujeita a condições degradantes de existência, geralmente em decorrência de rendas inferiores à média de remuneração paga aos trabalhadores de

¹ Entendemos que a Insegurança alimentar corresponde à indisponibilidade de alimentos para uma determinada população, por fatores ligados à produção insuficiente, ineficiência produtiva, elevado valor dos alimentos, baixa qualidade dos gêneros alimentícios ou pobreza estrutural. Uma família é considerada como tendo segurança alimentar quando seus membros não vivem com fome ou sob a ameaça de inanição.

uma determinada sociedade. Tal situação penuriosa faz com que os pobres não tenham acesso a serviços adequados de saúde, habitação, educação e outros (UNESCO, 1997).

Diante dessa situação, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou em 2000 a Declaração do Milênio, propondo um programa abrangente para erradicar a pobreza no mundo. Parte desse programa cuida da questão do microfinanciamento, que possibilita o uso do sistema de crédito específico para a população pobre (BRAND; DUROUSSET, 2005).

O microfinanciamento é uma das ferramentas utilizadas por governos de todo o mundo para reduzir os efeitos da pobreza. Foi formalizado no Benin pela Lei nº 90-018, de 27 de julho de 1990, que regulou a função bancária (FASSINOU, 2007). Porém, apesar de as instituições de microfinanciamento (IMFs) estarem implantando projetos importantes no Benin, juntamente com outras estratégias do governo (investimentos infra estruturais, incentivos ao setor privado e outras) para conter o fenômeno da pobreza extrema, o que se tem observado é um certo desalento da população, que percebe os resultados desse modelo de desenvolvimento com sendo lentos, burocráticos e ocasionalmente inacessíveis à grande massa (OKUMADEWA, 1997, apud MENSAH, 2002).

Os esforços no setor da pecuária e da agricultura em África ainda estão longe de satisfazer as necessidades alimentares das populações (FAO, 2000). Porém, há que se reconhecer que as atividades rurais, incluindo a agricultura, pesca, artesanato e pecuária, são importantes fontes de renda para a população africana superar a pobreza (SÉHO, 2007).

No Benin a produção de alimentos de origem animal é insuficiente em relação à demanda. Esse déficit é preenchido pelas importações cada vez maiores de produtos congelados. A busca de solução duradoura para esse déficit favorece a criação de espécies cuja reprodução seja rápida e prolífica, como é o caso da cunicultura.

Promover o desenvolvimento é uma estratégia essencial e uma oportunidade de aproveitar os recursos naturais locais (AGBANDJI, 2011). O investimento na criação de espécies de ciclo curto é uma alternativa. Entre os animais de criação doméstica, o coelho é a espécie que fornece maior quantidade de carne em pouco espaço de tempo (DJAGO, 2010). Porém, mesmo apresentando essas vantagens, a criação tradicional de coelhos na economia global tem sido insignificante em termos de impacto nos PIBs dos Estados. Por outro lado, com base nas vantagens que proporciona, pode-se vislumbrar a cunicultura como dotada de grande potencial de crescimento (COLIN; LEBAS, 1995).

Neste contexto foi feita a escolha do tema da pesquisa: "Microfinanciamento como estratégias de promoção do desenvolvimento da cunicultura em Allada, Benin, e o combate à pobreza na busca do desenvolvimento local". A escolha do tema se justifica pela oportunidade de entendimento do microfinanciamento e os impactos na promoção e no desenvolvimento da cunicultura em Allada. Saber de quais formas o financiamento afeta a população rural do município revela ainda o alcance de uma autossuficiência alimentar e melhora das condições de vida por meio dos rendimentos advindos da atividade de criação. Nesse quadro, o trabalho empreendeu esforço no sentido de responder as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- a) “Como pensar o conceito de desenvolvimento desde o prisma da Geografia e como aplica-lo à realidade local de Allada?”;
- b) “Quais os diferentes tipos de instituições de microfinanciamento que operam no município de Allada e como realizam a política de financiamento?”;
- c) “As atividades das instituições de microfinanciamento têm algum impacto no desenvolvimento da cunicultura no município de Allada?”;

- d) “Quais as restrições ou dificuldades que se pode verificar como sendo obstáculos ao desenvolvimento local relacionadas à produção de coelhos no município de Allada?”.

O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a contribuição do microfinanciamento para o desenvolvimento e promoção da cunicultura no município de Allada. E como objetivos específicos: a) localizar e caracterizar o município de Allada; b) refletir sobre o conceito de desenvolvimento local na ciência geográfica; c) conhecer a política de microfinanciamento e os impactos no desenvolvimento de Allada; d) avaliar o processo produtivo da cunicultura em Allada e, por fim; e) identificar as restrições ou dificuldades que se pôde verificar como sendo obstáculos ao desenvolvimento local na área estudada.

Para a elaboração desta pesquisa foram examinadas pesquisas já realizadas na área e publicadas em livros, revistas, e no banco de dados da Instituto Nacional de Estatística e Análise Econômica (INSAE – Benin), a fim de construir o embasamento teórico deste trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ainda que alguns dados tenham sido obtidos com uso de questionário. A quantificação, nesse caso, se prestou apenas ao levantamento de dados indiciais que possibilitassem a análise qualitativa dos dados gerais (obtidos com e sem o uso dos questionários). Se está, assim, seguindo o percurso metodológico adotado por Portuguez (2010) para realização de sua tese doutoral. Essa metodologia se enquadra no movimento pós-estruturalista da Geografia, que admite algumas transversalidades paradigmáticas nos procedimentos de coleta e análise de dados.

Creswell (2010, p. 25) afirmou que nas pesquisas qualitativas por vezes aparecem elementos da quantitativa. Nesse caso, a estatística se presta a um papel mais descritivo e o universo de dados enseja, assim, análises pautadas em princípios qualitativos. Desta forma, os dados matemáticos constituíram apenas “um meio para explorar e para entender os significados que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26).

O presente estudo traz uma revisão da literatura que trata de temas afetos ao desenvolvimento local, à cunicultura, à área em estudo e ao microfinanciamento. Nessa mesma linha, realizou-se análise documental, etapa importante para demonstrar como se dá a dinâmica do microfinanciamento no Benin e, mais especificamente, em Allada. Paralelamente, foram efetuadas pesquisa na internet que não só serviram de suporte à revisão bibliográfica e documental, como também permitiram o acesso a bases de dados cartográficos usados para a concepção das figuras que serão apresentadas ao longo do texto. Os centros de documentação visitados, a natureza dos documentos consultados e os tipos de informação recolhidos são resumidos no quadro 1.

Quadro 1 – Revisão da literatura.

Bibliotecas e Centros de Documentação	Natureza dos documentos consultados	Tipos de dados coletados
Biblioteca UFU	Livros	Informações gerais sobre desenvolvimento, desenvolvimento local e comunitário, território
Biblioteca da UAC e Centro de Documentação da FASH e da Geografia	Livros, dissertações, teses, relatórios, revistas, artigos	Informação geral e metodológica
Biblioteca da FASEG	Relatórios, revistas, dissertações	Informações gerais sobre o papel das instituições de microfinanciamento na redução da pobreza e na informação metodológica

Instituto Nacional de Estatística e Análise Econômica	Livros	Informações sobre as estatísticas demográficas da área de estudo e do meio ambiente
Ministério da Economia e Finanças	Livros, relatórios das atividades	Informações sobre os sistemas operacionais das IMFs no Benin; Dados sobre o Programa de Microcrédito para os Mais Pobres
Instituições de microfinanciamento em todas as categorias	Livros, relatórios das atividades	Informações gerais sobre os mecanismos e a adesão ao programa de microcrédito
Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MAEP)	Livros, relatórios	Informações gerais sobre o desenvolvimento da pecuária e o apoio das instituições de microfinanciamento aos agricultores e ao mundo rural em geral
IGN e Câmara Municipal de Allada	Figura administrativa de Allada	Informações gerais sobre os distritos do município de Allada, sobre a localização geográfica da área de estudo e atividades
BIDOC da FSA e o Centro de Documentação da EPAC	Livros, relatórios e legislação	Informação sobre as normas de produção e outras questões relacionadas a coelhos
ABE, INRAB, CARDER de Allada, LABEE	Livros, relatórios e legislação	Informações sobre a produção dos coelhos

Fonte: Análise documental (2018). Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Verifica-se no quadro que vários centros de documentação foram visitados e vários tipos de informações coletados. A análise documental ajudou a entender melhor as articulações, bem como as correlações com

o assunto. As informações recolhidas no centro foram complementadas com a pesquisa de campo.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da revisão bibliográfica e análise documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. O trabalho de campo objetivou a observação e a coleta de dados empíricos e informações junto aos chefes das estruturas das IMFs, para compreender a organização do processo de concessão de créditos e seu reembolso e, junto aos cunicultores, para o entendimento da organização do processo de produção e comercialização de coelhos no município.

Esta etapa compreendeu três fases: a primeira ocorreu de 12 de março a 17 de março de 2018 e consistiu na realização do diagnóstico de campo, visando identificar as instituições das IMFs que operam nesse município e a confrontação entre os instrumentos de pesquisa e a realidade empírica do local. Nesta etapa, foram aplicados questionários semiestruturados aos 9 funcionários das IMFs (1 chef por agência e 2 cobradores selecionados em cada agência em função de sua experiência e tempo de serviço). Portanto, em termos de abrangência, pôde-se colher importantes dados para a pesquisa nas três IMFs que operam em Allada (apêndice A).

Paralelamente, foi visitada a prefeitura do município de Allada para obtenção de documentos e relatórios oficiais sobre o microfinanciamento e as políticas e atividades do setor cunicultor. Um segundo questionário elaborado para os sujeitos sociais ligados ao poder público foi aplicado a 3 agentes da prefeitura (apêndice B).

A segunda fase, ocorreu entre 27 de março e 07 de abril 2018, permitiu identificar os cunicultores e os beneficiários de empréstimos concedidos pelas IMFs. O critério da escolha dos beneficiários foi: ser cliente em uma instituição de microfinanciamento formal e ter pelo menos três anos de benefício; ter 18 anos; ser cunicultor e comerciante de carne de coelhos e ter crédito no momento de investigação. Os

indivíduos que foram pesquisados neste estudo foram apresentados no quadro 2:

Quadro 2 – Principais características dos cunicultores entrevistados.

Distritos	Número de cunicultores por distrito	Entrevistados por localidade	Atividades desenvolvidas pelos entrevistados
Agbanou	27	06	6 produtores, dentre os quais 3 comercializam
Ahouanonzoun	18	05	5 produtores, dentre os quais 4 comercializam
Allada	30	15	15 produtores, dentre os quais 10 comercializam
Attogon	20	05	05 produtores, dentre os quais 03 comercializam
Avakpa	25	02	02 produtores, dentre os quais 01 comercializam
Ayou	22	03	Nenhuma atividade
Hinvi	20	00	Nenhuma atividade
Lissègazoun	17	03	03 produtores, dentre os quais 03 comercializam
Lon-Agonmè	15	00	02 comercializam
Sékou	42	04	04 produtores, dentre os quais 03 comercializam

Togoudo	22	05	05 produtores, dentre os quais 02 comercializam
Tokpa	18	02	02 produtores, dentre os quais 02 comercializam
Total	276	50	50 produtores, dentre os quais 33 comercializam

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise do quadro 2 nos permite dizer que, no município de Allada, foram identificados 276 cunicultores, dos quais 50 recebem créditos das IMF. Portanto, todos eles foram abordados pela pesquisadora para prestarem as informações constantes no questionário destinado à essa etapa da coleta de dados (apêndice C). Os questionários incluíram, entre outras questões, perguntas relacionadas ao perfil, à organização do processo de produção e mecanismos de comercialização, acesso ao crédito e sua gestão, às dificuldades encontradas na obtenção de crédito e as encontradas na criação e comercialização de coelhos.

Também foram coletados mapas junto à Prefeitura, e utilizou-se uma câmera fotográfica para elaboração do acervo de imagens da pesquisa. As observações diretas foram importantes para que a pesquisadora pudesse vivenciar algumas práticas da cunicultura em Allada, sobretudo no que se refere ao manejo das criações.

A terceira fase consistiu na interpretação global dos dados e redação dos textos ora apresentados. Os dados coletados foram analisados manualmente e integrados ao computador por meio de programas de informática como o *Word* e *Excel* 2007. Em seguida, as análises foram feitas levando em consideração os dados da pesquisa documental, afim de estabelecer correlações entre a realidade do campo

e a informação oficial. As informações assim obtidas foram organizadas e permitiram a produção dos gráficos e quadros. Para o processamento das figuras, foram utilizados os *softwares Photoshop e Corel Draw 7*.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro trata brevemente da história da África e do Benin. Esta parte do texto traz a localização geográfica da África e do Benin, em particular, e a história do Benin antes e depois da sua independência, incluindo sua mítica formação étnico-cultural.

O segundo capítulo centrou-se no olhar da geografia sobre o desenvolvimento local e os conceitos correlatos. Visitamos diversos autores que discutiram o conceito de desenvolvimento, desenvolvimento local e desenvolvimento comunitário, para chegarmos às suas relações desses conceitos com o território.

O terceiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o conceito de microfinanciamento, seguida a localização geográfica do município de Allada, as diferentes características das instituições de microfinanciamento e seus impactos no desenvolvimento do município.

O quarto capítulo refere-se às formas de organização da produção da cunicultura em Allada, trazendo detalhes do dinamismo produtivo, suas características e dificuldades.

Por fim, no último capítulo, apresentamos a dinâmica da comercialização dos coelhos, e restrições relacionadas com o desenvolvimento da cunicultura e apresentamos algumas sugestões para o desenvolvimento do setor.

CAPÍTULO 1

BENIN: O HISTÓRICO DE UM PAÍS AFRICANO

A África é um continente que cobre 6% da superfície terrestre e 20% da superfície seca do planeta, com área de 30.415.873 km² (incluindo as ilhas), tornando-se o terceiro maior continente no mundo quando se conta a América como um só continente. Com mais de 1,2 bilhão de habitantes, a África é o segundo continente mais populoso depois da Ásia e representava 16,4% da população mundial em 2016. O continente faz fronteira com o Mar Mediterrâneo ao norte, com o canal de Suez e o Mar Vermelho a nordeste, o Oceano Índico a sudeste e o Oceano Atlântico a oeste.

O continente é considerado o berço da humanidade, onde os ancestrais do homem apareceram pela primeira vez, há cerca de 200 mil anos. Existem 63 países e territórios em África, dos quais 54 são países independentes representados na Organização das Nações Unidas (ONU).

O continente africano é considerado o mais pobre; no entanto, paradoxalmente, é o continente que concentra grande parte das riquezas em matérias-primas do mundo, como petróleo, diamante, ouro, entre outros recursos. Sem esquecer os solos férteis, seus numerosos rios, e seu povo jovem, forte e trabalhador.

A África Ocidental é uma área de terra cobrindo uma parte da África subsaariana. Ela compreende países aproximadamente costeiros ao norte do Golfo da Guiné até o rio Senegal, os países abrangidos pela bacia do rio Níger, bem como os países do Sahel sertão. Na antiguidade, a África Ocidental era um conjunto de reinos e seus impérios com vários povos de riquíssimas culturas e civilizações. Podemos citar, por exemplo, os impérios “Ashanti”, em Gana, “Mandingue”, no Mali, os reinos “Daomé”, “Kouandé”, “Savalou”, do Daomé, e o reino “Oyó”,

na Nigéria. Isso é testemunhado pelas várias línguas faladas, além das línguas europeias, como o francês, inglês, português, espanhol, alemão, entre outras.

Esta região é de fundamental importância para a formação histórica do Brasil, pois foi nela que milhares de africanos foram capturados e transportados para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX na condição de escravizados. Antes da escravidão fazer parte da pauta de comércio exterior de reinos de África Ocidental, alguns países como Moçambique, Angola e Congo também sofreram muito com a comercialização de seres humanos entre os séculos XVI e XIX. Portuguez (2016) elaborou uma figura (figura 1) que mostra as principais cidades de África Ocidental de onde vieram os homens, mulheres e crianças que, uma vez no Brasil na condição de escravizados, ajudaram a formar boa parte da identidade nacional com suas crenças, culturas e saberes.

O Reino do Daomé (ou Reino de Danhome na língua Fon) é um antigo reino africano localizado no sudoeste da atual República do Benin e formou-se entre o século XVII e o final do século XIX. O Danhome desenvolveu-se no planalto de Abomey no início de 1600 e tornou-se potência regional no século XVIII, conquistando cidades importantes na costa atlântica, especialmente o porto de Ouidah, que é uma das mais importantes cidades portuárias do comércio escravagista. De suas praias, saíram milhares de africanos escravizados para o Novo Mundo, em especial para Salvador (BA, Brasil) entre os séculos XVIII e XIX.

Figura 1 – A Costa dos Escravizados.



Fonte: Portuguez (2016, p. 16).

Durante a maior parte dos séculos XVIII e XIX, o reino de Danhome foi um importante estado regional, com o estatuto tributário do reino de Oyo (Nigéria atual), tornando-se um importante centro do comércio atlântico de escravizados². Em 1894 o reino tornou-se parte de África Ocidental Francesa como a colônia de Daomé. Etimologicamente o reino de Dahomey é designado por diferentes nomes e escrito de várias maneiras, incluindo Danxome, Danhome e Fon. O termo "Fon" refere-se ao grupo étnico e linguístico dominante³.

De acordo com a história regional, pesquisada por nomes como Pierre Verger (1980), o nome *Danxomè* significa “na barriga de serpente” e surge a partir de um mito fundador mantido na memória coletiva. De acordo com a tradição oral, Houégbadja, um personagem proveniente de uma das famílias reais da época, quis criar seu próprio reino. Precisava de terras e as pediu para o rei de um pequeno reino, cujo nome era Dã (serpente). Dã aceitou e lhe deu porções de terras. Tempos depois, Houégbadja reivindicou mais espaço para o crescimento do reino, o que o levou novamente pedir terras para Dã, que desta vez recusou-se a ceder lhe mais terras. Dã ficou furioso e perguntou para Houégbadja se ele queria construir seu reino na barriga dele. Houégbadja, por sua vez, não admitiu a recusa. Atacou o rei Dã e seu reino, vencendo-o. Após matar o rei Dã, Houégbadja fez acontecer o preconizado pelo adversário: implantou o pilar central da casa sobre seu corpo, sobre sua barriga.

² Linda M. Heywood, John K. Thornton, *Soundings in Atlantic history: latent structures and intellectual currents, 1500–1830*, Cambridge, Harvard University Press, 2009 (ISBN 978-0-67403276-7), « Kongo and Dahomey, 1660-1815 »

³ Robin Law, « Dahomey and the Slave Trade: Reflections on the Historiography of the Rise of Dahomey », *The Journal of African History*, vol. 27, nº 2, 1986, p. 237-267

O nome do reino deriva, então, dessa passagem da memória coletiva. Dâhomey significa, portanto, "na barriga de serpente"⁴. Essa casa tomou o nome *Danxome* assim como o reino, que se torna anos mais tarde, o mais potente e prestigioso do período monárquico do Benin.

Os sítios históricos ainda existentes em Abomey (figuras 2 e 3) se tornaram locais de estudos e peregrinação para milhares de religiosos brasileiros, que buscam compreender as origens de cultos de matriz africana, cada vez mais populares no Brasil. Religiões afro-brasileiras como a Umbanda e o Candomblé costumam reverenciar ou cultuar divindades populares do Benin, como Dan, por exemplo. Devido à popularização crescente das religiões brasileiras de origem africana, tem-se observado o crescimento no volume de brasileiros que viajam para o Benin e Nigéria para conhecer as origens da cultura religiosa que professam.

De acordo com as tradições locais, as populações de origem Yorubá deixaram a região de Ketou (importante cidade yoruba do atual Benin) no século XVI para se estabelecer na cidade de Tado, perto do rio Mono. Dois grupos étnicos se formaram a partir desse movimento: O Ewe (ou Ehvé) em direção ao oeste (atual Togo) e os Fons (Dauma ou Dahoméén) que se estabelecem no Leste.

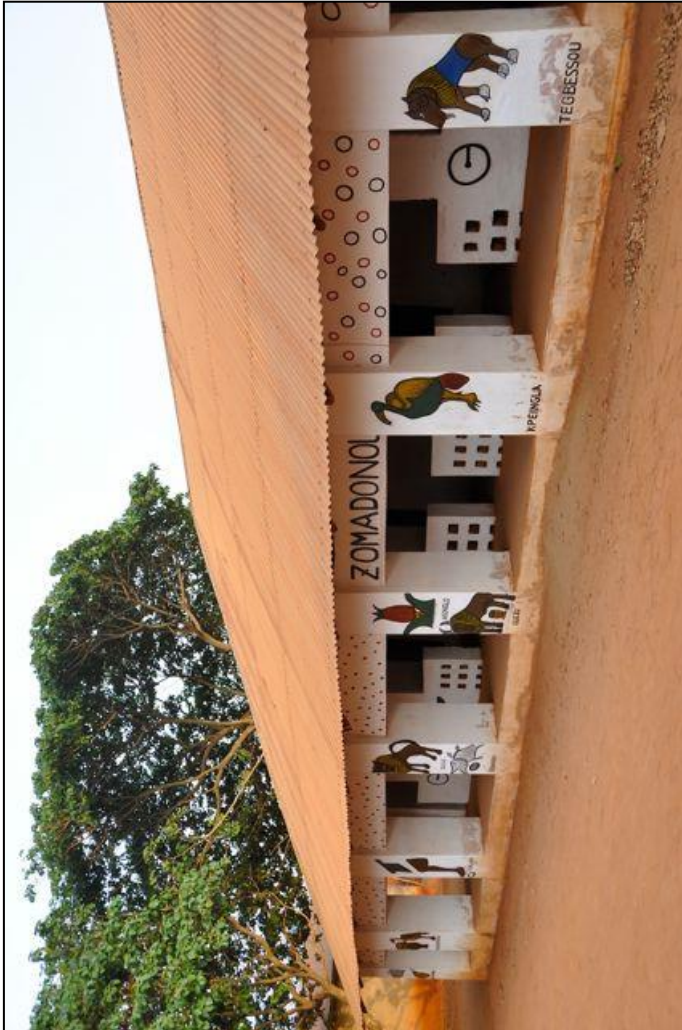
⁴ Anonyme, EXCURSION EN AFRIQUE. Les recits des missionaires, Lightning source UK Ltd, 330 p., P. 140.

Figura 2 - Sítios históricos de Abomey, considerados sagrados por brasileiros praticantes de religiões tradicionais de matriz africana.



Fonte: Destino Benin (2017).

Figura 3 – Sítios históricos de Abomey, considerados sagrados por brasileiros praticantes de religiões tradicionais de matriz africana.



Fonte: Destino Benin (2017).

Os Fons, por volta de 1600, fundaram Allada (Reino de Ardres ou Adra). Então guerras de sucessão levam à formação de dois outros reinos: Abomey e Adjatché (Porto Novo). O reino de Abomey, mais tarde renomeado pelos europeus como "Dahomey"⁵, rapidamente tomou posse de territórios durante guerras de conquista contra seus vizinhos, os Yorubás. Agadja, filho de Houegbadja, terceiro rei de Abomei, é considerado o rei fundador do Daomé (1645-1685). Subiu ao trono em 1718 e começou uma significativa expansão territorial do reino. Em 1724, Agaja conquistou Allada, local de origem da família real de acordo com a tradição oral. Nas fotos que seguem (figuras 4 e 5), vê-se imagens do Palácio Real de Allada, onde parte da história regional é guardada e pode ser visitada pelos turistas que chegam à cidade.

Figura 4 – Mosaicos no Palácio Real de Allada.



Fonte: Destino Benin (2017).

⁵ Linda M. Heywood, John K. Thornton, Soundings in Atlantic history: latent structures and intellectual currents, 1500-1830, Cambridge, Harvard University Press, 2009 (ISBN 978-0-67403276-7), « Kongo and Dahomey, 1660-1815».

Figura 5 – Estátua de Adjamouto no Palácio Real de Allada.



Fonte: Destino Benin (2017).

Como visto, o tamanho do reino cresceu, ampliando-se ao longo da costa do Atlântico e o Daomé foi, aos poucos, se tornando uma potência regional, impondo-se por meio de guerras com os estados vizinhos, sobretudo com o principal da região, o Reino de Oyo (atual Nigéria). O principal período de conflito teria ocorrido entre 1728 e 1740⁶.

O comércio negreiro decaiu após as imposições inglesas, cuja coroa decretou o fim da legalidade de mercado escravagista em 1850. Mesmo com o impedimento imposto pela Inglaterra, muitos navios negreiros zarparam da costa do Benin trazendo escravizados para o Brasil e outros recantos do Novo Mundo. O Brasil, por exemplo, só decretou a abolição formal da escravatura em 1888 (PORTUGUEZ, 2015). É importante enfatizar que a tradição oral ocupa lugar importante na história africana, como afirma Amadou Hâmpaté Bâ (1991). O mito é entendido como elemento cultural essencial na tradição africana, de forma que em muitos recantos ele é considerado um discurso sério, do qual não se ousa duvidar.

As fotos a seguir (figuras 6 e 7) representam um monumento erguido no antigo Porto de Ouidah, por onde os escravizados eram exportados. No relevo do pórtico veem-se referências às humilhações sofridas pelos milhares de seres humanos que por ali passaram em direção ao Novo Mundo.

Conta a tradição que Allada era a capital do reino do mesmo nome e foi criado no século XIII por Adjahouto Yegou. Adjahouto Yegou, nascido de Tenon Guessou, rei de Tado, e Gbekpo, possuía poderes metamórficos. Às vezes se transforma em uma mulher, às vezes em uma pantera, poderes que teria herdado de sua mãe. Ele teria fundado o reino de Allada como resultado de disputas internas de sua família.

⁶ Stanley B. Alpern, « On the Origins of the Amazons of Dahomey », *The Journal of African History*, vol. 25, 1998, p. 9-25.

Figura 6 – Monumento no Porto de Ouidah.



Fonte: Destino Benin (2017).

Figura 7 – Monumento no Porto de Ouidah.



Fonte: Destino Benin (2017).

Armado com poderes espirituais, Adjahouto conseguiu eliminar os principais rivais e fugir de Tado, carregando o símbolo-poder (Kpé em idioma Fon) sobre o qual repousa o poder do reino de Tado. Chegou a um lugar chamada Davie, conhecida como Allada-Adahounsa, e tomou a sede. Decidiu seguir com os planos de eliminar os grupos adversários, a quem infligiu uma esmagadora derrota. Vencedor, volta para Allada, mas continuou a caminhada para se instalar em Togoudo-Goussa (agora Allada-Togoudo) a cerca de três quilômetros de Allada-Adahounsa, onde ele gerenciava todo o reino do qual outros importantes surgiram e por algum tempo prosperaram.

Desde o nascimento até a conquista em 1724 pelos Danxomê (cerca de 5 séculos), o reino de Allada era um Estado monárquico próspero. Era um reino muito envolvido em transações comerciais internacionais desde o século XVI.

A colônia francesa, que inclui o reino de Daomé, Porto-Novo e uma grande área ao norte, leva o nome de Colônia do Daomé. Tornou-se independente em 1 de agosto de 1960 sob o nome de República do Daomé antes de se tornar a República Popular do Benin em 1975⁷, depois a República do Benin em 1990. O país possui uma forma alongada assemelhando-se a uma chave e de acordo com o último censo realizado em 2013, o país possui uma população de 10.008.749 habitantes, sendo que 5.115.704 são mulheres (51.2%). Essa população é repartida sobre uma superfície de 114.763 km², com uma densidade de 59 habitantes por km² (RGPH, 2013).

A maioria da população vive nas planícies costeiras do Sul, onde as maiores cidades do Benin estão concentradas, sendo as principais: Porto Novo (a capital oficial) e Cotonou (sua capital política e econômica). A população beninense é constituída de mais de vinte

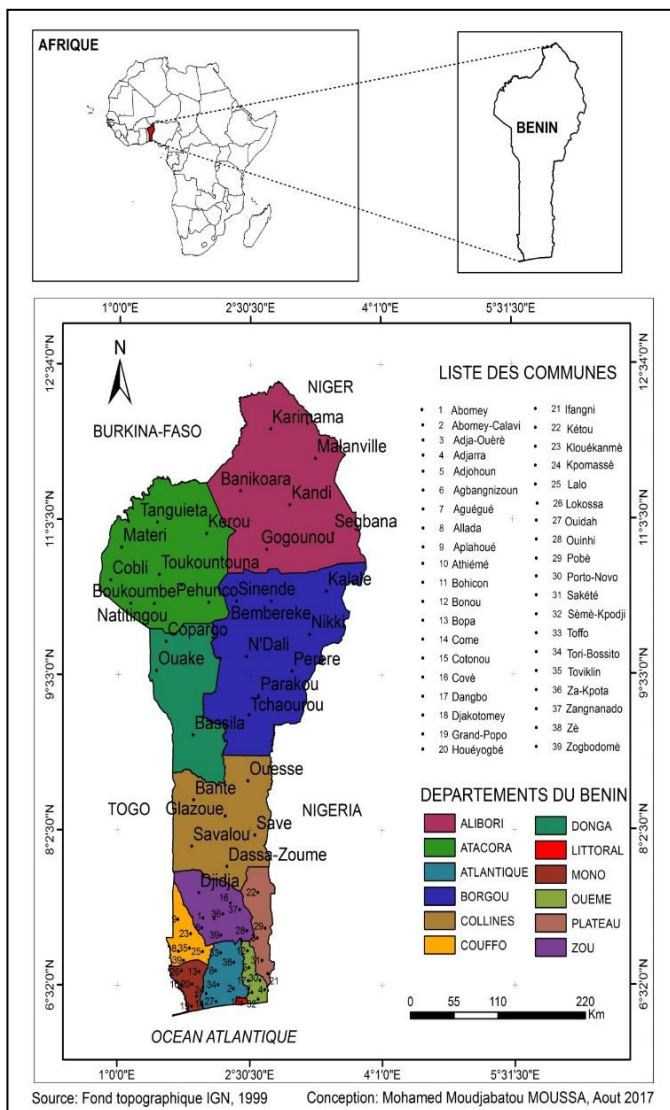
⁷ Robin Law, « Dahomey and the Slave Trade: Reflections on the Historiography of the Rise of Dahomey », *The Journal of African History*, vol. 27, n° 2, 1986, p. 237–267.

grupos socioculturais, cada um com sua história, língua e tradição (INSAE, 2013).

Diferentemente do Brasil, que possui Estados Federados, a República do Benin organiza-se territorialmente em Departamentos, municípios e distritos. Assim, o país subdivide-se em 12 departamentos e 77 municípios (RGPH, 2013) distribuídos em duas macrorregiões: Norte e Sul. Ele é limitado ao norte pela República do Níger e pela República de Burkina-Faso, ao sul pelo Oceano Atlântico, a leste pela República da Nigéria e, a oeste, pela República do Togo.

O mapa que segue (figura 8) apresenta a divisão regional do país, que segue a lógica das chamadas “regiões de planejamento”. No mapa, vê-se no litoral central o Departamento Atlântico, no qual a cidade de Allada acha-se localizada.

Figura 8 – Localização do Benin no continente Africano.



Fonte: Na imagem.

CAPÍTULO 2

A GEOGRAFIA E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO

Ao longo dos anos, o termo desenvolvimento sofreu diversas interpretações e concepções. A questão do desenvolvimento na geografia, como nas outras ciências sociais e humanas, foi abordada de forma indireta associado ao subdesenvolvimento.

Durante a segunda metade do século XX, especialmente desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a situação política e econômica mundial experimentou desequilíbrio sem precedentes com o declínio da Europa após as pesadas consequências da guerra e a emergência dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo surgiram outras questões no cenário político internacional; os aliados tiveram que se proteger contra expansão de ideias comunistas sob a liderança da URSS, antípoda da visão capitalista ocidental. A Guerra Fria realmente começou. Foi neste contexto particular de pós-guerra e grandes movimentos ideológicos que o sucesso de desenvolvimento assume importante dimensão política com a consagração pelo presidente Americano Truman anunciando, no discurso de investidura de 20 de janeiro de 1949, o "Ponto IV" Plano Marshal específico para países subdesenvolvidos. Esta afirmação fica conhecido como, "a era do Desenvolvimento" (RIST, 2001).

De fato, o termo desenvolvimento não foi usado no final da Segunda Guerra Mundial para designar o processo de evolução das sociedades e, certamente, não no Ocidente, onde era preferível o crescimento e o progresso (LES CHANTIERS DE LA GÉOGRAPHIE, 2006). O aumento quantitativo na riqueza de um país não implica automaticamente melhoria nas condições de vida dos habitantes, enquanto o objetivo da política de desenvolvimento é precisamente o aumento do bem-estar de uma determinada população.

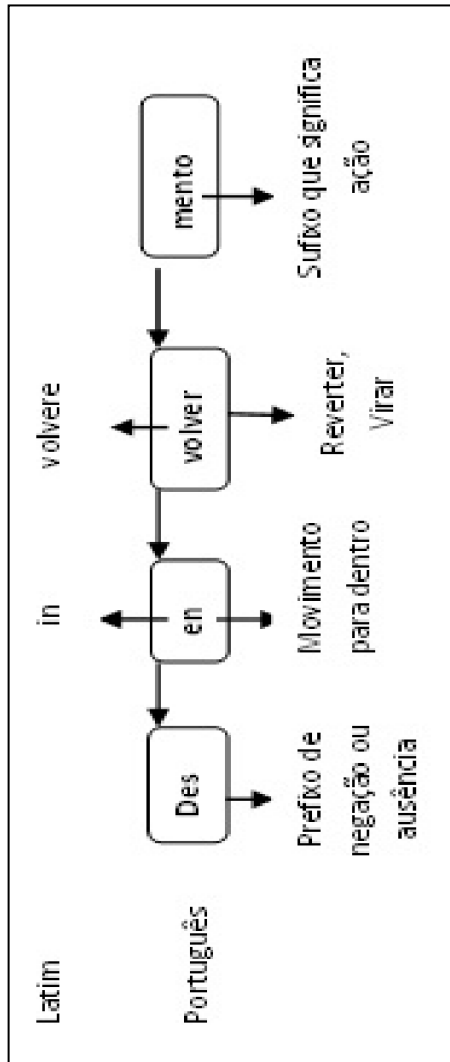
A etimologia reconhece que as palavras nascem e evoluem com o passar do tempo. Conhecer a evolução do significado de uma palavra desde a origem significa descobrir o verdadeiro sentido e conhecê-la de forma completa. Assim, se investigarmos o significado cotidiano da palavra desenvolvimento, iremos encontrar o significado como “o ato ou o efeito de desenvolver, fazer crescer, fazer progredir. Estar em uma velocidade”. A primeira ideia que podemos ter é que desenvolvimento pressupõe crescimento e tem subjacente a ideia de progresso. Da mesma forma, se formos desmembrar o vocábulo iremos nos deparar com a seguinte análise, conforme esquema 1.

Nesta análise, é possível perceber que, com a junção dos elementos que compõem a palavra desenvolvimento, formaremos algo que poderia ser expresso como: “sem movimento para reverter a ação” ou ainda “sem envolvimento”. Isso leva à dedução de que é preciso algo para gerar o movimento e/ou envolvimento. Entretanto, o que seria esse algo? Para qual direção o movimento se conduz? Envolver para quê? As respostas para essas questões dependem do contexto no qual se aplica a palavra.

Na origem, o termo significa descoberta, revelação ou até mesmo esclarecer uma mudança que ocorre de modo sequencial, ordenado e intermediado por estágios bem definidos (início e término), de forma que sua ordem se altera conforme o tempo (CAIDEN; CARAVANTES, 1998).

Tradicionalmente, o termo desenvolvimento, com François Perroux, refere-se a todas as mudanças estruturais que acompanham o crescimento: a transformação das estruturas demográficas, econômicas e sociais (MARIC, 2001).

Esquema 1 – Etimologia da palavra “desenvolvimento”.



Fonte: Adaptação de Diniz (2006).

No relatório, Rist (2001, p. 329) formulou a seguinte definição: O desenvolvimento é um processo que permite aos seres humanos desenvolver a personalidade, tomar consciência de si mesmos e dos seus para levar uma vida digna e gratificante. É um processo que liberta as pessoas do medo da necessidade e da exploração política, econômica e social. É através do desenvolvimento que a independência política adquire seu verdadeiro significado. É apresentado como um processo de crescimento, um movimento que encontra sua fonte na sociedade que em si está evoluindo.

Ainda segundo Rist, o desenvolvimento consiste em um conjunto de práticas, às vezes aparentemente contraditórias, que, para garantir a reprodução social requer transformar e destruir de forma generalizada o ambiente natural e as relações sociais, para uma produção de bens e serviços, destinados, por meio de troca, à demanda solvente.

O design econômico vê o desenvolvimento como um processo de produção, enquanto uma percepção mais recente defendida por organizações internacionais, incluindo o PNUD, afirma que é necessário "vincular a ética e o desenvolvimento" (ASSIDON, 2002) em que o importante deve ser melhorar as condições de vida dos homens. Assim, o PNUD em seus relatórios globais de desenvolvimento humano dá a seguinte definição: "O principal objetivo do desenvolvimento humano é ampliar a gama de opções disponíveis para as pessoas, o que torna o desenvolvimento mais democrático e participativo. Essas escolhas devem incluir oportunidades de acesso a renda e emprego, educação e cuidados de saúde e um ambiente limpo e seguro. O indivíduo também deve ter a oportunidade de participar plenamente das decisões da comunidade e de gozar de liberdades humanas, econômicas e políticas ". Assim, o desenvolvimento não deve apenas visar produzir, mas também melhorar as condições de vida dos homens. Ou seja, suas condições materiais.

De acordo com Kolosy (1997), o desenvolvimento é um processo qualitativo de longo prazo materializado pela transformação das estruturas demográficas, econômicas e sociais (industrialização,

urbanização, evolução de mentalidades e comportamentos...) de um território. Além de sua dimensão econômica, social, cultural, espacial e sustentável, o desenvolvimento é muitas vezes interpretado como um processo de transformação que acompanha o crescimento em uma evolução em longo prazo.

Desde o último quartel do século XX, a concepção global de desenvolvimento sustentou-se em um modo de viver tipicamente ocidental (ou ocidentalizado) das massas populacionais, que a despeito de serem ricos, pobres, ou de classe média, mostram-se altamente consumistas, fúteis, iludidas, filosoficamente equivocadas, manipuláveis politicamente, sugestionáveis em termos psíquicos entre outros aspectos. (PORTUGUEZ, 2015).

O desenvolvimento resumia-se ao processo de ocidentalização, mas questionado, despertando para várias reflexões como: o estudo das desigualdades existentes entre países ricos e pobres, as desfigurações do modelo ocasionadas por depressões cíclicas, guerras destrutivas, instabilidades políticas e intolerância religiosa (CAIDEN; CARAVANTES, 1998).

Para Souza (1993), não existe um conceito universal de desenvolvimento. O autor delimita duas correntes principais acerca do conceito de desenvolvimento: os autores neoclássicos, que estabelecem uma relação de causa e efeito entre crescimento e desenvolvimento econômico, e os autores críticos, como aqueles de tradição Cepalina e Marxista, também chamados de estruturalistas.

Os autores da primeira corrente consideram o subdesenvolvimento como a falta de capacidade de utilização eficiente dos fatores de produção e, como consequência, as economias não conseguem crescer de acordo com as suas possibilidades. Dessa maneira, os modelos de crescimento criados por essa corrente enfatizam apenas a acumulação de capital, homogeneizando as demais condições. Esse é o ponto de crítica dos autores estruturalistas em relação aos autores neoclássicos que julgam o crescimento econômico como sendo “uma simples variação quantitativa do produto, enquanto

o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (SOUZA, 1993, p. 16).

Ainda segundo Souza, o conceito de desenvolvimento econômico se distancia da ideia de crescimento, pois os resultados da expansão econômica podem não beneficiar a população como um todo e ainda podem provocar efeitos perversos como a transferência de excedentes para outros países, aumento da dependência internacional, maior fragilidade diante de crises conjunturais, submissão a decisões externas, entre outros fatores.

Assim, o desenvolvimento é um processo endógeno que é econômico, social e político e promove o desenvolvimento e autonomia de uma população em seu ambiente em mudança. Não é constante, mas evolui e adapta-se às mudanças nas realidades socioeconômicas e políticas das sociedades. Várias razões explicam esta evolução: a ineficiência dos projetos realizados até a década de 1990 para levantar as massas da pobreza e os efeitos negativos da industrialização no meio ambiente (BLANCHET, 2001).

Nesse sentido que Coriolano enfatiza que o desenvolvimento só ocorre quando todas as pessoas se beneficiam, quando atinge o tamanho humano – quando ter uma existência digna, um padrão de vida que garanta saúde da família, bem-estar, comida, vestuário, habitação, cuidados de saúde e de segurança, descanso e recreação. (CORIOLANO, 2003, p. 26-27).

Becker (2000) conclui que para atingir o desenvolvimento é necessário superar dois desafios: primeiro, criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico, cultural e ambiental; segundo, recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.

Veiga (2002) afirma que há uma tendência, ainda geral, do emprego cada vez mais frequente da expressão “desenvolvimento

territorial” ou “desenvolvimento espacial”, o que, segundo o autor, indica a revalorização da dimensão espacial da economia ou pode também refletir o hábito corrente de se acrescentar adjetivos ao termo desenvolvimento. Sobre essa questão, o autor conclui que:

Parece estar havendo, de fato, uma revalorização da dimensão espacial da economia; mas tudo indica que tal evolução está longe de permitir que se considere a expressão “desenvolvimento territorial” como um conceito propriamente dito, além de ser muito cedo para conhecer seus efeitos práticos. (VEIGA, 2002, p. 5).

Abre-se, então, à Geografia, um novo campo de análise, uma vez que o espaço pode ser considerado como expressão do desenvolvimento, sendo o espaço o indicador que baliza se houve ou não desenvolvimento em um dado território. Se o termo "desenvolvimento" é usado principalmente no nível de um país, pode também descrever projetos e práticas, cujo Quadro é subnacional (regional, departamental, intercomunitário...): é então o desenvolvimento local.

Desenvolvimento local

Antes de falar sobre o desenvolvimento local, é imperativo abordar o conceito "local" de forma mais geral. O conceito local é utilizado por diversos autores de forma bastante diversificada, e algumas vezes sem muito critério, mas ele serve tanto para elucidar um bairro, distrito, cidade, região ou até mesmo países.

A OCDE⁸ define a escala local da seguinte forma: "O nível local é o ambiente imediato em que a maioria das empresas - e especialmente

⁸ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional de 35 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas

as pequenas - criam e crescem, encontram serviços e recursos, dos quais depende o seu dinamismo e em que se conectam a redes de intercâmbio de informações e relações técnicas ou comerciais. O nível local, ou seja, uma comunidade de atores públicos e privados oferece um potencial de recursos humanos, financeiros e infraestruturas físicas, educacionais e institucionais cuja mobilização e valorização geram ideias e projetos de desenvolvimento". O local não está fechado em si mesmo, nem na autarquia. Está aberto ao resto do mundo e vive no ritmo da evolução dos territórios vizinhos e do mundo.

O conceito de desenvolvimento local apareceu durante as décadas de 1960-1970 devido às políticas de ordenamento do território implementadas com o objetivo de corrigir grandes desequilíbrios geográficos e socioeconômicos, o que só poderia ser plenamente efetiva baseando-se na estrutura das populações locais, conducente ao cenário em movimento da sociedade civil.

A ideia do desenvolvimento local surge segundo as práticas de desenvolvimento do governo, ou mesmo oposição. Em um contexto político o desenvolvimento local torna-se um processo que produz coesão social por causa da negociação que envolve e do debate público que ele gera. Foram construídos inter-relações e fóruns de diálogo entre atores, tanto com o Estado quanto com as próprias autoridades locais, bem como organizações da sociedade civil. Essa construção ocorreu em uma dinâmica no qual o Estado se reforma em função da relação direta com a apropriação efetiva de novas competências dentro das comunidades territoriais. O desenvolvimento local, através dos debates que ele gera, é, portanto, frequentemente um lugar de emergência da democracia local. Sendo assim, um movimento com dimensões culturais, econômicas e sociais, que busca aumentar o bem-estar de uma sociedade, promover os recursos de um território por e para os grupos que o ocupam (JEAN-CRISTOPHE DEBERRE, 2007).

comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. A sede da OCDE é localizada no *Château de la muette* em Paris, França.

O desenvolvimento local é uma nova abordagem do desenvolvimento baseada em associação, mobilização e participação de forças locais (PECQUEUR, 2000). Esta abordagem do desenvolvimento local é importante na medida em que mobiliza e estimula os elementos e recursos dinâmicos da comunidade para gerar novos projetos, desencadear e apoiar processos individuais e coletivos de mudança e desenvolvimento (VACHON, 2001).

De acordo com Boucher et al (2001), visa-se a valorização de recursos por atores locais organizados em parceria para criar riqueza, trabalho. Segundo este contexto, Mangin (1989) citado por Bonnal (1995) afirma que o desenvolvimento local é para as sociedades locais a capacidade de realocar seu desenvolvimento, dependendo das características do seu espaço: recursos naturais, humano, especificidade do espaço, organização social própria, tradição cultural. Para isso, é necessário que a sociedade recupere certo número de funções neste espaço, mas também operar uma espécie de ruptura com o passado. O desenvolvimento local visa recriar um espaço estruturado por polos, relativamente autônomos, capazes de negociar com o mundo exterior.

De acordo com Olivier de Sardan (1995), é um processo que se origina através das iniciativas dos habitantes dos territórios organizados para fazer escolhas responsáveis, criar uma dinâmica de melhoria das condições locais de vida e defender seus interesses contra os poderes públicos.

Ilboudo (2009) define o desenvolvimento local como um processo dinâmico no qual os atores organizados e mobilizados iniciam e implementam ações em um determinado espaço com vista a melhorar suas condições de vida. Assim, também deve contar com certos elementos básicos, tais como: uma visão comum do desenvolvimento da comunidade, uma reapropriação do espaço coletivo, uma autoanálise das necessidades, a participação das populações, a tomada em consideração de necessidades individuais e coletivas e a criação de uma plataforma de trabalho negociada entre parceiros.

O conceito de desenvolvimento local também foi abordado pelos participantes do simpósio sobre "Desenvolvimento e Gestão Local de Recursos Naturais" organizado em Douala, Camarão, em 1998. De acordo com os participantes, o desenvolvimento local pode ser definido como um processo que visa construir um ambiente melhor. Ser pessoas dentro de um determinado espaço, com uma abordagem em que diferentes atores se encontram, trocam e desenvolvem um projeto de sociedade.

Além da sua dimensão econômica, social, cultural, espacial e sustentável, o desenvolvimento local é muitas vezes interpretado como um processo de transformação que acompanha o crescimento econômico em uma evolução em longo prazo. É o contributo que um pequeno território econômico, cultural e espacial pode dar aos seus habitantes. É uma iniciativa voluntária de atores se juntando em um território de tamanho humano para considerar o futuro do seu território. É uma visão do local no global que vê o território como um sistema em relação a outros sistemas e outros atores. É também um processo que permite a muitos atores de interesses divergentes ou convergentes mobilizarem, unir suas forças para um único objetivo: O desenvolvimento (KOLOSZY, 1997).

A análise do desenvolvimento local, na definição de Enriquez (1997) mostra uma ênfase nas várias dimensões do processo de desenvolvimento e enfatiza o papel dos diversos atores.

[...] um complexo processo de acordo entre os agentes - setores e forças - que interagem dentro dos limites de um território determinado com o propósito de impulsionar um projeto comum que combine a geração de crescimento econômico, equidade, mudança social e cultural, sustentabilidade ecológica, enfoque de gênero, de qualidade e desequilíbrio espacial e territorial com o fim de elevar a qualidade de vida e o bem-estar de cada família e cidadão que vivem nesse território ou localidade [...]. (ENRIQUEZ, 1997, p.16).

Chabi (2011), por sua vez, mostrou que o desenvolvimento local implica vários atores, em particular o estado central e suas instituições

desconcentradas, autoridades locais e cooperativas descentralizadas, parceiros técnicos e financeiros.

[...] O desenvolvimento local é o desenvolvimento do lugar em si, independente de quem esteja à frente do processo. Geralmente o desenvolvimento local é percebido quando uma ou mais atividades conseguem se projetar e melhorar as condições de vida de uma determinada população. Porém, os investidores nem sempre são do lugar, apenas utilizando os recursos sociais e ambientais locais para empreenderem e, assim, logram de alguma forma a melhoria da qualidade de vida do lugar [...]. (PORTUGUEZ, 2016, p. 66).

Do ponto de vista de Portuguez (2016, p. 66), o desenvolvimento local é o desenvolvimento de um lugar graças aos investidores que não são frequentemente da localidade, mas que utilizam recursos sociais e ambientais locais para realizar atividade para melhorar as condições e a qualidade de vida dessas populações e o desenvolvimento com base local é um processo que depende da capacidade dos atores locais de investir em atividades produtivas.

Como observam Martins e Martins (2001) não existe um modelo único de desenvolvimento local, já que suas práticas simbolizam as aplicações em ambientes geográficos, sociais, econômicos e culturais diferentes.

A lei 97-029, de 15 de janeiro de 1999, sobre a organização de municípios na República do Benin confere no seu artigo 82 e seguintes as competências próprias do município e especifica os setores de sua intervenção em conjunto com o Estado e as demais comunidades. Para exercer essas habilidades e melhorar as condições de vida e condições da população, a lei exige que cada município tenha uma estratégia de planejamento local, ou seja, um plano de desenvolvimento local.

No Benin, o desenvolvimento local é percebido como uma vontade política dos atores para promover o desenvolvimento do território em que vivem para melhorar a situação socioeconômica das populações. É um processo que permite que vários atores de interesses

divergentes ou convergentes se mobilizem e se unam para um único objetivo: o desenvolvimento (ADÉBODOUN, 2007). Assim, é o resultado da iniciativa e ação dos homens e mulheres determinados a superar a pobreza ao iniciar o desenvolvimento de seu município.

Ogouwalé (2002), argumenta que o desenvolvimento local é uma oportunidade para reduzir a influência e o impacto da pobreza em comunidades descentralizadas. Misat (2006), define o desenvolvimento local como um processo de progresso de um ambiente subdesenvolvido para promover a melhoria da situação socioeconômica das populações, também é um processo baseado na inovação onde é necessário inventar, adaptar estratégias financeiras e organizacionais. Este atual estudo apresenta que o desenvolvimento local se refere a abordagem voluntária realizada pelas autoridades municipais e locais para o bem-estar social e econômico da Allada.

Desenvolvimento comunitário

Para os autores Yvan e Linda (1998), o desenvolvimento comunitário já foi praticado no final do século XIX nas áreas urbanas da Inglaterra e da França. O objetivo era combater a desorganização social e promover a integração social através de redes de apoio mútuo. Antes da Primeira Guerra Mundial, o governo dos Norte Americanos depende do desenvolvimento da comunidade, que está evoluindo, para desenvolver técnicas agrícolas, educação e condições de vida nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, as relações Norte-Sul são acentuadas e, a partir de 1920, eles observam que o governo britânico usará o desenvolvimento da comunidade para orientar a economia de alguns países do terceiro mundo (Gana e Índia) em benefício da metrópole.

Awono (1990) reúne o desenvolvimento da comunidade para grupos que se juntam às antigas estruturas da aldeia e da solidariedade intervilas (tontines, mútuas, associações religiosas e outros). A atividade rural assume cada vez mais uma série de interesses com as

suas realizações diferentes em áreas tão estratégicas como a produção agrícola, a economia doméstica, o desenvolvimento das infraestruturas sociais e comunitárias, as obras sociais. Assim, as aparências revelam a incrível eficácia da estratégia de desenvolvimento comunitário em estimular a mudança nas comunidades que ainda estão fechadas, liberando-as da inércia mental e das diferentes formas de concepções sociais instituídas pela hierarquia tradicional de papéis e responsabilidades (status social).

De acordo com a OMS (1999), o desenvolvimento comunitário é a forma de trabalhar com base na busca da equidade, da justiça social, da participação e do empoderamento, o que permite que as pessoas identifiquem questões de comum interesse e quem os apoia na ação tomada a este respeito.

Dupont e Hoffman (1992) argumentam que o desenvolvimento comunitário é o processo pelo qual as pessoas veem seus próprios problemas e necessidades e tomam medidas para resolvê-los. O objetivo é o autocuidado. Nesta mesma lógica, Yvan e Linda (1998) afirmam que o desenvolvimento comunitário é uma ação liderada pela população para melhorar suas condições de vida a partir de seus próprios recursos e o uso de técnicas que incentivem a autonomia a iniciativa e a ajuda mútua.

Um processo de desenvolvimento comunitário efetivo pressupõe uma participação ativa dos residentes, que contribuam em direção ao aperfeiçoamento da qualidade de vida da sua própria comunidade criando as suas organizações e estruturas cooperativas. Os residentes envolvem-se não apenas na redução e ou na eliminação de deficiências, mas igualmente na proposta de novas alternativas, sendo que, toda a essência do processo deve assentar em fatos constantes de movimento e mudança. Como afirmam Henderson e Vercseg,

[...] A atividade de desenvolvimento comunitário foca-se sempre no aumento da participação dos envolvidos com os problemas. Por um lado, atividade comunitária é direcionada para as pessoas que precisam, por outro lado é alcançada através

da força da comunidade, ...sendo capaz de realçar as forças que estão inerentes nas comunidades e organizar comunicação e solidariedade entre pessoas [...]. (2010, p. 31).

Desenvolvimento Comunitário, na ótica de Caride, Freitas e Callejas (2007), é um verdadeiro processo de mudança social, capaz de mudar as existências da comunidade através de um compromisso das próprias pessoas nesse mesmo processo de mudanças, apoiando-se em princípios, valores e atitudes de autonomia, cooperação, integridade, paridade, consentimento mútuo entre outros para alcançar os seus propósitos.

O desenvolvimento comunitário é definido como um processo de cooperação voluntária, ajuda mútua e construção de laços sociais entre residentes e instituições de um ambiente local com o objetivo de melhorar as condições de vida nos níveis físico, social e econômico (CHAVIS, 2000, p. 16).

Para Narayan (2004), as ações de desenvolvimento comunitário devem usar as estratégias de capacitação e participação. Para que a participação aconteça requer uma “empowerment”, o que se traduz na expressão “capaz de” ou “tornar possível”. Observamos aqui uma mudança de desenvolvimento por iniciativas e técnicas locais para resolver problemas.

[...] O desenvolvimento comunitário ocorre quando uma determinada comunidade é detentora de todos os meios, mecanismos e etapas do dinamismo econômico local. O próprio planejamento do desenvolvimento é feito de forma coletiva, com clara definição de funções, prazos, etapas e estratégias. Há, nesse caso, um protagonismo das lideranças comunitárias e dos empreendedores locais no sentido de se organizarem e gerirem os processos de desenvolvimento, promovendo a solidariedade e o cooperativismo. Os empreendedores externos são bem-vindos em alguns arranjos locais, mas se submetem aos propósitos das comunidades que os absorvem [...]. (PORTUGUEZ, 2016).

Portuguez (2016) destaca o protagonismo das lideranças comunitárias e dos empreendedores locais para organizarem e gerirem os processos de desenvolvimento, ao passo que promovem a solidariedade e o cooperativismo. Porém, para que o desenvolvimento local ocorra é preciso que a comunidade seja detentora de todos os meios, mecanismos e etapas do dinamismo econômico local.

Assinalamos, agora, quem afirma que o desenvolvimento comunitário é particularmente um conjunto de princípios e práticas visando superar situações de pobreza e de controle das circunstâncias que afetam a vida dos indivíduos de modo a formar uma sociedade unida:

[...] Um conjunto de valores e práticas que têm um papel especial no ultrapassar da pobreza e desvantagem, unindo a sociedade na sua origem e aprofundando a democracia. Há uma profissão de desenvolvimento comunitário definida por padrões de ocupação nacional e um corpo de teoria e experiência retrocedendo a melhor parte de um século. Há cidadãos ativos que utilizam técnicas de desenvolvimento comunitário numa base de voluntariado, e há também outros profissionais e agências que utilizam apenas uma aproximação ou alguns aspetos [...]. (CDF, Federation of CD Learning, 1987).

No Benin, o desenvolvimento comunitário é um processo que permite a vários atores de interesses divergentes ou convergentes mobilizarem e unir sua força por um único objetivo: o desenvolvimento. Como a globalização é uma preocupação do capitalismo mundial, a questão do desenvolvimento comunitário é uma prioridade nacional, pois é vista como uma estratégia operacional para dedicar no médio prazo o aumento significativo da riqueza local e, portanto, a melhoria substancial no padrão de vida das populações de comunidades descentralizadas (Koussihouédé, 2005).

O desenvolvimento comunitário, portanto, responde especificamente a uma necessidade socioeconômica das regiões desfavorecidas da população. É uma especificidade do desenvolvimento local que oferece oportunidades para estratos

desfavorecidos em um território para realizar e participar de atividades com o objetivo de melhorar suas condições socioeconômicas. Douglas apud André (2007) argumenta que o desenvolvimento comunitário é um pacote de ação coletiva voltada para a satisfação de interesses locais com características socioeconômicas.

A Relação entre conceitos de desenvolvimento territorial e desenvolvimento local

Iniciado com Friedrich Ratzel na Alemanha no final do século XIX o conceito de território era tratado a partir de uma visão organicista e determinista, o que posteriormente gerou grande embate crítico por outro autor de grande importância para a formação conceitual do tema. Este autor era Camille Valaux, na França no início do século XX, trazendo críticas incisivas durante os diálogos realizados a partir da obra de Ratzel. Estes em certa medida foram os expoentes do tema na Geografia Clássica.

Outro importante geógrafo que contribuiu de maneira significativa foi Raffestin, um dos primeiros pensadores a realizar estudos e análises sobre o território, e em suas obras o autor destaca o seu caráter político, sendo visto como um espaço modificado pelo trabalho; revela relações de dominação e poder, resultado das ações de poder do Estado, das empresas e outras organizações e dos indivíduos, sem esquecer-se de seus limites e fronteiras, possivelmente definidos pela atuação do Estado.

Destaca-se que foi apenas nos anos de 1970 que as discussões acerca do conceito de território passam a conquistar maior notoriedade e que se desvincula da ideia centrada apenas nas relações de poder do Estado e de fronteiras políticas. A partir desse momento o território, sob a perspectiva da geográfica, passa a apresentar abordagens que não apenas apontem, mas que expliquem à dominação social, a reprodução

do capital, as razões do desenvolvimento territorial desigual e o território como produto dos conflitos e contradições sociais.

O termo território vem do latim *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado. Na língua francesa, *territorium* deu origem as palavras *terroi* e *territoire*, este último representando o prolongamento do corpo do príncipe, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluído a terra e seus habitantes. Sabe-se que as noções de espaço e de território são distintas.

Para Brunet (1990), o território é um trabalho humano e social. É também o espaço da experiência vivida, aquela em que o homem tece o que é fundamental para a sua existência, isto é, uma relação com a terra (DARDEL, 1952). Ela é inextricavelmente ligada à sociabilidade, pertença e envolvimento da comunidade. Em outras palavras, essa dinâmica social do indivíduo e do grupo é construída por e para o território.

Segundo Raffestin (1993), o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou de diversos atores sobre determinada parcela do espaço geográfico.

As múltiplas interações entre diferentes atores que perseguem estratégias diferentes e possivelmente contraditórias tornam o arranjo territorial em determinado momento o resultado desses processos. Esses processos de organização territorial devem ser analisados em dois níveis distintos, mas interagindo: o da ação das sociedades sobre os apoios materiais de sua existência e dos sistemas de representação (RAFFESTIN, 1986).

De acordo com G. Di Méo (1998), o território está localizado em diferentes escalas do espaço geográfico. Ele é um espaço onde os caminhos de indivíduos, lugares e círculos de sociabilidade são forjados. Neste contexto, surgem relacionamentos, encontros, lutas de

poder, combinações, iniciativas e ações. Essa abordagem do espaço envolve a participação e envolvimento de indivíduos, a organização de malhas. Ao construir o território, esses diferentes elementos contribuem para sua apropriação econômica, política e ideológica.

A ideia de apropriação contida em muitas definições do território refere-se aos domínios de tomada de decisão e organização, bem como à força das representações sociais. Lefebvre (1974) considerou a apropriação como a transformação de um espaço natural para atender às necessidades e possibilidades de um grupo. A partir desta definição segue uma concepção do território assimilável ao resultado de um processo de produção, incluindo estratégias de organização, mas também de dominação e exclusão.

Este território onde a apropriação é exercida é o suporte por excelência das investigações realizadas sobre a intencionalidade dos atores. É analisado como a projeção "de um sistema de intenções humanas em uma porção da superfície terrestre" (RAFFESTIN, 1986) e como resultado da articulação entre projetos, intenções e realizações.

Saquet (2007) explica que Milton Santos apresenta sua concepção de território a partir da noção de território usado, com base em uma abordagem econômico-material. Os objetos, ações, redes, uso e controle do social e as técnicas definem o surgimento de territórios. Os pontos, redes sociais, normas e controles criados pelo mercado e dinheiro reorganizam o território para a reprodução do capital. Santos defende a resistência do território diante dos interesses das grandes empresas, que ao operar a produção material e da informação, manipula os agentes sociais, estabelecem suas prioridades e, na maioria dos casos, suas ações causam sérios impactos negativos para a população.

Rogério Haesbaert elenca, de acordo com Saquet (2007) os processos de dominação e apropriação do espaço como elementos presentes na construção do território. As relações de poder e de força condicional constituem o território, e sua dimensão simbólica é constituída a partir da identidade territorial atribuída pelos indivíduos.

Dessa forma, Haesbaert (2004, p. 40) sintetiza as múltiplas noções de território e as agrupas, as concepções, a partir de três vertentes basilares, que são:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativas também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionada ao poder político do Estado;
- Cultura (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Saquet (2007) constrói suas análises tendo como referencial teórico as obras de Lefebvre, Raffestin, Haesbaert e Bagnasco, considerando o território a partir de sua imaterialidade, produto da condição de territorialização e indissociável do espaço. O território pode ser temporário ou permanente e são as forças sociais que irão efetivá-lo.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da ida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2000, p. 96).

Nesse sentido, compreendemos o território como o produto das relações materiais e imateriais, representadas e codificadas no espaço

geográfico através de relações institucionalizadas ou informais. Quanto maior a interação entre os seus agentes, maior será a visualização do território, em suas mais diversas manifestações simbólicas e culturais.

Mesmo considerando todos estes aspectos importantes e presentes no entendimento atual sobre território, Haesbaert (2004, p. 41) enfatiza a necessidade de se ampliar o raciocínio referente ao conceito para outros níveis, de modo a considerar aspectos que não devem ser negligenciados, tais como:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos de “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas;

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, trata-se de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). (HAESBAERT, 2004, p. 41).

Com isso, nota-se que o conceito de território é transformado de acordo com o posicionamento crítico e no tipo de pesquisa a ser realizada. Almeida (2009) afirma que os territórios extravasam suas escalas e fronteiras devidas suas relações, alianças e articulações. Este processo origina e também reflete uma série de fluxos de informações, sociais, culturais, econômicos e políticos, formando novas configurações territoriais.

Referindo-se aos vários autores citados acima em relação ao desenvolvimento local, deve-se afirmar que sua definição inclui uma dimensão territorial. A dimensão territorial, designadamente, é um espaço geograficamente limitado e determinado, constitui uma forte referência de desenvolvimento local, mas não exclusivo. Este espaço deve ser considerado também em sua dimensão social.

De fato, o desenvolvimento local depende fortemente de iniciativas locais, voltadas para o desenvolvimento de recursos locais, sejam eles recursos físicos, financeiros, institucionais e especialmente humanos.

Em toda a lógica, esse caráter local induz uma base territorial para o desenvolvimento, pela adequação dos programas implementados à especificidade da situação local, dado que não há desenvolvimento possível sem atenção às referências sociais e as populações culturais em causa.

Assim, podemos deduzir de todos os itens acima que o território serve como um suporte para os diferentes programas ou processos de desenvolvimento local. Na verdade, constitui um receptáculo de desenvolvimento privilegiado no sentido de que não existe um desenvolvimento local sem a existência de uma comunidade territorial.

CAPÍTULO 3

O MICROFINANCIAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

De modo geral e sobretudo para países em desenvolvimento, o microcrédito ocupa um lugar de grande importância nas atividades econômicas da população pobre (FASSINOU, 2007).

As experiências de microcrédito no Benin remontam aos anos de 1970 com a criação em 1977 de agências locais de Crédito Agrícola Mutuel (CLCAM) dirigidas pela Caisse Nationale de Crédito Agrícola (CNCA) cujo objetivo era oferecer serviços de poupança e de crédito tanto para os agricultores quanto para os funcionários e empresários. A emergência de organizações de microfinanciamento tal como é no Benin é um fenômeno mais recente, datando no início dos anos 1990 sobre a impulsão de dois outros eventos maiores.

Primeiramente, no meado dos anos 1980, os países da UEMOA, incluindo o Benin, foram confrontados por uma grave crise econômica e social. O Benin sofreu a falência de seu sistema bancário, depois o fechamento de todos os bancos do estado⁹ (ADECHOUBOU, 1996). Esta situação culminou na falta de recursos para financiar os setores essenciais da economia tais como a agricultura, o artesanato e as pequenas e médias empresas (PME).

Segundo os defensores da teoria do liberalismo financeiro, esta crise resulta de uma intervenção pública abusiva dentro do sistema financeiro. A crença a essa teoria levou os governantes, no início dos anos 1990, a não apenas empregar uma série de reformas visando a criação de Quadros regulatórios rigorosos para favorecer o surgimento

⁹ Estas são CNCA em 1987, o banco beninense para o desenvolvimento em 1989 e o banco comercial do Benin em 1990.

de um setor financeiro privado e competitivo (JOSEPH, 2000), como também a se retirar dos setores produtivos da economia. Este cenário favoreceu a emergência de numerosas microempresas principalmente no setor informal e cujas necessidades de financiamento não foram levadas em consideração pelo setor financeiro formal em reconstrução.

Na intenção de reduzir os efeitos abordados logo acima, muitas estruturas de desenvolvimento visam reduzir a desigualdade de acesso aos recursos financeiros para o nível mais pobre; apoiando e estimulando iniciativas de desenvolvimento de base, com o objetivo de reduzir a pobreza, especialmente nas áreas rurais. Por conseguinte, as autoridades da UEMOA, com o apoio da cooperação internacional para o desenvolvimento ¹⁰(CID), comprometeram-se a alargar o panorama financeiro da união promovendo as IMFs que devem atender às diversas necessidades de serviços financeiros da população. Eles se registraram no Benin, suas estratégias de ação em uma lógica econômica baseada no estabelecimento de relações de proximidade, socioculturais e geográficas com os beneficiários. A presença deles no cenário financeiro do Benin é uma importante fonte de mobilização de poupança e empréstimos (GOUTCHOËSSA, 2007).

No PRSP (2005), pode-se destacar duas preocupações da aposta das populações. Uma seria a insuficiência e o difícil acesso ao microcrédito para a aquisição das matérias-primas, e a outra na insuficiência de enquadramento e formação. No entanto, foi dado em resposta que o governo estabelecerá linhas de crédito reembolsáveis para mulheres, artesãos, pequenos agricultores e outras pequenas empresas, utilizando como relé as estruturas de financiamento descentralizadas existentes e reconhecidas pelo seu desempenho e a sua boa gestão, com créditos que terão em conta dificuldades, incluindo as relacionadas às restrições habituais de Garantia e os custos que

¹⁰ Especificamente no Benin, o PAPME (Agência de Apoio às Pequenas e Médias Empresas) e o PADME (Associação de Promoção e Apoio ao Desenvolvimento de Microempresas) foram criados em 1993 com o apoio financeiro do Banco Mundial e da USAID.

acompanham esses créditos. Mais tarde, em fevereiro de 2007, o lançamento do Programa Microcrédito para os Pobres (MCP), que surgiu como uma solução inovadora na luta contra a pobreza. Nesse sentido, reúne-se a população dos 77 municípios com uma necessidade financeira inicial de até 30.000 francos CFA para iniciar uma atividade geradora de renda.

Guédéon (2007), afirma que o financiamento das atividades de uma empresa é um elemento essencial que determina seu desenvolvimento. A relevância do microcrédito, no entanto, se resume em uma representação de recursos financeiros para lutar de forma eficaz contra a privação de autonomia financeira entre os mais pobres.

Quanto a Azokli e Adjibi (2007), o microfinanciamento constitui o melhor canal de drenagem dos fundos para todas as camadas da sociedade. Ele promove a reintegração social de grupos em situações de pobreza e exclusão, no sentido de que as comunidades de base, neste caso, os microempresários e os pobres, mas ativos, se voltaram para essas IMFs. O setor de microfinanciamento foi estruturado e inserido na ambição mais ampla de ser uma estratégia eficaz na luta contra a pobreza (FORESTIER, 2005).

O microfinanciamento na literatura

Vários trabalhos científicos sobre o problema da pobreza foram realizados no mundo. As opiniões diferem sobre o desenvolvimento dos microfinanciamentos no desenvolvimento e na luta contra a pobreza.

Muitos pensam que o microfinanciamento é uma estratégia para combater a pobreza. De acordo com Attali (2005), citado por Gogan (2012), o microfinanciamento é um dos pilares do desenvolvimento e é um instrumento fundamental para a implantação de estratégias efetivas de combate à pobreza.

Quanto a Yunus (2006), o microfinanciamento é uma ação indispensável na luta contra a pobreza, especialmente contra a “apartheid bancário”. O microfinanciamento não pode ser considerado como uma estratégia simples para a implementação de serviços financeiros. A pobreza que o microfinanciamento deseja combater não é a definida pela visão clássica de rendimentos extremamente baixos. Em vez disso, é uma pobreza multidimensional que afeta não só a renda e os recursos de uma pessoa, mas também sua capacidade de levar a vida da forma que eles gostariam de ter.

Natonnagnon (2009) mostrou que o principal alvo das IMFs são mulheres e que esta prioridade resulta da capacidade de reembolsar melhor os empréstimos do que os homens. Ele acrescenta que, graças aos serviços das IMFs, cerca de 75% das mulheres melhoraram seus rendimentos. No final de sua reflexão, o autor afirma que, apesar do papel crucial desempenhado pelas IMFs na vida de famílias desesperadas, alguns beneficiários abusam dos benefícios, o que leva à falência das empresas.

Talon (2001) argumenta que o microcrédito permite que os beneficiários se diversifiquem; o que lhes permite melhorar suas condições de vida e as de suas famílias. Ele estima que o microcrédito é uma parte do microfinanciamento, que está à disposição de um conjunto mais amplo de serviços financeiros para os beneficiários.

De acordo com Mayoukou (2003) e Lelart (2005), os produtos e serviços oferecidos pelo sistema de microfinanciamento é um componente de novas inovações financeiras solidárias; A solidariedade também se relaciona com a natureza dos produtos: microcrédito, microeconomias, microsseguros e microações, bem como a transferência de fundos.

Além disso, durante 2003, a unidade de microfinanciamento, em um estudo intitulado "Balanço e Perspectivas de curto e médio prazo do Microfinanciamento no Benin", apresentou o estado do microfinanciamento no Benin. No final deste estudo, a unidade de microfinanciamento percebe que, graças aos diversos serviços que

oferece, o microfinanciamento contribui para a redução da pobreza nas regiões alvo (Cotonou, Abomey-Calavi, Bohicon, etc.). Além disso, outra questão fundamental que permanece por trás da visão das IMFs para contribuir para a redução da pobreza, é saber se as atividades realizadas pelos clientes das IMF são realmente benéficas.

O microcrédito é, segundo Servet (2006), uma estratégia para chamar a atenção dos excluídos dos serviços financeiros em um mundo financeiro. Ele é usado para melhorar o orçamento familiar ou para estabilizar atividades profissionais, não necessariamente para investimentos produtivos. Para ele, o verdadeiro motor de crescimento e, portanto, de desenvolvimento, é o emprego assalariado e não o acesso ao crédito devido através da pobreza.

Como mostra Montalieu (2002), as instituições de microcrédito seriam testemunhas das melhores práticas bancárias e também um caminho eficaz para combater as desigualdades sociais (pobreza e discriminação sexual).

Assogba (2008) acredita que as instituições de microfinanciamento, em sua maior parte, permitem que as pessoas tenham acesso a um sistema formal de poupança e crédito que possam ajudá-los a reduzir a pobreza. Em seu estudo, ele acrescenta que as IMFs favorecem o financiamento das atividades de produção, o aumento da renda e a criação de emprego. Ele também observou que as IMFs não participam do financiamento de projetos para a comunidade da aldeia, como projetos de abastecimento de água, reformas de escolas ou clínicas.

Kenda (2011), acredita que a microfinanciamento dispõe de práticas, neste caso, de microcrédito que limitam a eficácia da sua intervenção na luta contra a pobreza.

Ouédraogo (2001) e Aloko (2011), abordam o assunto de outro ângulo e percebem que o microfinanciamento está longe de melhorar a situação dos mais pobres, mergulhando-os cada vez mais na pobreza.

Na verdade, os fundos alocados são muitas vezes mal administrados devido ao treinamento insatisfatório na gestão financeira.

Quanto a Ogouwalé (2002), ele acredita que o crédito como é concedido, certamente alivia os beneficiários do microcrédito da pobreza, mas isso, por tempo limitado. Através de seu estudo, ele pensa que o crédito, deve ser acompanhado de serviços não financeiros, como programas sociais para facilitar uma boa gestão e melhorar as condições de pagamento de empréstimos.

Para a Camdessus (2010), a participação real no desenvolvimento é criar empregos e lutar contra a exclusão, tornando o microfinanciamento mais acessível às pessoas mais vulneráveis (desempregados, jovens, idosos) e às microempresas, particularmente do setor de economia social.

Nesse sentido, Labrune (2010) mostra que outro modelo, tanto econômico como social, se desenvolveu para pessoas que possuíam um projeto pessoal, mas sem acesso ao crédito bancário convencional. Pessoas desempregadas, jovens de bairros desfavorecidos, mulheres que são chefe de família e ao mesmo tempo solteiras, podem se beneficiar de ajuda financeira que lhes permita não só a encontrar uma atividade, mas também a se integrar socialmente, com dignidade e esperança. Para todos esses grupos de pessoas, o microfinanciamento é um caminho real de crescimento e desenvolvimento.

Além disso, o microfinanciamento ocupa um lugar importante no financiamento de eventos sociais, no setor primário: artesanato, comércio, agricultura, pecuária (este é o caso da criação de coelhos).

O auxílio ao desenvolvimento torna-se uma estratégia essencial e uma oportunidade a se aproveitar (AGBANDJI, 2011). A este respeito, o investimento na criação de espécies de ciclo curto seria uma alternativa. Entre os animais domésticos, o coelho é uma espécie animal que dá mais carne em pouco tempo (DJAGO, 2010).

Vários trabalhos científicos se concentraram no problema da produção pecuária no mundo rural, nas últimas décadas. Com a criação

do Centro Cunicultura de Dissertação e Informação (Ce.Cu.R.I) em 1988, a produção de coelhos do Benin conheceu uma excelente extensão. O trabalho da FAO (1996) sobre o impacto da produção animal na economia dos países em desenvolvimento mostrou que a produção pecuária é um componente muito importante da economia agrícola desses países.

Além disso, o trabalho de Djago et al (2010) mostrou que o coelho (*oryctolagus cuniculus*) é um mamífero classificado na ordem dos roedores, finalmente classificados nos lagomorfos, o que dá mais carne em pouco tempo. O mesmo autor informou que o coelho é um animal que contribui bem para a produção de alimentos.

Blanckaert (1996) mostrou que sua contribuição não se limita à produção de alimentos, mas também inclui a produção de pele e fibra, fertilizantes e combustíveis, bem como a constituição de um capital modesto, produtivo de interesse e facilmente mobilizado em caso de necessidades imprevistas.

Jouve (1998) mostrou que criar coelhos é fácil e sua produtividade é interessante; Ele elogia a carne de coelho e as diferentes qualidades alimentares que ela contém. Estudos demonstraram que 64% da população consumiu carne de coelho pelo menos uma vez e quase todos (95%) a apreciaram (KPODEKON; TOMAGNIMENA, 1992). A carne de coelho, portanto, ocupa um lugar importante na dieta dos beninês, mas, infelizmente, os agricultores de coelhos não conseguem atender à essa demanda.

Além disso, existem vários sistemas de pecuária. Blanc et al (2004), relatam que a sustentabilidade e a durabilidade de um sistema pecuário dependem da capacidade de adaptação das fêmeas às condições de produção. De acordo com os mesmos autores, alguns sistemas tradicionais, particularmente bem adaptados aos países quentes, secos e semiáridos, desenvolveram-se com sucesso. Eles também mostraram que a criação tradicional de coelhos é feita dentro de um sistema que é adequado para pequenos proprietários com ou sem terra. A pecuária, grande ou pequena, está intimamente relacionada ao

ambiente sociocultural de diversos e pequenos agricultores rurais para os quais a pecuária representa um elemento de sustentabilidade e estabilidade econômica.

Fortun-Lamothe (2005) afirma que, quanto a esses sistemas de produção, há uma renovação importante no rebanho de coelho reprodutor (110% l'an), que resulta de uma alta taxa de mortalidade das fêmeas (maior que 25%) de uma taxa significativa decorrente devido à insuficiência de fertilidade e / ou condição corporal degradada. No entanto, a taxa de mortalidade considerada e a proporção de fêmeas com estado corporal degradado sugere que as condições de produção são muito intensas. Isto vai contra uma demanda social a favor de sistemas de pecuária mais respeitosos com os animais.

Ao mesmo tempo, Lebas (2005) esclarece as restrições no processo de ganho de peso dos coelhos. Ele indica que as criações de coelhos são muitas vezes confrontadas com problemas de saúde durante o período de engorda. Este fato leva a perdas significativas de animais (24% de mortalidade entre nascimento e desmame). O autor acrescenta que os transtornos digestivos que ocorrem frequentemente durante as duas semanas após o desmame é a principal causa dessas perdas.

Vários estudos mostraram que os problemas de reprodução das fêmeas e dos coelhos perto do desmame não são independentes. Pascal (2001), Delay (2002) e Castellani et al (2003) mostraram que as dificuldades em engordar o animal podem se originar antes do desmame e ter uma relação com o comportamento das coelhas reprodutoras.

A síntese de Pascal et al (2003) enfoca os efeitos da dieta para melhorar a fertilidade das coelhas reprodutoras. Todos os resultados obtidos a partir dessa síntese mostram que o alimento por si só é insuficiente para resolver o problema da alta rotatividade de fêmeas reprodutoras na reprodução.

Em contraste, Castellani et al (2003), através de estudos recentes, mostra que a conduta reprodutiva é a maneira efetiva de modular a

condição corporal dos coelhos. Gidenne e Fortun-Lamothe (2002) relataram que a precisão das necessidades nutricionais dos coelhos, que permite a produção de um alimento mais adequado, é a via de ação preferencial para ajudar a controlar os distúrbios digestivos nos coelhos em crescimento.

Por último, Djago (1998) fornece aos cunicultores uma ficha de gerenciamento de criação de coelhos. Quanto a Lebas (2007), ele coloca à disposição do criador de coelhos um guia prático. Neste guia, o autor relata a história da fauna, demonstrando que a lebre foi domesticada e adotou o nome coelho. Ainda em seu desenvolvimento, ele listou as raças presentes no mundo; colocou ênfase nas várias doenças possíveis que podem ser encontradas em coelhos e propôs medidas profiláticas para prevenir essas doenças.

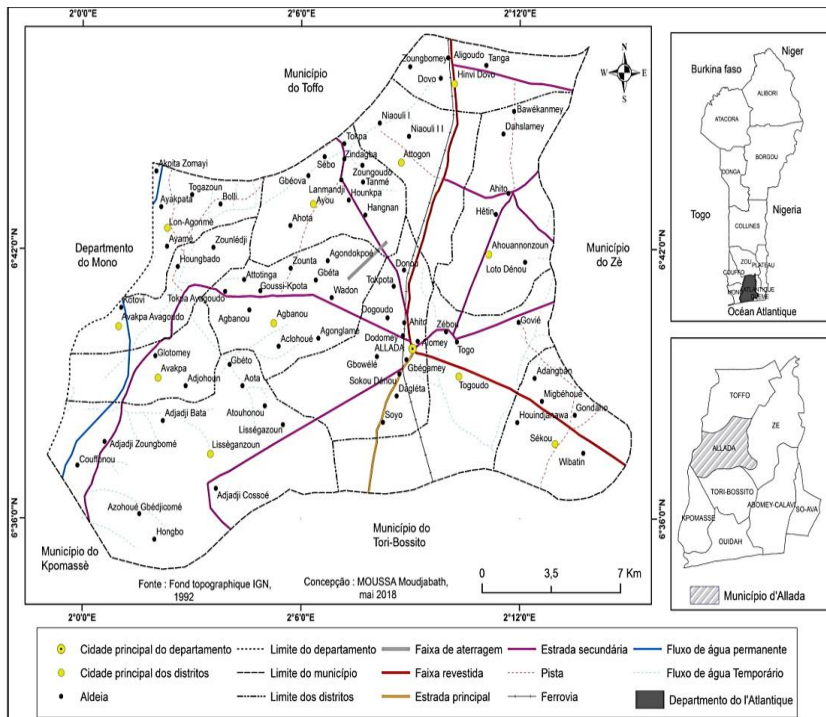
A próxima fase apresenta a situação geográfica, os fatores físicos e humanos do ambiente de estudo, os diferentes tipos de IMF existentes e seu modo de operação, bem como os sistemas de produção de coelhos no município de Allada.

O município de Allada está entre 6 ° 35 'e 6 ° 49' de latitude norte, depois 1 ° 59 'e 2 ° 16' de longitude leste. Este município pode ser acessado pela estrada interestadual (Cotonou-Malanville), mas também por Savi e Azohè-Aliho ou pela ferrovia de Cotonou-Parakou. O município de Allada tem muitos recursos graças às suas potencialidades naturais, econômicas e socioculturais. A sua situação geográfica é um ativo favorável à comercialização de produtos para coelhos, na medida em que é precisamente a 56 km de Cotonou, que é um mercado potencial para a venda de carne de coelho.

Localizado quase no centro do departamento do Atlântico, abrangendo uma área de 381 km², o município de Allada é limitado ao Norte pelo município de Toffo; no Sul pelo município de Tori-Bossito; no Leste pelo município de Zè; no Oeste pelos municípios de Kpomassè e Bopa. O município subdivide-se em 12 distritos (Agbanou, Ahouannonzoun, Allada, Attogon, Avakpa, Ayou, Hinvi, Lisse-

Gazoun, Lon-Agonme, Sékou, Togoudo, Tokpa) e 84 aldeias e bairros (PDC, 2011). A figura 9 mostra a localização geográfica do município.

Figura 9 – Localização geográfica do município de Allada.

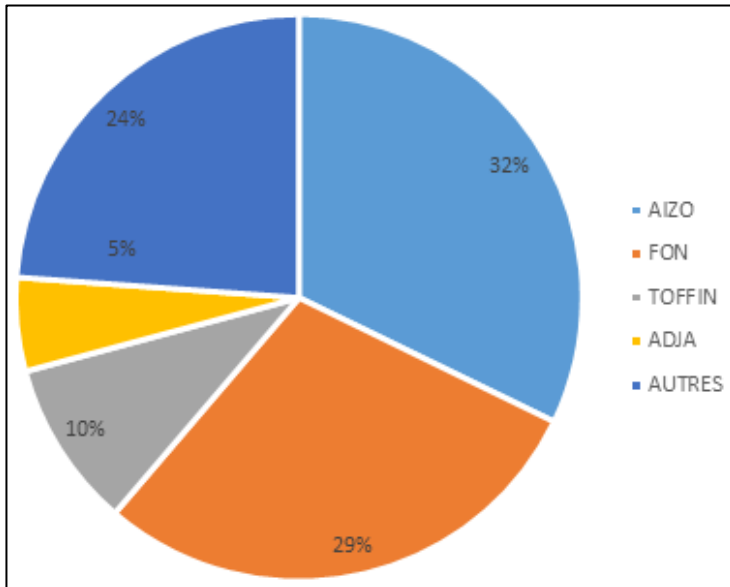


Fonte: Fond topographique IGN (1992).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

O Aïzo constitui a comunidade majoritária do município. Suas culturas e costumes são fortemente marcados pelos ritos do *voodoo* que fundamentaram, determinaram e organizaram a vida social. O rei tem seu palácio no município de Togoudo. A prosperidade do município foi baseada em agricultura, pecuária, exploração madeireira e comércio. As antigas fazendas agora se tornaram municípios povoados por nativos e

especialmente estrangeiros de todas as partes do Benin (PDC ALLADA, 2005). O gráfico 1 mostra a distribuição de grupos sociolinguísticos no município de Allada.

Gráfico 1 – Distribuição de grupos sociolinguísticos no município de Allada.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise do gráfico 1 mostra que os Aizo constituem o grupo étnico maioritário com 32% da população total; os Fons representam 29%, o Toffin 10%, o Adja representa 5%. Outros grupos como Yoruba, Fulani, Bariba, Dendi representam 24%. Existe uma simbiose referente a estes diferentes grupos sociolinguísticos e essa simbiose é indutiva de mobilização de recursos, pois eles exercem atividades geradoras de renda favoráveis ao desenvolvimento do município.

A população do município é muito dinâmica. Estimado em 91.778 habitantes durante o censo geral da população de 2002, foi avaliado em 127.512 habitantes em 2013, sendo 62.148 homens e 65.364 mulheres com um aumento intercensitário de 3%. Esta população é espalhada sobre os 12 distritos (tabela 1).

Tabela 1 – Relação da quantidade de habitantes por distritos.

Distritos	Número de povoados e bairros	Número de habitantes
1. Agbanou	11	11.480
2. Ahouannonzoun	6	11.960
3. Allada	11	23287
4. Attogon	3	7123
5. Avakpa	3	4852
6. Ayou	11	7897
7. Hinvi	4	5160
8. Lisse-Gazoun	9	14989
9. Lon-Agonmè	7	4227
10. Sékou	12	26494
11. Togoudo	3	6051
12. Tokpa	5	3.992
Total	85	127.512

Fonte: INSAE, RGPH 4 (2013).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

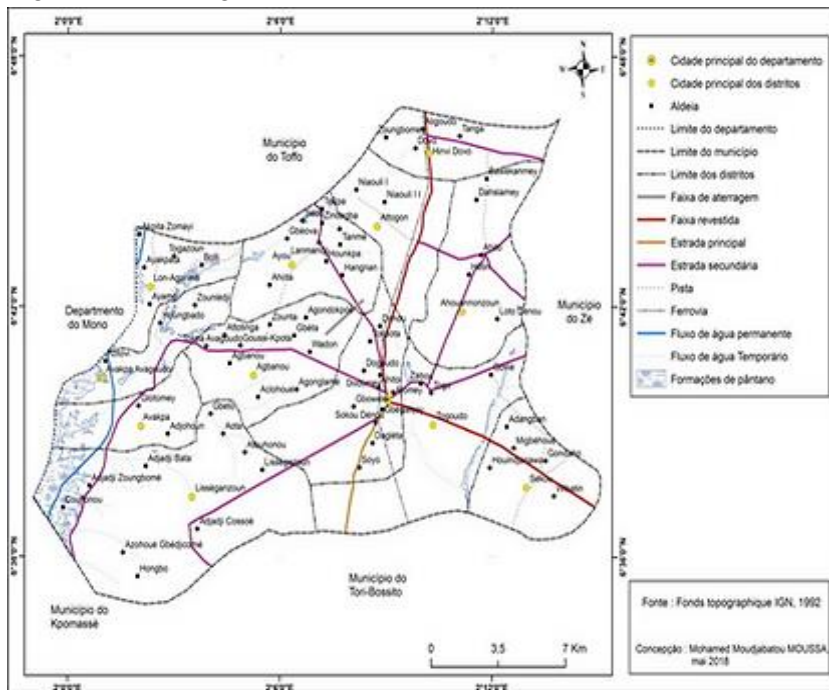
A tabela mostra que a demografia do município é marcada por uma disparidade de acordo com os distritos que a compõem. Os

quarteirões mais populosos são Sékou, Allada, Lissègazoun, Ahouannonzoun e Agbanou. O distrito de Tokpa aparece como o menos povoado.

Esta parte levou em consideração a rede hidrográfica (ver figura 10) e o clima que constituem recursos naturais para o desenvolvimento de atividades humanas, em especial a pecuária, que é uma das atividades que exigem financiamento, daí a importância das estruturas de microfinanciamento. A água de superfície existente permite que as aldeias beneficiárias atinjam uma parte de suas necessidades ao longo do ano (PDC ALLADA, 2014). Vários usos são feitos de água no município de Allada: trata-se do uso doméstico (bebida, culinária, etc...) e o uso não doméstico (cultura, a gamela). Na verdade, a água desempenha um papel importante na pecuária. A água limpa é um elemento fundamental na criação de coelhos porque o coelho é um animal que consome muita água, especialmente durante a amamentação.

De acordo com 90% dos criadores pesquisados, uma bebida insuficiente por parte dos coelhos causa uma diminuição no consumo de alimentos com riscos de ocorrência de doenças. A água facilita a digestão da matéria seca consumida pelo coelho. Bem, a água é a mais recomendada porque não contém elementos químicos. Então, devemos fornecer: 0,2 litros de água por dia para um coelho de engorda, 0,6 litro de água para um coelho lactante e 1 litro ou mais para um coelho e seus láparos.

Figura 10 – Hidrografia em Allada.



Fonte: Fond topografique IGN (1992).
 Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Em poucas palavras, o abastecimento de água é primordial na criação de coelhos. Uma mãe que alimenta sua ninhada consome entre 0,4 e 0,5 litros de água por dia, (MEMENTO DE L'AGRONOME, 2002). Deve-se ter cuidado com a água das chuvas, que são desperdiçadas facilmente, e certificar-se de que os bebedouros estejam cheios continuamente e especialmente à noite, com uma quantidade suficiente para a noite.

Além disso, estudos realizados por Djago (1999) mostraram que, se a água estiver poluída, ela pode ser desinfetada simplesmente pela adição de hipocloridrato de soda (alvejante). A dosagem recomendada

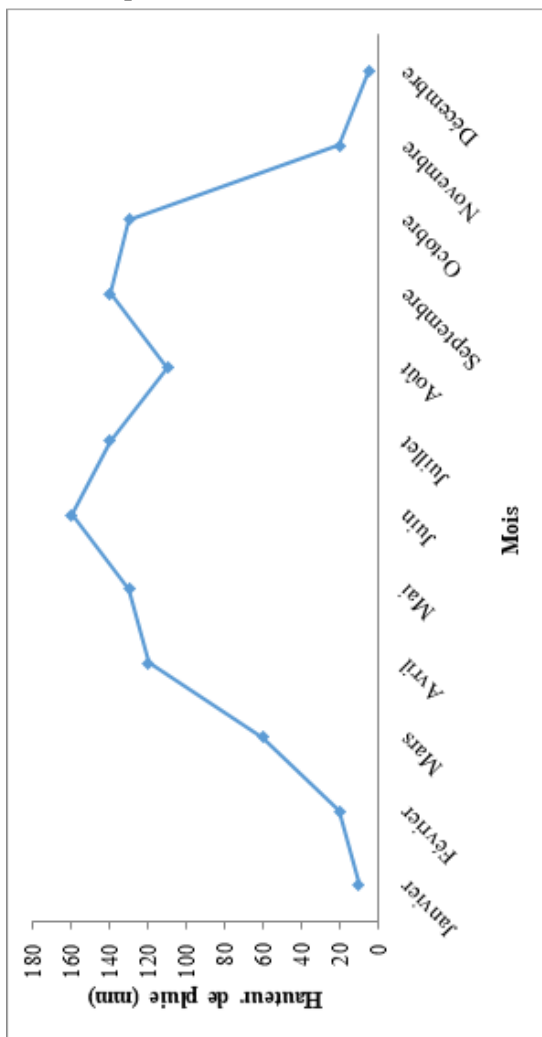
é 12° clorométrica por 1000 litros de água. Outros produtos como soluções de iodo ou permanganato de potássio também podem ser usados. A limpeza dos bebedouros, a purga regular deve ser uma precaução permanente do cunicultor.

Reduz-se principalmente ao rio Couffo, que limita o município ao oeste e percorre o Atlântico por quase 50 km (PDC, 2005). Este rio serve como limites naturais entre o município de Allada e os municípios de Bopa e Lalo. O rio atravessa o distrito de Allada por Avakpa e outras localidades e é uma verdadeira fonte de água para as populações desses distritos. Os rios doces são encontrados em toda parte, como o caso de Ahouèto em Togoudo. Os distritos deste município são atravessados por rios ou riachos adjacentes, para onde as pessoas se direcionam afim de fazer uso da água.

Em relação ao clima, Benin é caracterizado por dois tipos, a saber: o clima tropical úmido na região norte e o clima subequatorial na parte sul de Benin. O município de Allada localizado na parte sul, portanto, goza de um clima subequatorial quente e úmido marcado por quantidades de precipitação mais altas ou mais baixas. O gráfico 2 mostra as variações na precipitação em função do tempo.

Analisando o gráfico 2, percebe-se que ele tem dois picos: um primeiro em junho, com altura de chuva de 160 mm; e um segundo em setembro, com altura de chuva de 140 mm. A menor precipitação é registrada no mês de dezembro de 5 mm. Isso mostra os quatro tipos típicos de estação no sul de Benin: duas estações chuvosas (incluindo uma grande de meados de março a meados de julho e uma pequena de meados de setembro a meados de novembro) e duas estações secas (uma grande de meados de novembro a meados de março e uma pequena de meados de julho a meados de setembro).

Gráfico 2 – Variação intermensal das chuvas no município de Allada entre 1986 e 2016.



Fonte: ASECNA (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

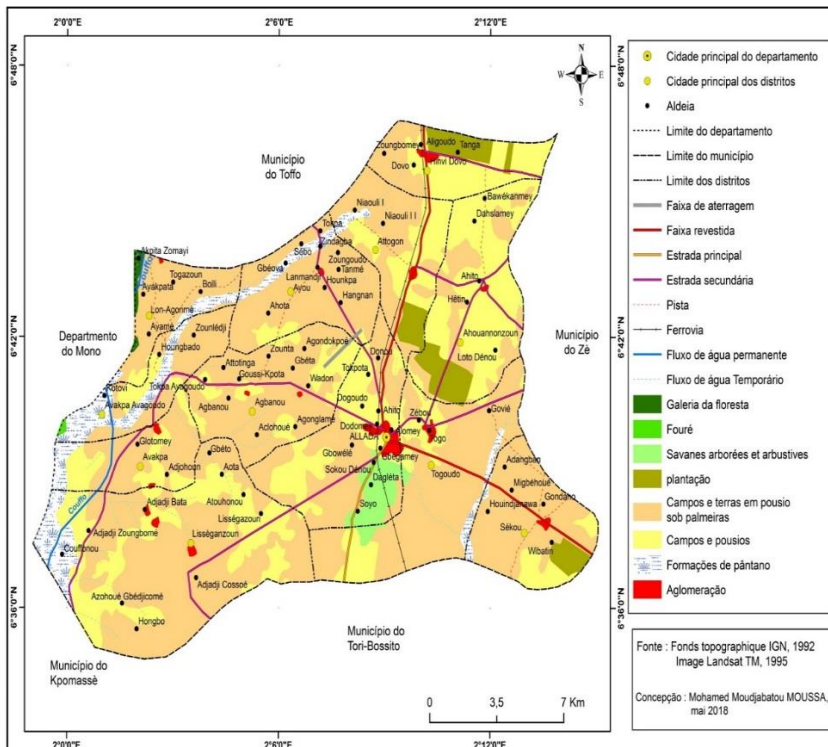
O período de novembro a meados de março é o menos úmido, e favorável à produção de coelhos. O excesso de calor e frescor é prejudicial aos coelhos, o que explica a alta taxa de mortalidade observada em agosto (período de forte frescor) e uma diminuição da reprodução em janeiro (mês de forte calor). Criando picos em fevereiro e em meado de março. Este é o período mais favorável para o acasalamento.

As temperaturas mensais médias variam entre 27° e 31° C. A diferença de temperatura entre o mês mais quente e o menos quente é da ordem de 3,8 graus. A umidade relativa do ar varia entre 65% (janeiro-março) e 97% (junho e julho).

No macho, por exemplo, uma temperatura elevada (acima de 30 ° C) diminui o desejo sexual, bem como o volume e concentração de esperma em espermatozoides. Quanto ao coelho, uma alta temperatura aumenta a mortalidade embrionária. Para Sokpon (1995), o interesse da distribuição das chuvas no ano reside não apenas no conhecimento do período úmido e seco, mas especialmente na determinação de um cronograma de atividades de coelho em desenvolvimento. Essas variações térmicas favorecem o desenvolvimento de atividades agrícolas em geral e especificamente a produção animal. Este desenvolvimento motiva não só os produtores, mas também os atores das estruturas de microfinanciamento.

As figuras de uso da terra de 1995 e 2013 revelaram as várias unidades de uso da terra do município e suas diferentes áreas em 1995 e 2013. O cuvert vegetal é composto principalmente de plantações de palmeiras, formação de pântanos, mosaico de culturas e pousios e plantação (ver figuras 11 e 12).

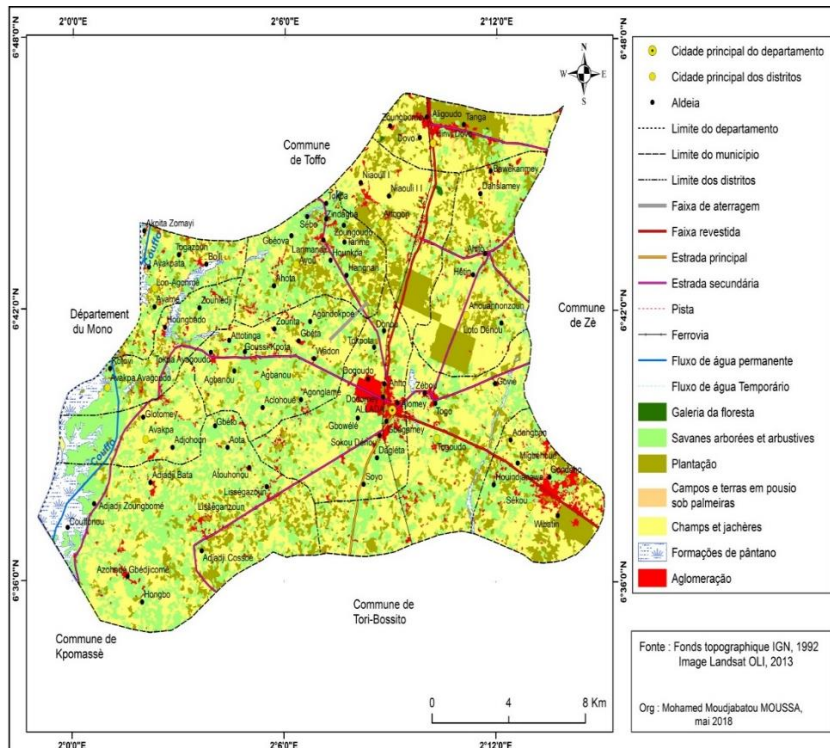
Figura 11 – Estado do uso da terra no município de Allada em 1995.



Fonte: Fond topographique IGN (1992).
 Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise da figura 11 mostra que, em 1995, as unidades de uso da terra da Allada eram dominadas por os mosaicos de culturas e terras em pousio sob palmeiras que cobrem mais da metade da área total, enquanto mosaicos de plantações e pousios, pântanos, plantações, aglomerações e savana arborizada eram uma pequena parte. A figura 8 mostra a evolução das unidades de uso da terra do município em 2013.

Figura 12 – Estado do uso da terra no município de Allada em 2013.



Fonte: Fond topographique IGN (1992).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise da figura 12 mostra que, em 2013, as pequenas porções da savana arbórea e arbustiva conheceram um progresso enorme. Da mesma forma, uma grande parte dos mosaicos de culturas e terras em pousio sob palmeiras experimentou uma regressão em favor de mosaicos de culturas e pousios. O progresso observado ao nível das aglomerações, pântanos e plantações é favorável aos mosaicos de culturas e pousios. Isto explica uma extensão considerável de mosaicos

de culturas e pousios. A tabela 2 mostra a evolução das unidades de ocupação no município entre 1995 e 2013.

Tabela 2 - Ocupação do solo no município de Allada entre 1995 e 2013.

Uso da terra	Unidades de ocupação do solo	Áreas e percentagens de unidades espaciais			
		Em 1995		Em 2013	
		Área (em km ²)	Percentagem (%)	Área (em km ²)	Percentagem (%)
Espaço natural	Culturas de palmeiras	101	26,51	8	2,1
	Formação pantanosa	30	7,87	22	5,77
	Mosaico das Culturas e inculto	166	43,57	196	51,44
	Plantações	64	16,8	123	32,3
	Total	361	94,75	349	91,61
Espaço habitado	Aglomeracão	20	5,25	32	8,40
	Total	381	100	381	100

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A partir da análise da tabela 2, parece que o ambiente natural é constituído por formações vegetais, incluindo Culturas de palmeiras,

Formação pantanosa, Mosaico das Culturas e inulto, Plantações. Além disso, a área total coberta pela área natural da área de Allada em 1995 é de 361 km², representando 94,75% da área total de todas as unidades espaciais. Todas as aglomerações cobrem 20 km², ou 5,25% da proporção. Então, esse mesmo quadro também nos informa que a área do meio natural do município é de 349 km² em 2013; que representa 91,61% da área de todas as unidades espaciais combinadas. Para todas as aglomerações; eles ocupam uma área de 32 km² do total. Isso é uma porcentagem de 8,4%. Por conseguinte, é evidente que as unidades de ocupação do solo sofreram alterações na sua área. Essas mudanças notadas refletem a dinâmica das diferentes unidades de uso da terra entre 1995 e 2013 (ver quadro 3).

Quadro 3 – Avaliação da dinâmica das unidades de ocupação entre 1995 e 2013.

Utilização do solo	Unidades Espaciais	U ₍₂₀₁₃₎ – U ₍₁₉₉₅₎ (em hectares)
Espaço natural	Culturas de palmeiras	-93
	Formação pantanosa	-8
	Mosaico das Culturas e inulto	30
	Plantações	59
	Subtotal (349)	-12
Espaço habitado	Aglomeração	+3,15
	Subtotal (3)	-8,85

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

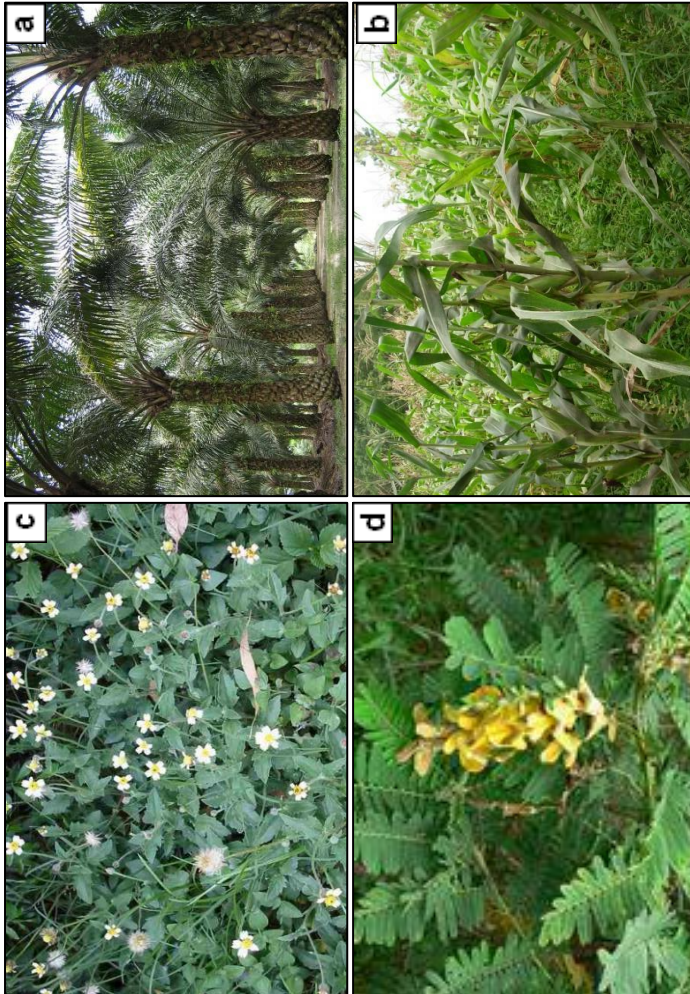
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A partir da análise do quadro 3, emergem as seguintes tendências: Para Culturas de palmeiras e Formação pantanosa $\Delta U < 0$; o que significa que estas unidades experimentaram uma regressão e para

o Mosaico das Culturas e inculto, plantação e aglomerações $\Delta U > 0$; o que mostra que essas unidades de ocupação progrediram. Aglomerações, campos e pousio aumentaram em área de 1995 a 2013. A importância das mudanças observadas é uma consequência das fortes pressões humanas que induzem necessidades crescentes de terra cultivável e as necessidades de espécies de plantas das populações urbanas e rurais.

É claro que a floresta densa original desapareceu devido ao crescimento populacional e excesso de clareiras dando lugar à savana de arbustos e capim, composta por espécies bastante variadas: *Borassus aethiopicum*, *Tectona grandis*, *Acacia auriculiformis*, *Panicum maximum*, *Sida actutua*, *Cassia siamea*, *Imperator cylindrica*, *Cajon peas*, *Brassica oleracea*, *Tridax procumbens*, *Sesbania sesban*, entre outras. Algumas áreas de culturas (milho, feijão, amendoim, mandioca, abacaxi, etc.). Há também algumas plantas como palmeiras de óleo (*Elaeis guineensis*), iroko (*Andossonia digitata*), *Milicia excelsa* nos fragmentos de floresta sagrada (Têdozoun, floresta de Niaouli). Essas espécies de plantas estão envolvidas na produção de cabanas de coelhos e ninhos. Eles contribuem para a produção de coelhos como forragem na dieta de coelhos. O mosaico 1 ilustra parte da formação da planta.

Mosaico 1 – *Elaeis guineensis* (a) e *Panicum máximo* (b) em um campo em Allada; *Tridax procumbens* (c) e *Sesbania sesban* (d) em um campo em Ahouannonzoun.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise do mosaico 1 nos permite afirmar que o município de Allada é abundante em uma diversidade de forragem, o que permite aos agricultores alimentarem seus rebanhos durante todo o ano. O aspecto verde dessas espécies de plantas mostra que as condições naturais (clima, solo) são favoráveis e, portanto, favoráveis à criação de coelhos. Assim, o financiamento desta atividade pelas IMFs é uma alavanca de desenvolvimento real para o município de Allada.

A geomorfologia do município de Allada mostra um modelo vinculado aos rios do município. É essencialmente um platô de terras de barra intercalado com depressões. As encostas destes planaltos são baixas em áreas com pouca drenagem. As encostas mais íngremes com uma inclinação que pode variar de 5% a 7% (LOUGBEGNON, 2002) são observadas nos distritos Avakpa, Tokpa, Lon-Agonmey, Ayou e que estão limitados a oeste pela planície inundaçãõ do rio Couffo. Com a exceção de Lon-Agonmey, os outros três são atravessados pelo rio "Ava". São observadas duas depressões respectivamente na entrada do distrito de Togoudo, saindo do distrito de Sékou e na entrada do distrito de Allada, saindo do distrito de Togoudo depois de Sékou na estrada nacional *Inter-état*. A inclinação destas depressões pode atingir 9% a 10%. Pedologicamente, quase 90% do território do município de Allada são constituídos por solos ferralíticos com alguns solos lateríticos, argilosos e hidromórficos que são muito favoráveis às atividades humanas. Esses solos oferecem à população sua hospitalidade, sua disponibilidade para agricultura, criação de gado e o exercício de várias outras atividades que exigem o apoio das IMFs para seu desenvolvimento.

Os mecanismos de operação das Instituições de Microfinanciamento em Allada

As instituições de microfinanciamento referem-se a todas organizações que prestam serviços financeiros a pessoas que não têm ou têm pouco acesso aos serviços bancários tradicionais. De acordo

com os resultados da pesquisa, existem 3 IMFs no município de Allada que são: CLCAM, PADME e CAVECA.

O CLCAM é um sistema financeiro descentralizado criado pela rede FECECAM. A FECECAM registrada sob o número L.99.0002.A de 19 de maio de 1999. Foi organizada em um sistema cooperativo no qual o foco é a mobilização da poupança da população para atender às necessidades de crédito dos membros. O objetivo do CLCAM é aumentar o rendimento dos beneficiários através da concessão de empréstimos; melhorar as condições de saúde nutricional e o gerenciamento de suas atividades com treinamento de suporte. O último tem uma (01) agência localizada no distrito de Allada. O funcionamento do CLCAM baseia-se em dois órgãos principais: o Conselho de Administração (CA) e a Autoridade de Gestão. A figura 13 mostra a aparência externa das instalações da CLCAM, localizada no distrito de Allada.

Figura 13 – Edifício da CLCAM em Allada.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A agência CLCAM é privada e participa ativamente de atividades geradoras de renda através de serviços de empréstimo para pessoas de baixa renda. Pré-poupança é a garantia de obtenção de crédito.

A PADME é uma instituição de financiamento direto que fornece microfinanciamento de um fundo financeiro e não das economias coletadas. Esta instituição pretende promover o desenvolvimento de microempresas. Como tal, realiza qualquer atividade relacionada a esse objetivo. Em particular, estabelece um financiamento adaptado às empresas, oferece formação básica em gestão e assistência no acompanhamento de crédito. Ela também assiste os empresários, dependendo de suas necessidades, com diferentes serviços de informação. A figura 14 mostra a aparência do prédio que abriga o PADME no município.

Figura 14 – Edifício do PADME em Allada.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A agência PADME no distrito de Allada é de caráter público-privado e oferece apenas serviços financeiros ou serviços cuja atividade financeira é mais importante do que a coleta de poupança.

CBDIBA é uma ONG de microfinanciamento. Os projetos criados por ela em áreas desfavorecidas apoiam iniciativas de base e fornecem meios financeiros para grupos de baixa renda. Ela intervém no município de Allada através da CAVECA. Este último concede pequenos empréstimos destinados à sobrevivência das populações desfavorecidas e, ao mesmo tempo, oferece cursos de formação a grupos de mulheres ou homens. A figura 15 mostra o local da CAVECA 'Fonkpamè', que é utilizada em operações de concessão de créditos, de monitoramento de empréstimos e de mobilização de poupança de seus clientes parceiros no município de Allada.

Figura 15 – Edifício da CAVECA.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

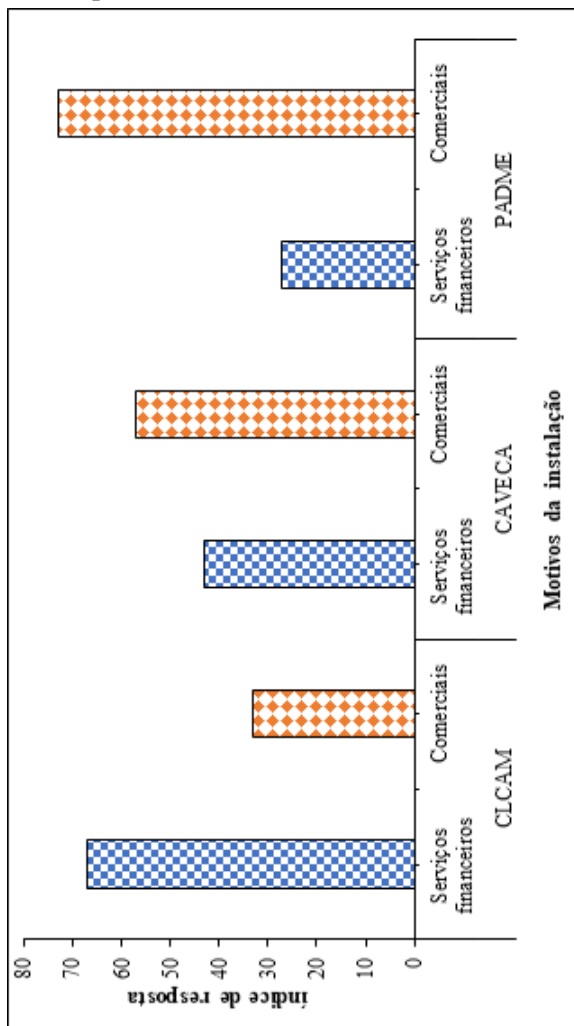
As IMFs visam promover as atividades geradoras de renda das populações mais pobres. A intervenção dessas instituições a favor das populações destina-se a satisfazer as necessidades básicas em vários setores dos quais os mais recorrentes são: microcrédito, saúde, meio ambiente, saneamento e desenvolvimento sócio comunitário através de atividades geradoras de renda. O gráfico 3 apresenta os motivos da instalação de IFM no município de Allada.

A partir da análise do gráfico 3, constatou-se que para o CLCAM são os serviços financeiros para 67% que motivaram sua instalação no município. Estas mesmas razões motivaram CAVECA (43%) e PADME (27%). Além disso, observa-se também o comércio que é um dos motivos. Esse motivo é mais elevado para o PADME (73%) do que para a CAVECA (57%) e a CLCAM (33%).

O processo de intervenção e as estratégias que essas instituições utilizam para atingir seus objetivos são a abordagem participativa, o que significa que as próprias pessoas estão envolvidas em todos os níveis do processo para enfrentar os desafios do desenvolvimento. A ação se resume à implementação de pequenos projetos envolvendo participação local de ajuda financeira. É uma organização de mulheres e homens que investem no uso de recursos naturais para se tornarem atores econômicos.

No total, as IMFs têm por missão conjunta: auxiliar a população no conselho diretivo e na elaboração de microprojetos para desenvolver a solidariedade comunitária através da coleta de poupança local e de sua redistribuição sob a forma de crédito; organizar comunidades de base para auto gerenciar e auto empregar; contribuir na luta contra a pobreza.

Gráfico 3 – Motivos para a instalação de IFM no município de Allada.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Os resultados da pesquisa mostraram que as fontes de financiamento das estruturas de microfinanciamento provêm de diversas origens. A maioria das IMFs se beneficia do contributo dos parceiros de desenvolvimento, de ajudas do próprio financiamento da estrutura e, por vezes, de empréstimos concessionais. De fato, o apoio financeiro vem de parceiros estrangeiros e de algumas organizações intergovernamentais. Esses fundos vêm de doações, legados, contribuições e assinaturas voluntárias de pessoas ricas.

O setor de microfinanciamento reúne várias categorias de atores, principalmente prestadores de serviços financeiros (IMFs), buscadores de serviços (clientes) e a estrutura regulatória (CSSFD) do Ministério da Economia e Finanças, parceiros técnicos e financeiros do setor (MCA-Benin, PNUD, etc.) e estruturas de suporte técnico (consultores, empresas de consultoria, consórcio Alafia, etc.) (SOSSOU, 2013).

O financiamento do desenvolvimento do município de Allada é assegurado, primeiro a partir de receitas orçamentárias planejadas e executadas anualmente, a partir da mobilização de poupança interna do setor privado por instituições de microfinanciamento que operam no território do município e, finalmente, do financiamento direto das realizações por projetos setoriais e ONGs que intervêm no município.

No processo de criação de créditos, os facilitadores identificam as necessidades de crédito expressadas pelos clientes e fazem uma análise com eles para manter um valor razoável a ser concedido. É necessário um depósito prévio antes da concessão dos fundos. Alguns clientes, geralmente as mulheres têm dificuldades em realizar esse depósito. Mas várias pessoas que realizam as mesmas atividades também podem realizar um depósito solidário que lhes permita cumprir as condições.

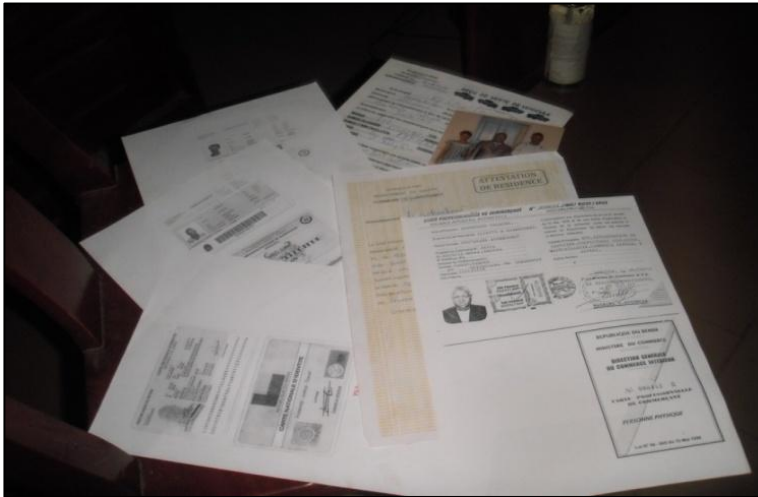
Os dossiês são estudados e transmitidos pelo gerente acompanhado de toda a documentação no intuito de informar os membros do comitê de crédito. O comitê de crédito estuda os dossiês do pedido de empréstimo em estrita conformidade com as regras estabelecidas para esse fim, a fim de evitar a concessão de empréstimos

duvidosos ou fantasiosos. Os dossiês estudados são enviados ao Conselho de Administração e, em seguida, à administração para avaliação antes da execução pelo gerente. Os créditos concedidos são registrados nos documentos de gestão e são atendidos aos clientes.

Ao contrário dos bancos tradicionais, que exigem muita papelada, as IMFs impõem termos muito mais flexíveis e acessíveis aos seus clientes. Estes critérios de elegibilidade, ter bom caráter moral, ser nacionais de Benin, ser impotente, capaz de exercer de atividade geradora de receita, sendo capaz de reembolsar os empréstimos na data de vencimento, e têm as seguintes garantias: contrato de compra de terras, recibo de compra de um objeto de valor, como a máquina de costura, moinho, serrarias, etc. ou um fiador na ausência de garantias materiais que se compromete a reembolsar o empréstimo concedido em caso de incumprimento do calendário do beneficiário no que se refere aos créditos individuais e garantia conjunta exigida aos agrupamentos.

É suficiente colocar em grupo de 3, 5 ou 20 pessoas em média para os grupos, liberar um presidente, um secretário e um tesoureiro, para acompanhar os treinamentos para a gestão de microcréditos. A sessão de informação é designada pelo tema "*Animation*" e a sessão de treinamento é chamada "*Atelier*". Essas sessões diferentes são feitas no idioma local durante a maior parte do tempo. Após essas formalidades, eles se beneficiam dos créditos que são distribuídos aos membros do grupo. A figura 16 mostra os documentos a serem fornecidos, a saber: um atestado de residência, um formulário de compromisso, uma foto completa do cliente, uma fotocópia legalizada do documento de identidade nacional e garantias, um contrato de compra de terras antes o empréstimo, um formulário de compromisso retirado da instituição e preenchido pelo cliente.

Figura 16 – Alguns dos documentos requisitados para fornecer um pedido de crédito para o CLCAM.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A partir da análise da constituição do arquivo de empréstimos, pode-se lembrar que o acesso ao crédito é difícil para a maioria dos beneficiários, pois os 80% são analfabetos. Além das condições gerais para a concessão de empréstimos, existem outros critérios específicos para as IMFs e que são definidos de acordo com os seus objetivos.

Por exemplo, para se beneficiar do crédito para o CLCAM, é necessário abrir uma conta de poupança, pagar uma taxa de filiação de 500 FCFA¹¹ e uma quota de 5000 FCFA para ser um membro, para movê-lo por pelo menos 3 meses e para constituir uma poupança. Antes de 10-15% do valor do crédito solicitado, realizada uma atividade geradora de renda (IGA) e acompanhada todas as etapas de análise técnica do cadastro de crédito.

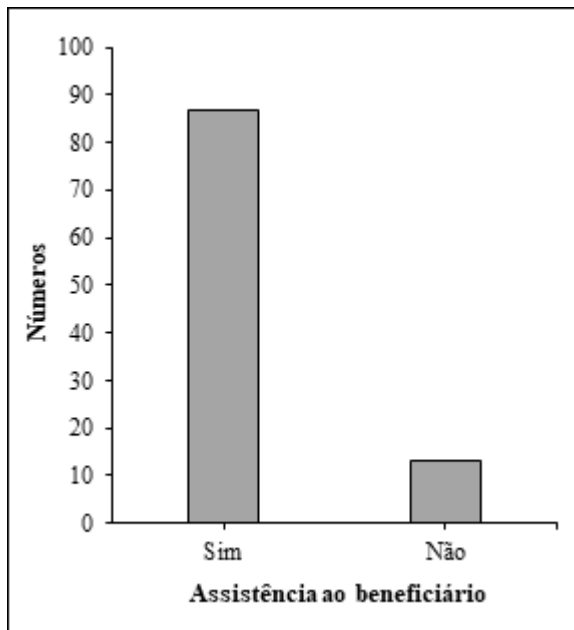
¹¹ FCFA: Franco da Comunidade Financeira Africana.

Os valores concedidos nesta instituição estão entre 50.000 FCFA e 1 milhão de FCFA com uma taxa de juros de 19% ao ano em um período de pagamento semanal. Em caso de atraso no período de reembolso, a margem para o atraso é uma redução de 10% a 15% e em caso de não restituição, há uma penalidade de 2% do mês mais uma comissão que é igual a 3.000F por mês. Esta quantia inesperada gradualmente enfraquece os beneficiários que eventualmente desaparecem sem pagar todo o seu crédito. A CAVECA oferece pequenas quantidades entre 20.000 FCFA e 50.000 FCFA com a mesma taxa de juros que a do CLCAM.

O PADME, quando concede empréstimos individuais variando de 80.000 FCFA a 10.000.000 FCFA, com uma taxa de juros de 2% ao mês sobre o crédito pendente com base no período de reembolso é de 10% a 13,5% ao ano. A duração do empréstimo concedido é fixada em 12 meses, incluindo um mês diferido. A data de pagamento do primeiro pagamento mensal é fixa e a data de pagamento do último também é fixa. No caso do PADME, precisa do cheque de pagamento do garantidor e ver o tempo que ele deixou antes da aposentadoria, levando em consideração seu salário em caso de descumprimento dos prazos de pagamento.

O monitoramento de atividades financiadas (gráfico 4) é uma das principais características dos procedimentos de IMF. Qualquer pessoa que recebe financiamento das IMFs é seguida. Esse monitoramento permite que a instituição assegure que os clientes invistam o crédito de acordo com o plano de investimento que serviu de base para a aplicação aprovada; lembrar os clientes de datas de pagamento para manter uma boa taxa de reembolso; recuperar os valores devidos sobre os créditos, não pagos. É feito em duas (02) etapas: o controle do uso do crédito e a visita de rotina.

Gráfico 4 – Monitoramento de atividades.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

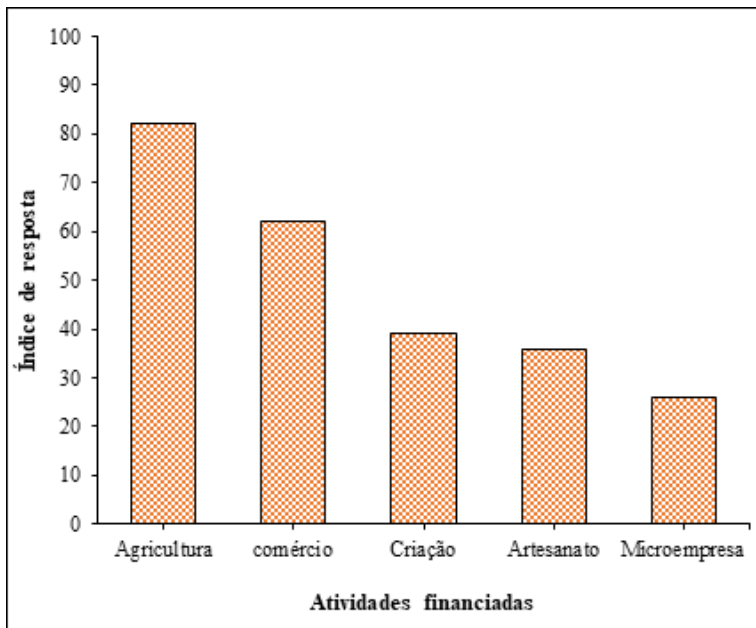
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

O gráfico 4 mostra que 87% dos entrevistados disseram que receberam seguimento após receberem crédito de instituições de microfinanças, enquanto 13% disseram que não o receberam.

O controle do uso do crédito é feito 15 dias após o desembolso do crédito pelo agente de crédito, onde ele verifica se o crédito foi utilizado conforme planejado pelo beneficiário. Ele se aproxima deles com cortesia para se interessar pelo bom andamento de suas atividades e lhes dá alguns conselhos. A visita de rotina ocorre quando os clientes possuem ou já possuíram alguma parcela em atraso, para ter certeza de que tudo está indo bem e dar coragem aos clientes em dificuldade para fazer esforços para honrar seu compromisso.

Durante as visitas de rotina, o oficial de empréstimo vai principalmente para clientes que já tiveram pelo menos uma irregularidade de pagamento em reembolso para garantir que tudo está indo bem e incentivar os clientes com problemas a fazer esforços para não falhar. O gráfico 5 apresenta diferentes atividade financiada pelo as instituições de microfinanciamento.

Gráfico 5 – Atividades financiadas pelas IFM no município de Allada.



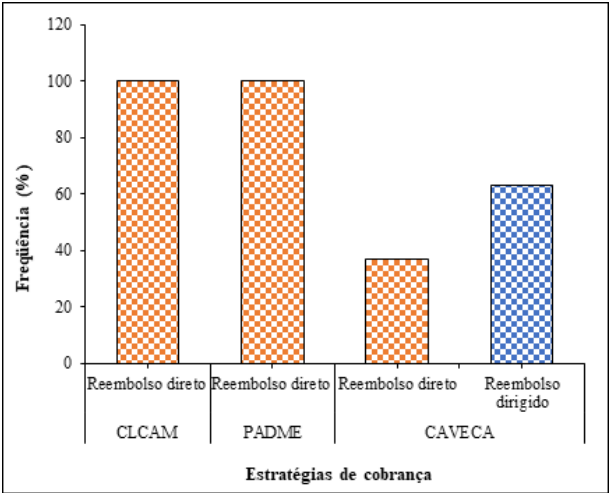
Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A partir da análise do gráfico 5, nota-se que a agricultura é a atividade mais financiada no município de Allada, com uma taxa de 82%. Em seguida, vêm as atividades comerciais com 62%, a criação (39%), o artesanato (36%) e por último as microempresas (26%).

As estratégias de cobrança diferem de uma IMF para outra. Duas formas de recuperação são observadas durante o levantamento de campo. Uma forma é permitir que os beneficiários venham e paguem diretamente à instituição; este é o caso do CLCAM e do PADME. A segunda forma consiste em enviar agentes de cobrança chefiados por um gerente de serviços agrícolas aos beneficiários. Esses agentes vão para as residências dos clientes de acordo com sua escolha para a cobrança de taxas de reembolso na forma de um tontine de 1.000 FCFA por semana ou um valor diário pago pelo beneficiário varia entre 100 FCFA e 500 FCFA. Essa estratégia de recuperação de tontina facilita o pagamento ao beneficiário (AZOCLI, 2007). O gráfico 6 apresenta as diferentes estratégias de cobrança das IMF e de recuperação de empréstimos concedidos por instituições de microfinanças.

Gráfico 6 – Estratégia de cobrança.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
 Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Através da análise do gráfico 6, nota-se que, ao nível do CLCAM e do PADME, 100% dos beneficiários vêm reembolsar diretamente às

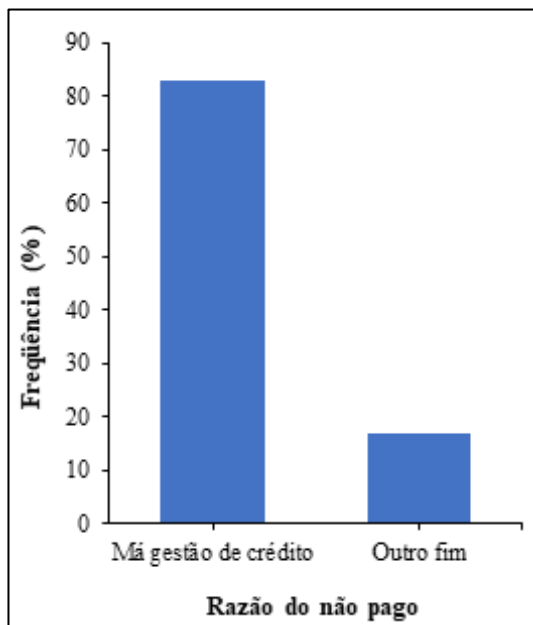
instituições, enquanto a CAVECA pratica duas formas. A utilizada pelas outras duas instituições acima mencionadas e um segundo formulário que consiste no envio de agentes de cobrança dirigidos por um chefe de operações aos beneficiários. Assim, 37% dos beneficiários da CAVECA vêm reembolsar diretamente à instituição, enquanto 63% preferem o reembolso dirigido. Deve-se notar que apenas a CAVECA fornece ambas as formas de recuperação no município de Allada.

A gestão de contas a pagar é a mesma no município de Allada, com algumas diferenças nas IMFs. As dívidas não pagas são classificadas em três categorias: dívidas não pagas que são os créditos pendentes desde o primeiro dia de reembolso até ao 89º dia; contencioso a partir do 90º dia; perdas do ano após o litígio.

Para este fim, um comitê de contencioso se reúne trimestralmente no nível de cada agência para decidir sobre dívidas pendentes. O assistente administrativo da agência elabora um relatório que especifica para cada cliente as seguintes informações: o valor nominal do crédito, o número de dias de atraso, o saldo do litígio, a data de passagem do crédito em litígio, as razões da passagem de crédito em litígios. A solução de controvérsias é feita de duas maneiras: a solução amigável e a solução judicial.

Para facilitar o alcance dos objetivos, cada oficial de coleta deve apoiar o representante do cliente na recuperação de arquivos com menos de 90 dias de atraso. Assim, no exercício de suas funções, assim que um dia de atraso no pagamento é percebido, o Gerente de Crédito a Clientes tem a obrigação de se aproximar do cliente para entender a causa de seu atraso e notificar que há parcelas em atraso. Assim, ele deixa o cliente ciente da importância de respeitar compromissos. O gráfico 7 mostra as razões pelas quais os beneficiários são incapazes de reembolsar o seu crédito.

Gráfico 7 – Razões para o não reembolso dos empréstimos



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Os dados dispostos no gráfico 7 demonstram que 83% dos entrevistados dizem que não pagaram por causa da má gestão e 17% dizem que o utilizaram para outros fins, tais como cerimônias fúnebres, batismos, tratamento em caso de doença, etc.

A fim de permitir que os agentes de crédito e cobradores de dívidas controlem melhor suas carteiras, uma demonstração de pagamentos pendentes é produzida diariamente pelo Diretor de Operações de Crédito e Poupança. Se o cliente não retificar sua situação após as primeiras visitas do Gerente de Crédito ao Cliente e do Coordenador de Desenvolvimento, ele receberá uma carta de lembrete. Assim, o cliente assina uma folha de acompanhamento contendo as

promessas feitas e as possibilidades de reembolso. Se após vários lembretes o promotor não pagar a sua dívida, o arquivo é enviado para o serviço de recuperação.

Os funcionários responsáveis pelos empréstimos recebem da célula de recuperação a lista dos arquivos em questão; com as pessoas responsáveis por esses arquivos, eles mantêm um programa para visitar os devedores (uma vez por semana); eles se movem em direção aos clientes para sensibilizá-los e trazê-los para o reembolso ou deixar de obter um compromisso sério; eles têm um formulário de acompanhamento assinado pelos clientes visitados.

Quando um pagamento pendente é atrasado por mais de 90 dias ou quando um arquivo por uma razão ou outra é declarado contencioso, o Coordenador de Atividades de Desenvolvimento da região em questão transmite o arquivo à unidade de acantonamento principal que o atribui à responsável pela recuperação da área por carta de transmissão com a obrigatoriedade de anexar os seguintes documentos: Cópia da conta de crédito do movimento; Cópia do movimento da caderneta de poupança; cópia da folha de acompanhamento após o lançamento; cópia dos lembretes; cópia dos registros de rastreamento de clientes com atraso; cópia de todos os compromissos assumidos pelo proponente; cópia do arquivo administrativo.

CAPÍTULO 4

PRODUÇÃO DA CUNICULTURA EM ALLADA

A produção de um grande número de coelhos jovens nascidos de fêmeas disponíveis em um tempo mínimo não pode ser feita sem rigor e sem organização. As principais atividades durante a engorda são: limpeza e desinfecção de instalações; nutrição animal; a remoção de cadáveres. Este é um trabalho previsto, além dos já programados em maternidade para reprodução. Os cunicultores da Allada têm uma associação chamada CCCA (Cooperativa Comunitária dos Cunicultores da Allada), administrada por um escritório composto por um presidente, um secretário e um tesoureiro. A cooperativa se reúne pelo menos uma vez por mês. A CCCA está em parceria com a ONG Bouge (que é um centro de treinamento especializado em atividades de produção em vários campos), a quem apresenta seus problemas na esperança de encontrar soluções adequadas. Também funciona em simbiose com CARDER.

No município de Allada, a maioria dos cunicultores procura a ajuda de seus filhos e parentes próximos para servirem de mão de obra. Deve-se mencionar que, neste município, as explorações cunicultoras são essencialmente familiares. Fazendas registradas praticam agricultura mista, ou seja, não existe uma fazenda de coelho típica. Nessas fazendas, os jovens estão envolvidos com formação em centros de treinamento agrícola para as quais vão afim de realizar estágio. A mão de obra aumenta durante os feriados. Por conseguinte, não existe uma mão de obra permanente nas fazendas de coelhos em Allada.

Enquanto isso, propriedade coletiva, indivisível e inalienável, o regime fundiário do município de Allada sofreu uma revolução. Os modos iniciais de acesso ao espaço eram ocupação e doação, como na maioria dos municípios em Benin. Na conjuntura de um sistema social, a doação é marcada por alianças de todos os tipos. A terra não poderia ser considerada como um bem pessoal e exclusivo, mas sim a de um clã

ou uma linhagem. Tudo o que ela gera e esse é o fato de o trabalho pertencer ao seu autor.

As crises de linhagem ou clã, os fatores introduzidos pela colonização, o crescimento demográfico, o comportamento mercantil de certos cidadãos mudou o sistema tradicional de posse da terra. Como resultado, as relações entre o homem e a terra são puramente econômicas, tanto que as propriedades individuais predominam. Em geral, o município de Allada continua atingido pela forte pressão de terra devido à sua proximidade com Cotonou, a capital econômica. “E, a terra é liquidada para os primeiros vencedores” (OKOU et al, 1992). Os proprietários de terras estão redistribuindo a terra para os proprietários interessados que atualmente têm direitos precários, os impedindo de reflorestar e investir sustentavelmente nestas terras. A aquisição de parcelas e os assentamentos dos edifícios ocorrem quase fora do controle das autoridades locais e comunitárias. Além disso, deve notar-se que o acesso à terra na área de estudo muitas vezes permanece por meio de aluguel, herança, doação e compra.

A produção familiar é feita em domicílios, em casas por terceiros que desejam praticar a cunicultura. A produção é baixa considerando a logística, a mão-de-obra reduzida utilizada e o objetivo do criador. No caso da produção familiar, ela destina-se ao consumo doméstico e à venda de uma quantidade muito limitada. A figura 17 mostra a produção familiar observada em uma casa em Ahouannonzoun.

Figura 17 – Produção familiar de coelhos em Ahouannonzoun.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

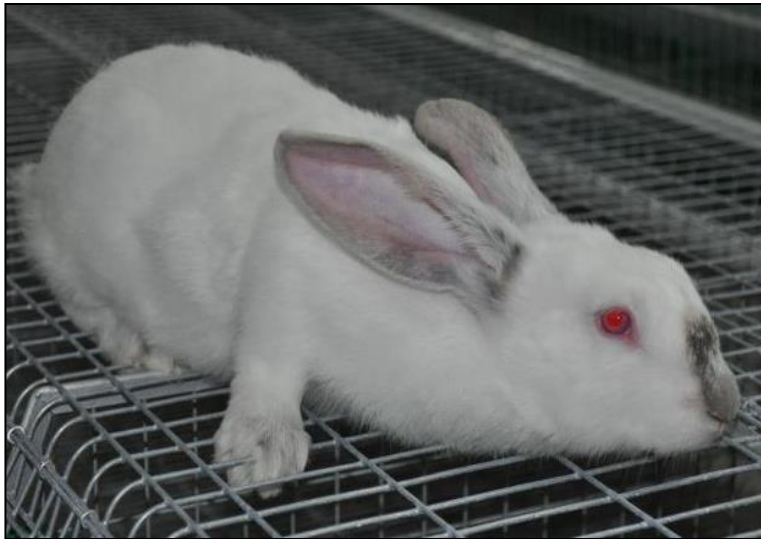
Conforme visto na figura, as gaiolas são colocadas contra a parede e mantidas em pranchas de madeira, sustentadas por pilares de concreto. A parte inferior das tábuas serve como um reservatório onde os excrementos de coelhos são coletados e armazenados antes de serem evacuadas algumas semanas depois. No balde azul mostrado na figura é onde a comida do coelho é mantida.

A produção industrial é praticada em grande escala, em fazendas ou em um espaço suficientemente grande usado para essa circunstância. A vantagem da produção industrial é que os coelhos são produzidos em número suficiente para atender a demanda de potenciais consumidores. Isto tem como consequência a melhoria do volume de negócios dos produtores.

No município de Allada, as espécies de coelhos predominantes são as seguintes por ordem de importância: Espécies leves, médias e pesadas.

A figura 18 mostra a espécie leve de coelhos observada em uma fazenda em Sékou. O animal tem um casaco branco ligeiramente manchado de cinza.

Figura 18 – Espécies leves de coelho de uma fazenda em Sékou.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

As espécies leves são animais de pequeno porte com um peso variando entre 2 kg e 3 kg quando adultos. Os coelhos desta raça são de boa qualidade materna e têm requisitos de alimentação menores do que outras raças. Estes coelhos atingem a idade adulta já entre 6-7 meses de idade. Esta raça de coelhos se encaixa muito bem em uma gaiola. A melhor idade para o primeiro acasalamento é de 4 a 5 meses. No

entanto, a produtividade numérica permanece bastante fraca (6 a 8 filhotes por gestação), bem como o peso vivo adulto dos coelhos.

A figura 19 mostra um coelho de tamanho médio trancado em uma gaiola. O animal tem pele branca manchada de preto. Parece mais gordo em comparação com coelhos de espécies leves.

Figura 19 – Coelho médio de uma fazenda em Sékou.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

As espécies médias têm um peso adulto variando entre 3 e 4 kg. Esta raça dá um número relativamente alto de filhotes por parto (8 a 10 filhotes). As fêmeas pertencentes a esta raça têm uma boa produção de leite e cuidam bem dos coelhos jovens. Eles também têm uma alta taxa de crescimento, desenvolvimento muscular importante e boa qualidade da carne.

Um exemplo de espécies pesadas é apresentado na figura 20.

Figura 20 – Espécies de coelho pesado de uma fazenda em Sékou.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

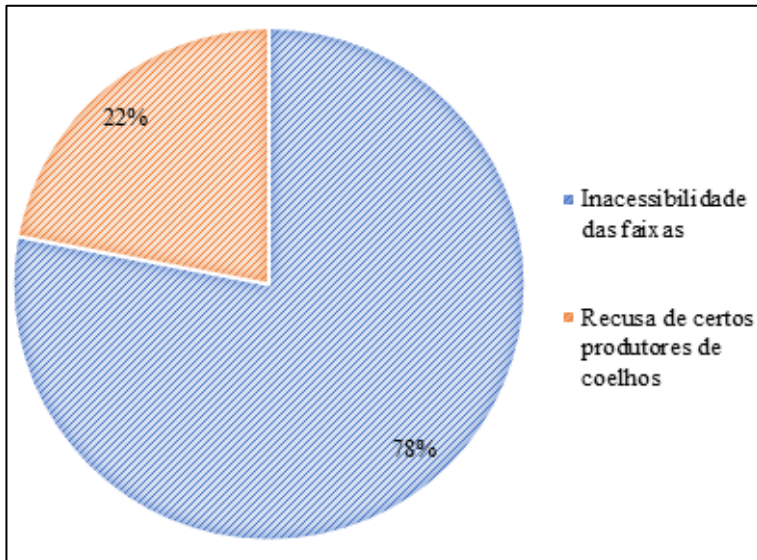
As espécies pesadas são raramente encontradas no município. A maioria deles está disponível para os agricultores através de estruturas de suporte, como a ONG Bouge e servem para cruzamento com raças leves e médias. Seu peso adulto vivo está entre 4-5 kg com extremos de 6-7 kg. Essas raças pesadas têm baixa fecundidade, mas bom potencial de cruzamento, o que os torna adequados para produzir carne. A melhor idade para o primeiro acasalamento é de 9 a 12 meses. Estes coelhos não suportam a criação em gaiola que causa dores nos pés após abscessos. Em geral, as raças de coelhos encontrados no município de Allada são derivadas, na maior parte, dos cruzamentos: são coelhos híbridos.

As espécies pesadas, comparadas às outras, são mais gordurosas (desenvolvidas). Coelhos pesados são os mais recomendáveis para serem cruzados com coelhos de outras espécies, a fim de obter coelhos de raça intermediária. A idade certa para o primeiro acasalamento depende da raça e do desenvolvimento individual do animal. Uma boa

reprodução requer apenas um macho por cada 10 fêmeas no máximo, mas também depende da intensidade das projeções (um macho pode projetar uma fêmea por dia), o calor, o estresse, a idade do macho, comida (SHIERE, 2004). De acordo com este último, é melhor ter dois machos porque evita a endogamia¹².

O gráfico 8, demonstrado a seguir, mostra as dificuldades encontradas durante as visitas de rotina dos funcionários da prefeitura.

Gráfico 8 – Dificuldades encontradas durante as visitas.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

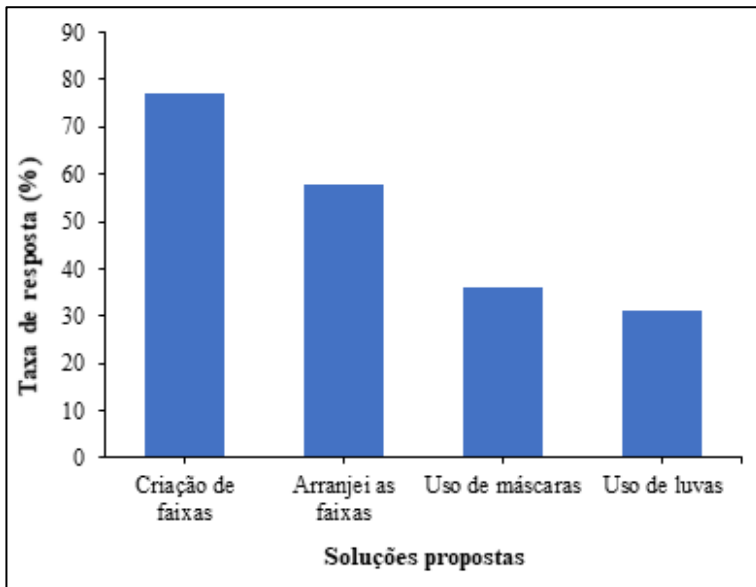
Conforme o gráfico, 78% dos inquiridos afirmaram que têm dificuldade em acessar locais remotos devido a estradas inacessíveis,

¹² Endogamia ou consanguinidade é uma técnica de acasalamento que consiste na união entre indivíduos aparentados, geneticamente semelhantes.

enquanto 22% afirmaram que alguns produtores de coelhos se recusam a permitir que os estrangeiros se aproximem da área onde a reprodução é realizada para evitar riscos de doenças.

O gráfico 9 mostra as soluções para as dificuldades encontradas pelos funcionários visitantes nos locais de criação de gado.

Gráfico 9 – Soluções propostas para as dificuldades encontradas.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Assim, 77% propõem a construção de novas faixas; 58% propõem a disposição de faixas degradadas; 36% propõem o uso de máscaras durante as visitas e 31% o uso de luvas.

Diferentes tipos de gaiolas usadas por cunicultores

O comportamento de uma fazenda de coelho é diferente da de outros animais de ciclo curto. É um animal que requer cuidados diários e monitoramento regular. Ele precisa viver em um lugar limpo. Uma gaiola bem projetada permite que ele cresça bem e se reproduza em boas condições. Uma gaiola tem um espaço no qual o animal deve realizar diferentes atividades; as áreas essenciais são alimentação, repouso, nidificação, de amamentação e, finalmente, área onde o coelho urina e defeca. Existem diferentes tipos de gaiolas dependendo do seu uso (gaiola da mãe, gaiola de engorda, gaiola masculina). Assim, atravessando as fazendas de coelhos do município de Allada, notaram-se vários modelos de gaiolas. As figuras 21 e 22 mostram dois tipos de gaiolas encontradas por criadores no município de Allada.

Figura 21 – Gaiola de ferro.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Figura 22 – Gaiola de arame galvanizado.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A gaiola de arame galvanizado é rara e essa raridade é devido ao preço de compra. O preço varia de um estabelecimento para outro. Por exemplo, para uma gaiola de 12 compartimentos, o agricultor compra com cem mil francos CFA enquanto as gaiolas de ferro custam quinze mil francos CFA e são as mais usadas. Mas existem outros tipos de gaiolas encontradas em diferentes lugares visitados. O mosaico 2 mostra gaiolas feitas pelos criadores no município de Allada. Estas gaiolas são feitas de materiais locais, como madeira, bambu, malha de arame, chapas e múltiplas combinações desses elementos.

Mosaico 2 – Gaiolas: em madeira e malha (a/d); com fundo de bambu (b) e; madeira e chapa com fundo de malha (c).



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

O papel do abrigo é proteger os coelhos da chuva, do sol, do clima quente, das correntes violentas do ar, dos ladrões e dos predadores (gato, cachorro, rato, cobra). Em geral, todos os materiais são bons para construir uma gaiola. Mas o que mais importa é a confecção do fundo das gaiolas (ADEHAN et al, 1994). No que diz respeito ao fundo da gaiola, deve ser de preferência metal galvanizado e, se possível, removível, isso evitaria lesões nas pernas de coelhos jovens. O fundo da gaiola assegura a passagem dos excrementos para que o animal esteja sempre em um local limpo. Este arranjo também reduz o parasitismo.

Uma manjedoura é sempre necessária em uma gaiola para garantir a distribuição de alimentos para os coelhos. É possível fazer alimentadores com materiais locais. Os criadores distinguem entre vários tipos de alimentadores: alimentadores enlatados, de madeira, ou construídos com cimento.

Todos os materiais locais utilizados para fazer as manjedouras podem ser utilizados para a produção de bebedouros. É aconselhável fixá-los firmemente para que os coelhos não sujem a água e não a desperdice; é aconselhável pendurar um pouco mais alto na gaiola. Mas bebedouros feitos de cimento ou argila geralmente são pesados para serem derrubados.

No mato, o coelho selvagem, que escava um buraco em que as fêmeas fazem seu ninho arrancando os pelos da barriga antes do parto. Os coelhos nascem nus e cegos no ninho de caixas, que os protegem do tempo frio e quente e dos predadores. O coelho doméstico sempre manteve esse comportamento ancestral. As dimensões clássicas de uma caixa de ninho são: 30 cm de comprimento, 25 cm de largura, 20 cm de altura (JOUVE, 1998). As figuras 23 e 24 apresentam alguns exemplos de insumos usadas pelos produtores. As manjedouras contêm ração granulada e bebedouros com água.

Figura 23 – Manjedoura, bebedouro e caixa de ninho.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Figura 24 – Manjedoura, bebedouro e caixa de ninho.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Nota-se que as manjedouras e bebedouros são feitos de terracota, com a única diferença de que na imagem b a calha utilizada é feita a partir de uma lata. Esta mesma foto mostra uma mãe de coelho com seus coelhos nascidos há 2 dias. Eles estão sem pelos e ainda não abriram os olhos. Eles estão alojados em uma caixa de ninho feita de madeira e contendo os pelos de sua mãe.

A seleção consiste em escolher certos coelhos e eliminar outros com base em critérios definidos. Assim, é necessário registrar os desempenhos dos indivíduos para preservar aqueles que darão os melhores resultados. Existem vários procedimentos de seleção, mas o

mais simples é a seleção em massa ou individual que consiste em escolher indivíduos com base em sua própria performance. Para a organização prática da seleção, é necessário preservar os descendentes dos criadores dando os melhores resultados. As fêmeas são escolhidas com base no número de coelhos e na capacidade do leite. Os machos são escolhidos de acordo com o número de descendentes e a conformação. Este procedimento aplicado ao longo de várias gerações pode melhorar o desempenho dos coelhos. O objetivo é ter muitos descendentes com uma boa taxa de crescimento. No entanto, não devemos ocultar os problemas genéticos que podem surgir se a seleção for malfeita. Assim, um macho de uma fêmea não deve acasalar os elementos da mesma linha.

Para os coelhos, os primeiros espermatozoides estão presentes na ejaculação aos 4 meses de idade, mas é necessário esperar até a idade de 6 meses para o primeiro acasalamento. A maturidade sexual é atingida em torno de 8 meses de idade. Estes dados variam de acordo com a dieta, raça e clima. Durante as colheitas sucessivas, o volume do ejaculado diminui, mas a concentração de espermatozoides aumenta do primeiro para o segundo e depois diminui. A produção máxima de esperma é obtida com um ejaculado por dia ou dois ejaculados todos os dias.

Nas fêmeas, ela pode se acasalar aos 2,5 a 3 meses de idade, mas geralmente sem ovulação. Em geral, um coelho é considerado na puberdade quando atinge 75% do peso do adulto. Em condições de reprodução, uma fêmea de 4,5 a 5 meses ou 2 kg pode ser considerada na puberdade. O coelho não apresenta um ciclo de auxiliar com ocorrência regular de calor. Ela é considerada uma fêmea no cio mais ou menos permanente com uma ovulação desencadeada pelo acasalamento. Cerca de noventa por cento (90%) dos coelhos com vulva vermelha aceita acasalamento, enquanto apenas 10% das fêmeas com vulva branca aceitam machos e são fertilizadas. A coelha grávida pode aceitar o acasalamento. Esse acasalamento durante a gravidez não tem consequências adversas para os embriões carregados pela fêmea.

O ritmo de reprodução é um dos fatores que afetam a produtividade numérica, ou seja, o número de coelhos produzidos por fêmea. Distinguimos o ritmo extensivo de desmame do coelho após 6 semanas de amamentação e estabelecemos o acasalamento logo em seguida. O número de coelhos jovens produzidos é baixo. O ritmo semi-intensivo é o ritmo mais comum. Neste, o coelho se mantém entre 7 e 15 dias após o parto e os coelhos são desmamados após 35 dias. Temos 6 a 7 ninhadas por ano. O ritmo intensivo, entretanto, é caracterizado pelo acasalamento do coelho logo após o parto e os coelhos são desmamados entre 25 e 28 dias. Mas, devido à alta tecnicidade que o criador deve demonstrar e aos recursos financeiros significativos que isso requer, esse ritmo intensivo não é praticado em Allada.

O acasalamento é a coabitação entre dois coelhos de sexos opostos e diferentes espécies que dão o nascimento aos láparos de tipo novo ou intermediário. Os acasalamentos entre cepas locais e espécies pesadas importadas são feitos. Isso torna os coelhos mais produtivos do que as cepas locais. No entanto, deve notar-se que esses animais importados (espécies pesadas) às vezes apresentam dificuldades na adaptação às condições de cultivo (tropicais) devido a diferenças de temperatura, habitação e condições de alimentação.

No município de Allada, o acasalamento natural é o mais difundido. Portanto, é muito raro ver os criadores recorrerem à inseminação artificial. Na prática, o acasalamento é feito na gaiola do macho. Antes de transferir a fêmea, é necessário monitorar sua saúde e observar a vulva para ver se está na fase de calor, ou seja, em um estágio hormonal, onde é capaz de aceitar do macho. A cor da vulva da fêmea deve ser vermelho brilhante. Quando a vulva é branca ou rosa, há poucas chances de acasalamento bem-sucedido.

Assim, quando a fêmea é receptiva, ela é introduzida na gaiola do macho. Ela para rapidamente, se alonga e levanta levemente a parte traseira, permitindo para o macho montá-la para o acasalamento. Se o acasalamento for bem-sucedido, o macho cai para o lado às vezes com um grito.

É preferível que haja pelo menos dois acasalamentos antes de removê-la da gaiola, além de verificar visualmente as protuberâncias para se certificar de que o macho não tenha ejaculado "próximo" no pelo da extremidade traseira da vulva da fêmea. Não deixar macho e fêmea juntos por longos períodos, especialmente se a fêmea mostrar sinais de agressão em relação ao macho. Se uma fêmea deve aceitar um macho, isso é feito dentro de 3 a 4 minutos após a introdução da fêmea na gaiola do macho. Depois desta vez, é inútil insistir. É necessário fazer o acasalamento dos coelhos quando é fresco, seja manhã ou tarde da noite. Em relação ao ritmo de uso de machos, é aconselhável limitar o número de acasalamento por machos para: 2 acasalamentos da primeira semana de reprodução e 4 acasalamentos na segunda semana.

O macho no início da reprodução não deve fazer mais do que um acasalamento por dia. Para machos mais velhos, eles podem fazer 2 a 3 acasalamentos por dia, observando um descanso de 20 a 30 minutos entre os acasalamentos sucessivos. No final de cada acasalamento, o criador deve registrar em cartões individuais, a data de acasalamento, a data estimada de parto e o número de indivíduos acasalados. Todas estas folhas são usadas para o monitoramento adequado da reprodução.

A duração da gestação em coelhos é em média 31 dias. Se uma gravidez dura mais de 33 dias, então o coelho deve ser palpado novamente. Se a palpação fosse positiva, o parto deve ter lugar na calma. O coelho não deve ser perturbado. A duração do parto varia de 15 a 30 minutos, dependendo do tamanho da ninhada. Será necessário fornecer água limpa à vontade para a coelha. Após o nascimento, o criador deve controlar os láparos recém-nascidos, contá-los, remover os nascidos-mortos e os restos da placenta. O peso médio dos coelhos ao nascer é de 50g. A caixa do ninho deve ser verificada diariamente desde o momento da entrega até que seja removida até o 28º dia. Uma coelha pari em média 6 a 7 coelhos jovens por parto.

O coelho consome uma variedade de alimentos, como forragem verde e seca, tubérculos, cereais, bagaços e assim por diante. No entanto, esses diferentes alimentos básicos são desequilibrados, razão

pela qual a reprodução racional baseia-se na alimentação completa de compostos. Esses alimentos compostos promovem o bom crescimento dos coelhos. Os alimentos podem ser farinados ou granulados. Os alimentos farinados podem causar doenças respiratórias, o que os faz preferir os alimentos granulados que são mais bem consumidos e fabricados de acordo com as necessidades específicas do animal.

Os coelhos lactantes consomem por dia e por cabeça aproximadamente 50 g de alimentos que não incluem a forragem que é dada à vontade. Os machos adultos consomem cerca de 40g de alimento por cabeça mais forragem. Os jovens em processo de engorda consomem 40g de alimento por dia além da forragem. Os coelhos são alimentados duas (02) vezes por dia. Na parte da manhã com ração e à tarde com forragem.

As matérias-primas utilizadas para produzir a ração são: milho, mandioca, farelo de trigo e materiais à base de proteínas, como farelo de soja, bagaço de palmeira, farelo de algodão e, finalmente, material de origem mineral: concha de ostras. Além desses alimentos, a água, energia, lipídios, celuloses ou fibras, proteínas, minerais e vitaminas de coelho precisam ser mencionados e dependem do tipo de reprodução. Se for uma pequena fazenda, o fazendeiro dá forragem, sobras de alimentos consumidos na residência, resíduos de colheita e jardinagem. A ração não será perfeitamente equilibrada, mas o custo permanece muito baixo.

O quadro 4 apresenta as matérias-primas utilizadas e sua porcentagem de proteínas, além das possíveis combinações para produção da ração.

Quadro 4 – Grupo de matérias-primas usuais e como combiná-las.

Grupo	Matérias-primas	Conteúdo de proteína %
A	Farelo de soja	42 a 46
	Farelo de amendoim	50
B	Feijões cozidos em seco	18
	Farelo de palmeira	15 a 19
	Farelo de algodão	41
C	Farinha de milho, arroz, sorgo, milheto	7
	Farelo de milho, arroz, sorgo ou milheto	9
D	Mandioca seca	2
	Batata doce seca	2
Combinações possíveis: 4 partes de C + 1 parte de A (80 % de C + 20 % de A); 3 partes de C + 2 partes de B; 2 partes de D + 2 partes de B + 1 parte de A.		

Fonte: Felding (1993).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Este quadro mostra as diferentes combinações possíveis, de acordo com os grupos de matérias-primas, para uma boa dieta do coelho. Conforme descrito, é possível combinar:

- a) 4 matérias-primas do grupo C mais 1 matéria-prima do grupo A;
- b) 3 matérias-primas do grupo C mais 2 matérias-primas do grupo B;
- c) 2 matérias-primas do grupo D mais 2 matérias-primas do grupo B mais 1 matéria-prima do grupo A.

Portanto, é preciso cinco materiais diferentes de diferentes grupos para um bom desempenho na produção de coelhos. O quadro 5 mostra, como exemplo, a porcentagem associada a uma combinação.

Quadro 5 – Exemplo de cálculo da porcentagem de proteína bruta em uma mistura.

Combinação	Matérias-primas usadas	Cálculo da proporção de uma mistura X de teor de proteína	Taxa de proteína bruta da mistura final
4C + 1A	4 partes de farinha de milho	$80 \times 7\% = 5,6$	5,6 + 8,4 = 14
	1 parte de farelo de soja	$20 \times 42\% = 8,4$	

Fonte: Djago et al (2010).
 Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise do quadro 5 mostra que 4 partes de farinha de milho (5,6) mais 1 parte de farelo de soja (8,4) dão, como teor de proteína bruta da mistura 14. A partir dos quadros anteriores, é necessário lembrar que a pecuária de coelho comercial exige, acima de tudo, o teor de proteína dos alimentos. Assim, as necessidades dos animais variam de acordo com a idade e o estágio de produção.

Doenças dos coelhos, higiene e prevenção

Uma doença aparece quando as condições ambientais são desfavoráveis ou sob o efeito de micróbios. O coelho é suscetível a muitos micróbios. Por conseguinte, é necessário controlar as principais doenças do coelho para tornar rentável um coelho reprodutor. Em coelhos, os sinais clínicos de agressão são adiados. Sinais de agressão só aparecem após uma semana ou mais. Deve-se notar que os parasitas internos (coccidiose) e externos (sarna) são responsáveis pela mortalidade em coelhos na maioria dos casos, na área de estudo. Portanto, é importante implementar medidas profiláticas e atuar efetivamente no meio ambiente. Se, apesar de tudo, persistirem as doenças, deve-se delimitar sua extensão. A seguir, trataremos das doenças digestivas ou respiratórias, frequentemente encontradas na criação de coelhos.

As doenças digestivas atingem animais de todas as idades e resultam em uma diminuição do consumo de alimentos sólidos, especialmente. O sinal dominante nestas doenças é a diarreia. Consiste em uma emissão de fezes líquidas que mancham a parte de trás do coelho. É devido a várias causas, como mudanças na gaiola durante a reprodução, transporte, especialmente após o desmame, susto, presença de visitantes incomuns, ruídos incomuns persistentes, dieta desequilibrada, pouca água potável de qualidade, micróbios, especialmente bactérias, coccídea, enterite mucoide, enterotoxemia e colibacilose.

As doenças respiratórias são comuns em fazendas de coelhos e manifestam-se por espirros e às vezes tosse. Para controlar essas doenças, é necessário limitar a poeira, o teor de amônia e as correntes de ar. Evitar também mover coelhos durante períodos quentes do dia. Em caso de doença respiratória, é necessário usar OxytetracyclineND.

Além das doenças digestivas e respiratórias, podemos citar a sarna, abscessos (especialmente relacionados à impureza) e a mastite comumente encontrada na criação de coelhos. A luta contra a sarna é realizada pela administração da Ivermectina (Ivomec DND, AlfamectinND). É aconselhável eliminar os coelhos com a sarna e tratar todos os outros coelhos da criação.

No município de Allada, a maioria dos cunicultores reluta-se a vacinar os coelhos por várias razões, a saber: o custo das vacinas (bastante alto); o tamanho da produção (relativamente baixo); o tipo de produção (família).

A boa saúde do coelho é explicada não apenas pela boa nutrição, mas também pela higiene e prevenção de doenças potenciais. A higiene visa lutar contra as causas da doença antes de ocorrerem, e portanto, é altamente recomendável. É necessário melhorar o fornecimento de quantidade e qualidade, remover o animal dos efeitos do clima (chuva, luz solar, vento) e os ataques de animais selvagens. O criador deve observar as seguintes regras de higiene: manter a limpeza na criação, ter um banho de pé na entrada do edifício de reprodução, ter um balde contendo solução desinfetante para as mãos, descartar roupas de trabalho (casaco branco ou azul ou outra roupa), ter botas.

O cunicultor deve evitar a introdução de outros animais no prédio de criação de coelhos e depositar os rebentos dos coelhos perto dos edifícios de reprodução. É proibido o acesso de estrangeiros a edifícios de gado, bem como a troca de coelhos de diferentes criações. O equipamento de construção e reprodução deve ser periodicamente desinfetado. Os produtos químicos recomendados para desinfecção são: cresilo, amônio quaternário, 10% de óxido de cálcio, 1% ou 2% de formalina. Recomenda-se enterrar cadáveres de edifícios pecuários. A

figura 25 mostra alguns medicamentos e produtos usados por cunicultores nas fazendas de coelhos, que servem tanto para desinfetar as instalações, quanto para tratar coelhos infectados.

O princípio da quarentena recomenda que todo o estoque reprodutor jovem ou velho comprado fora e destinado a renovação deve ser colocado em quarentena (isolado) por pelo menos 2 semanas de observação antes da introdução no rebanho de sua recepção.

Figura 25 – Medicamentos e produtos utilizados por cunicultores.



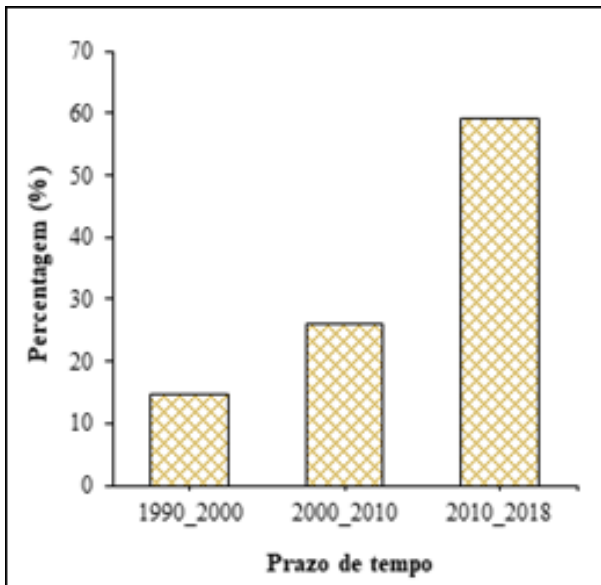
Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A quarentena deve estar em gaiolas individuais longe de outros coelhos. Estas gaiolas serão mantidas tão limpas quanto as utilizadas para a criação real de coelhos. O objetivo da quarentena é duplo: garantir o estado de saúde dos coelhos introduzidos na fazenda e tratá-los. O veterinário desempenha o papel de apoio e conselhos para criadores de coelhos. Sabendo que qualquer reunião de animais em um pequeno espaço aumenta os riscos de microbismo, parasitismo, é

importante conhecer as doenças mais comuns dos coelhos. Isso permite antecipar os meios de prevenção para evitar a instalação de doenças e sua propagação. Mas deve notar-se que qualquer atividade de reprodução deve ser feita com ações preventivas de saúde marcadas por um componente permanente de higiene rigorosa e fundamentada. O gráfico 10 apresenta a evolução da produção de coelhos de 1990 a 2018 no município de Allada.

Gráfico 10 – Evolução da produção de coelhos de 1990 a 2018 em Allada.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A partir da análise do gráfico, nota-se que há uma baixa taxa de crescimento na produção de coelhos de 15% entre 1990-2000. Esta baixa taxa é justificada pela inexistência de instituições de microfinanças no município de Allada. Após as suas instalações em

2000, verificou-se um ligeiro aumento da produção de coelhos. Está crescendo a uma taxa de 26% entre 2000-2010. Nesse período, os produtores tinham dificuldades em aceder ao crédito concedido pelas instituições de microfinanças. Por fim, de 2010 a 2018, pode ser observada uma alta taxa de crescimento de 59% na produção de coelhos. Essa alta taxa se traduz em acesso fácil ao microfinanciamento. Pode-se concluir que o estabelecimento de instituições de microfinanciamento levou a um aumento do crescimento da produção de coelhos no município de Allada.

Gestão técnica da pecuária de coelhos e mitigação de impactos

Baseia-se principalmente no gráfico de acompanhamento, no planeamento e nas inscrições necessárias para administrar uma fazenda de criação de coelhos.

A fim de gerenciar ou monitorar adequadamente o seu rebanho, é essencial que os cunicultores possam controlar a taxa de evolução de suas unidades de coelhos, primeiro por meio de um gráfico ou folha de monitoramento. A tabela a seguir (tabela 3) apresenta um exemplo de monitoramento do rebanho de um cunicultor em Allada.

Tabela 3 – Monitoramento de uma pecuária.

Classificação	Espécimes
Machos	06
Fêmeas	35
Láparos	05
Engorda	23
Total:	69

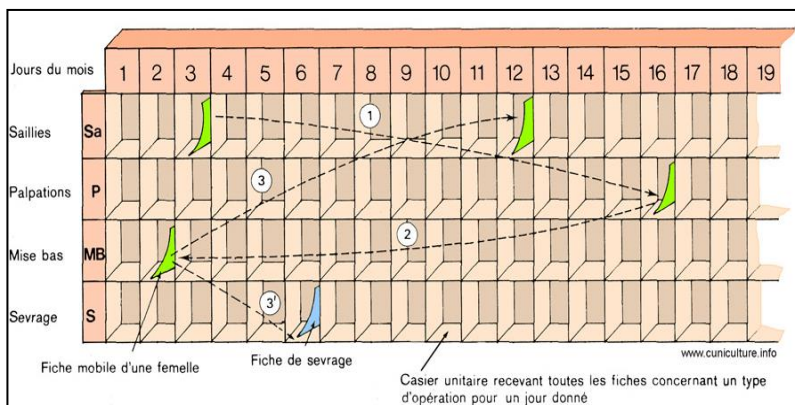
Obs.: Monitoramento realizado em 05/04/2018.

Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

O exame deste quadro indica que, a partir de 05 de abril de 2018, a fazenda de coelho possui seis (06) machos e trinta e cinco (35) coelhas reprodutoras. O número de filhotes é de cinco (05) e o de coelhos engordados é de vinte e três (23). Então, naquela data, havia sessenta e nove (69) coelhos no coelheiro. E, portanto, uma criação importante e é essencial planejar.

Nas fazendas de coelhos em Allada, alguns cunicultores usam o armário de cronograma para as várias operações que são observadas. O armário de planejamento é facilmente feito com madeira. Uma grande caixa (figura 26) é construída em que os espaços estão dispostos na forma de ninhos de pombo.

Figura 26 – Diagrama de funcionamento de uma programação de armário.



Fonte: Le guide pratique de l'éleveur de lapins sous les tropiques, 2^{ème} édition (DJAGO et al, 2010).

Existem 31 caixas horizontais correspondentes aos dias do mês, instaladas em 4 níveis correspondentes às seguintes operações: prática

de reprodução (nível 1), controle de gestação (nível 2) ou palpação, preparação de nascimentos (nível 3) e desmame (nível 4); o que resulta em um total de 124 espaços. A linha que corresponde a preparação para o parto pode ser dividida (uma linha para a preparação de caixas de ninho e uma linha para predição de parto) se a preparação de caixas de ninho for superior a 2 ou 3 dias antes da data planejada para parto (30 dias após a criação positiva).

Neste exemplo de gerenciamento de um armário de cronograma, uma fêmea (cartão verde) é copulada no dia 3 de um mês N de 30 dias. Ela é palpada para o diagnóstico de gravidez 13 dias depois, então o dia 16 do mês N. Se detectada gravidez, seu registro é então movido para os espaços que correspondem ao parto, e esperam por 29 dias, ou seja, até o dia 2 do mês N + 1. Assim que ela dá a luz, seu registro é então movido para o compartimento de reprodução 8-10 dias depois, ou seja, entre os dias 10 e 12 do mês N + 1. Ao mesmo tempo, é criado um registro de desmame (azul). Em seguida, a fêmea segue para a gaiola de desmame no dia 6 do mês N + 2. O desmame leva em torno de 31-33 dias. Note-se que, em cada ocasião, o evento é gravado no cartão.

A gravação de diferentes parâmetros zootécnicos de animais permite que o cunicultor siga no tempo e no espaço a evolução de sua criação. Este registro também serve como base para o trabalho de seleção.

Na maternidade, os registros individuais dos machos e das fêmeas, as fichas de desmame, os registros do grupo devem ser mantidos rigorosamente atualizados. Eles devem ser colocados em arquivos e classificados para evitar possíveis perdas e erros. Modelos de folhas individuais para fêmeas ou machos comumente usados em fazendas são representados nas figuras 27 e 28.

Figura 27 – Exemplo de um registro individual do desempenho de uma fêmea.

Fiche d'Élevage FEMELLE											
cuniculture.info			Femelle N°			Cage n°			Sortie le :		
Elevage :			Entrée le								
Origine femelle			Age 1ère Saillie			Cause					
n	Saillie		P	Mise Bas			Sevrage		nb	poids	Observations
	date	Mâle		A	date	ret	ado	viv			
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											
12											

Fonte: Le guide pratique de l'éleveur de lapins sous les tropiques, 2^{ème} édition (DJAGO et al, 2010)

Figura 28 – Exemplo de um registro individual do desempenho de um macho.

Fiche d'Élevage MÂLE											
Élevage			Mâle n°			Cage n°					
cuniculture.info			Entré le			Sorti le					
Origine mâle			Age 1ère saillie			Cause					
n°	Saillie		Mise Bas correspondante		Observations	Saillie		Mise Bas correspondante		Observations	
	date	N° Femelle	Nombre nés totaux	Nombre nés totaux		date	N° Femelle	Palpation	Nombre nés totaux		
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

Fonte: Le guide pratique de l'éleveur de lapins sous les tropiques, 2^{ème} édition (DJAGO et al, 2010).

O registro coletivo tem a vantagem de permitir que o agricultor faça rapidamente os cálculos das taxas de partos, taxa de fertilidade, taxa de mortalidade entre nascimento e desmame, para avaliar a profliferidade da reprodução.

Ao engordar, o criador também deve registrar periodicamente, o número de coelhos desmamados e o número de coelhos abatidos; peso de coelhos desmamados e coelhos abatidos (peso vivo, peso da carcaça); a evolução da mortalidade; consumo de alimentos. Tudo isso lhe permite avaliar a velocidade de crescimento, mortalidade, índice de consumo de engorda, rendimento no abate.

Esta seção destaca o impacto da produção de coelhos no meio ambiente. As diversas atividades que se desenvolvem no município afetam negativamente o meio ambiente. O pecuarista durante sua atividade destrói parte da flora buscando forragem para os animais e também ameaça a fauna. A flora é um habitat para espécies animais. O criador de coelhos, procurando forragem para a alimentação de seus coelhos, destrói a vegetação. Esta destruição provoca o desaparecimento de espécies como roedores, répteis, lagartos... Os produtos químicos, como o cresil, os raticidas para controlar as baratas, as formigas contribuem para a poluição ambiental e constituem um verdadeiro problema de saúde, não só para o cunicultor, mas também para a população circundante. Além disso, deve-se enfatizar que os excrementos tornam o ar insuportável.

O município de Allada possui uma grande diversidade de recursos naturais. A proteção do meio ambiente é uma garantia de desenvolvimento sustentável. Os recursos naturais merecem uma proteção especial pois o Benin possui um Ministério do meio ambiente cujas especificações é garantir sua proteção. Esta proteção significa ter um processo de decisão para combater a degradação e a poluição. Como uma solução alternativa contra a poluição do ar, há como caminho mais eficaz para a proteção da natureza, fauna e flora que vivem nessas florestas. Consiste em substituir as florestas destruídas por outros plantando novas árvores.

O cunicultor deve reduzir e usar moderadamente os produtos químicos nos rebanhos; desinfetar poços de estrume com fogo; enterrar coelhos mortos para ter uma atmosfera saudável e habitável. O governo deve sensibilizar os pecuaristas sobre a proteção dos componentes ambientais e sua importância na vida social, econômica e cultural das populações, organizando sessões de informação e conscientização; organizar sessões de reflorestamento com frequência em todo o território nacional, estando em comunicação com a população.

CAPÍTULO 5

DINÂMICA DA COMERCIALIZAÇÃO DE COELHOS E RESTRIÇÕES RELACIONADAS COM O DESENVOLVIMENTO DA CUNICULTURA

Os cunicultores no município de Allada experimentam duas situações, dependendo se a oferta é maior que a demanda ou o efeito oposto. Assim, em tempos de abundância de galinhas no mercado, o comprador prefere mais frango que coelho. Como resultado, a demanda de coelhos é menor que a oferta. O fazendeiro não faz uma boa receita. Por outro lado, a escassez de galinhas no mercado leva o cliente a preferir o coelho. Assim, o suprimento em coelho é menor do que a demanda. Em tal situação, o agricultor ganha mais dinheiro porque ele define o custo de venda da unidade como ele entender.

Vários grupos como Mowossokpo, Ifedou, Gbenonkpo ajudam os criadores a comercializar carne de coelho. Muitas vezes, cada agricultor vende no varejo ou no atacado de acordo com as recomendações dos clientes. Além disso, existem vários mercados de consumidores de carne de coelho. Os nomes desses mercados, os dias de animação e os principais produtos vendidos são apresentados no quadro abaixo (quadro 6):

Quadro 6 – Lista de mercados existentes no município de Allada e os principais produtos vendidos.

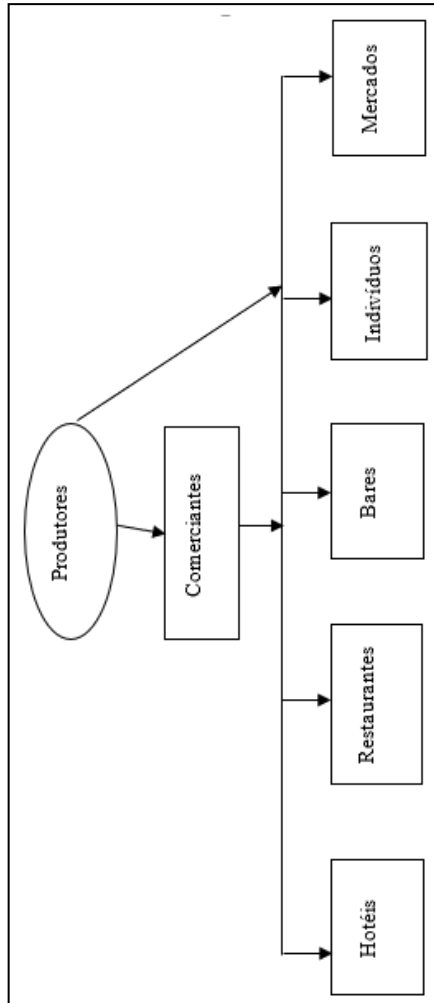
Nomes dos mercados (locais)	Dias de animação	Principais produtos vendidos
Allada, Adanhounsa (d'Allada); Avakpa (Avakpa); Sékou (Sékou); Oudomè, Gandromèdé (Lon Agonmè); Tata (Ayou); Attogon (Attogon); Agbanou (Agbanou); Tokpa bossa (Tokpa); Alihoho (Togoudo); Lokoli (Lissègazoun); Awannonzoun (Ahouannonzoun)	5 dias	Milho, gari, inhame, aves, carne de coelho, artigos de vestuário, pimenta, tomate, cebola, carne de ovelha, óleo, batata-doce, arroz, feijão, vegetais.
Hinvi (Hinvi)	Todos os dias	

Fonte: Pesquisa de campo (2018). abril 2018

A análise dos dados no quadro 6 mostra que vários produtos, incluindo carne de coelho, são vendidos nos mercados do município de Allada. Este quadro permite assim concluir que existem muitos mercados para o fluxo do coelho no município.

Cerca de setenta por cento (70%) da produção de coelhos no município são transportados para grandes cidades como Abomey-Calavi, Cotonou e Porto-Novo, que ainda são conhecidas como áreas de alto consumo. Mas deve-se notar que o transporte é caro para os produtores. A entrega é geralmente feita a crédito. É por isso que o produtor é obrigado a carregar outros produtos. Os trinta por cento (30%) dos coelhos restantes são vendidos no município para as senhoras promotoras de restaurante e em período de celebração para terceiros. Assim, o fluxo de coelho segue um circuito de marketing esquemático da seguinte forma, conforme descrito no esquema 2:

Esquema 2 – Circuito de comercialização de carne de coelho no município de Allada.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise deste esquema permite observar que existem vários locais de venda de coelhos como hotéis, restaurantes, bares, indivíduos e mercados. Como resultado, o mercado de coelhos é um bem importante que motiva as pessoas a criar coelhos.

Para apreciar melhor a rentabilidade de uma fazenda, os cunicultores da Allada desenvolvem estratégias de gerenciamento de fundos. As receitas e despesas são registradas pelo criador. Os coelhos lançados para o autoconsumo da família, para oferecer aos amigos, etc., são registrados no nível da receita e são contados como coelhos vendidos. A renovação do rebanho é feita com especial atenção especialmente com coelhos externos ao risco de não baixar a produção ou fazer desaparecer a reprodução. Todos os coelhos selecionados para engorda para substituir os reprodutores no final de sua carreira são registrados na seção receita. O agricultor leva em consideração a depreciação de edifícios, gaiolas e equipamentos pequenos ao calcular a rentabilidade. No momento da avaliação da unidade de produção, a força de trabalho é levada em consideração se é família ou salário. Os bons agricultores, no final de cada ano, fazem um balanço para estabelecer objetivos técnicos e financeiros ao nível da fazenda.

Rentabilidade e destino dos ganhos

O preço de venda do coelho geralmente varia de acordo com as estações. Durante a estação chuvosa, o preço é relativamente baixo, ao contrário da estação seca durante a qual o preço é alto devido ao alto tamanho da demanda. O quadro 7, a seguir, explica os períodos de variabilidade de preços e os lucros que os comerciantes podem alcançar em cada período.

Quadro 7 – Variabilidade de preços por período.

Período	Preço de venda pelo produtor em kg	Preço de venda da Kg pelo comerciante na FCFA		Preço de transporte por kg na FCFA	Rentável pelo comerciante por kg em Fcfa
Junho a outubro	600 FCFA	Coelho vivo	1000	50	350
		Coelho em uma carcaça	1200	50	550
Novembro a maio	900 FCFA	Coelho vivo	1800	100	800
		Coelho em uma carcaça	2000	100	1000

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise do quadro mostra que de junho a outubro e de novembro a maio, o criador vende o coelho respectivamente a 600 F e 900 F por quilograma. No mercado, durante os mesmos períodos, o preço de venda do coelho é de 1000 F/kg e 1200 F/kg de carcaça com 50 F/kg de transporte. Isso permite que ele gere um lucro de 350 F/kg ou 550 F/kg dependendo se o coelho está vivo ou em carcaça. De novembro a maio, o produtor entrega o kg a 900 F/kg, enquanto o comerciante vende-o a 1800 F/kg ou 2000 F/kg dependendo se o coelho está vivo ou em uma carcaça com transporte de 100 F/kg. Isso permite que ele obtenha um lucro de 800 F ou 1000 F/kg dependendo se o coelho está vivo ou em carcaça.

Tomemos o caso de um bando de 30 coelhos-mãe; o número médio de coelhos por parto de um coelho reprodutor é 6. A taxa de

mortalidade $TM = 10\%$ se for utilizada uma alimentação composta e $TM = 15\%$ se a alimentação for fraca de parto para engorda e à venda.

$TM = \frac{180 \times 10}{100} = 18$. Assim, dos 180 coelhos paridos pelos 30 coelhos reprodutores com a taxa de 6 coelhos em média, permanecerão 162 coelhos do nascimento até a engorda. Com estes cálculos, presume-se que 150 coelhos permanecem até a venda.

Os dados de rentabilidade da pecuária, especificamente durante a estação seca, estão dispostos no quadro 8, apresentado a seguir:

Quadro 8 – Rentabilidade da pecuária durante a estação seca.

Designação	Despesas na FCFA	Preço de venda em FCFA de 150 coelhos (2 kg/coelho) a uma taxa de 1300 o kg	Ganhos
Ração	180.000	390.000	165.000
Água	15.000		
Transporte	10.000		
Mão de obra	20.000		
Total	225.000		

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

O estudo do quadro 8 mostra que os 150 coelhos produzidos pelos 30 coelhas-mãe são vendidos em 390000 FCFA, 4 meses após o nascimento, quando cada coelho pesa 2 kg. Os gastos feitos na fazenda representam 225.000 FCFA. Então, o lucro líquido é de 165.000 FCFA. Também deve ser lembrado que durante a estação seca, o intervalo de

parto é inferior a quatro meses porque os coelhos são bem alimentados e, portanto, crescem rapidamente.

Observemos o quadro a seguir (quadro 9), que agora, apresenta os dados de rentabilidade da pecuária em estações chuvosas:

Quadro 9 – Rentabilidade da pecuária durante a estação chuvosa.

Designação	Despesas na FCFA	Preço de venda em FCFA de 150 coelhos (2 kg/coelho) a uma taxa de 800 o kg	Ganhos
Ração	100.000	240.000	112.000
Água	5.000		
Transporte	15000		
Mão de obra	8000		
Total	128.000		

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A análise do quadro 9 mostra que os 150 coelhos produzidos pelos 30 coelhas-mãe são vendidos em 240.000 FCFA 4 meses após o nascimento quando cada coelho pesa 2 kg de peso. As despesas realizadas no valor de reprodução são de 128.000 FCFA. Então o lucro líquido é de 112.000 FCFA.

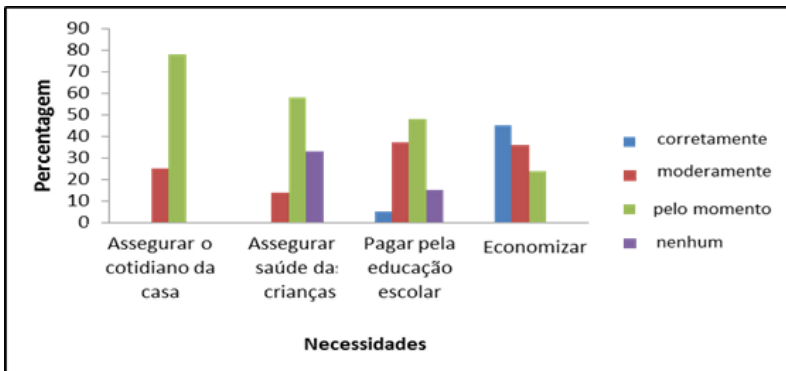
Comparando os dados dos dois quadros e os comentários, parece que a produção de coelhos é mais rentável durante a estação seca.

Destino do lucro ou impacto de crédito das instituições de microfinanças nas condições de vida dos beneficiários

A produção de coelhos em Allada tem uma importância socioeconômica notável na vida das populações de consumidores em geral e a dos coelhos e comerciantes em particular. Note-se que os beneficiários do microcrédito já exerceram suas atividades antes da chegada das IMF no município. Mas, esses microcréditos vieram ajudá-los a fortalecer, aumentar sua produção e comercialização. O acesso aos serviços das IFM aumentou seu volume de negócios ao controlar a distribuição das receitas da venda de coelhos.

A melhoria da situação na qual estão os beneficiários reflete o poder para melhor atender as 05 (cinco) necessidades vitais em questão à alimentação, educação, medicina, abrigo e vestimentas. Mesmo que não possam satisfazer todas as suas necessidades sociais, suas rendas permitem satisfazer grande parte delas. Como resultado, a renda das atividades é usada para diversos fins. Os dados abaixo fornecem informações sobre o impacto dessa atividade em agricultores e comerciantes (gráfico 11).

Gráfico 11 – Destino dos ganhos dos produtores.



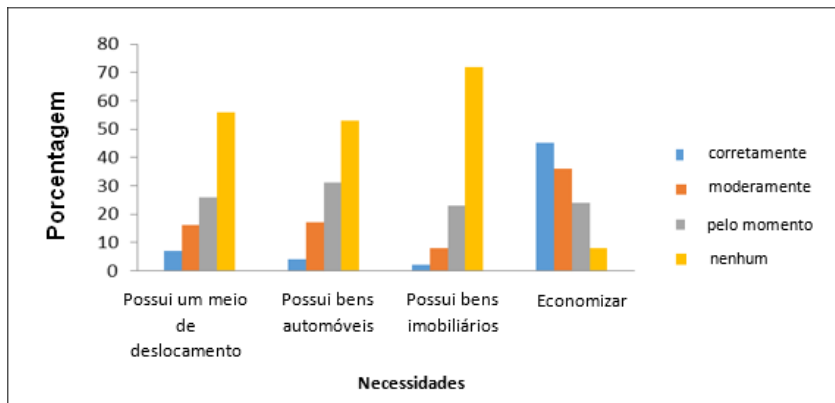
Fonte: Prefeitura Municipal de Allada (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A partir da análise do gráfico 11, parece que os produtores usam seus ganhos para manter as despesas cotidianas do lar, garantir cuidados de saúde, pagar as taxas escolares de crianças e, finalmente, economizar. Assim, 26% dos cunicultores conseguem moderadamente e 74% por momento asseguram a vida diária da casa. 14% fornecem moderadamente, 55% prestam cuidados de saúde por momento e 31% falham. 5% asseguram corretamente, 35% fornecem moderadamente, 46% por momento asseguram a escolaridade das crianças e 14% não conseguem. Respectivamente 43%, 34% e 23% são economizados corretamente, moderadamente e por momento. Assim, a criação de coelhos contribui para o desenvolvimento dos produtores de coelhos.

O gráfico a seguir (gráfico 12) demonstra para onde é destinado os lucros dos comerciantes.

Gráfico 12 – Destino dos ganhos dos comerciantes.



Fonte: Prefeitura Municipal de Allada (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

A partir da análise deste gráfico, percebemos que os comerciantes usam seus ganhos para adquirir meios de deslocamento, possuir imóveis, móveis e, finalmente, economizar. Assim, 7%, 15%, 25% e 53%, respectivamente, têm um meio de deslocamento correto,

médio, por momento ou não. A propriedade pessoal é adquirida corretamente, moderadamente, às vezes e não em todos em 4%, 16%, 30% e 50%, respectivamente. O imobiliário é feito corretamente, moderadamente, às vezes e não em todos em 2%, 8%, 20% e 70%, respectivamente. Finalmente 42%, 32%, 21% e 8%, respectivamente, economizam corretamente, moderadamente, às vezes e não.

Em geral, a produção de coelhos é uma atividade secundária de quase todos os criadores de coelhos e comerciantes no município de Allada. Razão pela qual eles não podem conseguir muito com esse. Mas, as poucas receitas que obtêm lá ajudam a chegar ao fim, especialmente durante a temporada de amadurecimento. Assim, a cunicultura tem um efeito positivo em criadores de coelhos e comerciantes no município de Allada.

Restrições relacionadas ao desenvolvimento e promoção da cunicultura

A má distribuição provoca grandes inconvenientes tanto para os beneficiários como para as próprias instituições. A maioria dos beneficiários de crédito está muito longe das agências da IMF. Cerca de 85% dos entrevistados estão localizados em média a 30 km dos escritórios das instituições que estão localizadas no município. Na verdade, a distância que separa alguns clientes de seus credores é um fardo adicional, uma vez que as partes interessadas são obrigadas a pagar cada vez mais para ir ao local das IFM.

Outros caminham várias horas para chegar aos lugares. Além disso, a longa distância entre as agências das IFMs e os beneficiários leva alguns a adiar suas reuniões com os organizadores de estruturas. No entanto, as sessões de informação e treinamento são realizadas no nível da sede e é durante essas reuniões que as experiências são compartilhadas pelos diferentes participantes, a fim de permitir-se mutuamente evitar a má gestão do crédito obtido.

Quanto às consequências da má distribuição nas IMFs, elas são de três tipos: redução do número de clientes, falta de reembolso de créditos temporários e desaparecimento de certos beneficiários (êxodo rural ou mudança para outras cidades ou países como a Nigéria). Tais ocorrências explicam os casos múltiplos de empréstimos inadimplidos registrados pelas diferentes IMFs.

Pesquisas de campo mostraram que 47% dos agricultores não têm orientação e treinamento. O crédito concedido pelas IMF aos criadores de gado é muito baixo, enquanto a taxa de juros é alta. As dificuldades relacionadas à duração do desembolso e os prazos são evocados pelos beneficiários de todas as IFM que intervêm no município de Allada. Mas vale a pena mencionar que a duração do desembolso no nível de PADME e CAVECA está mais ou menos adaptada ao período de atividades, enquanto o CLCAM geralmente não respeita o período normal de desembolso. Da mesma forma, os termos de acesso ao crédito são complexos.

O clima tem um impacto negativo na produção de coelhos em Allada. As chuvas regulares e o clima frio de julho, agosto e setembro causam danos enormes aos rebanhos pela presença de doenças como diarreia, coccidiose, invasão de pragas de insetos. Da mesma forma, o coelho é sensível ao clima quente observado nos meses de fevereiro a abril. Durante estes meses, o trabalho se torna caro por causa da apatia do gado, informaram 75% dos criadores.

A observação direta no campo revelou que mais de metade dos agricultores (70%) mantêm e alimentam o seu gado insuficientemente em comparação com (30%) dos criadores que satisfazem seus coelhos. Assim, a baixa produção de coelhos em Allada é explicada pela desnutrição do rebanho e pela manutenção insuficiente da coelheira. Para 15% dos produtores, nem todas as técnicas de produção são fáceis de aplicar. Isso faz com que outros criadores, incapazes de se candidatar, obtenham resultados de desmotivadores.

O canal de marketing é mal organizado, o que às vezes enfraquece o preço de venda. Às vezes, a distância do ponto de

produção do mercado de vendas é bastante longa. Tudo isso faz com que alguns jogadores ainda vendam seus produtos no local de produção mais barato, com 65% de criadores de coelhos em Allada.

Deve-se lembrar que várias restrições dificultam o desenvolvimento da produção de coelhos no município de Allada. A fim de aproximar a atividade de microfinanças a esses objetivos iniciais de enfrentamento da pobreza, são formuladas sugestões para as populações beneficiárias e os gestores das IFM e também para o governo beninense.

Note-se que as condições de acesso aos créditos não favorecem a adesão do grande número, mas especialmente os produtores que são os pilares do desenvolvimento socioeconômico. Diante das dificuldades enfrentadas pelas IFM, foram propostas algumas medidas. Entre outras coisas, as medidas visaram facilitar o acesso aos empréstimos de um grande número de agricultores e, acima de tudo, reduzir e simplificar as formalidades a serem concluídas; adotar a taxa de interesse de acordo com o padrão de vida das populações locais; aumentar a quantidade de crédito para os beneficiários, especialmente os agricultores; facilitar o reembolso aos beneficiários, aumentando o prazo de vencimento; a sensibilização, o acompanhamento permanente e a luta contra o analfabetismo nas zonas rurais permitirão aos beneficiários evitar a má gestão do crédito, tanto quanto possível; deslocalizar e descentralizar as agências de IMF para servir melhor as populações de base, ao mesmo tempo que implementar um sistema que pode favorecer aqueles que não possuem poupança prévia; instalação da agência MFI em outros distritos para reduzir a desigualdade de distribuição e permitir que o resto da população que não tenha acesso aos serviços das IMF se beneficie; fortalecer o sistema de monitoramento dos beneficiários em relação ao reembolso e conscientização após a obtenção de microcréditos para uma gestão eficiente dos empréstimos concedidos.

O governo deve fortalecer a alfabetização e torná-la acessível para o maior número de populações, especialmente os beneficiários dos

créditos; garantir um ambiente macroeconômico favorável para as atividades de microfinanças. Manter a inflação dentro de limites aceitáveis (estabilidade de preços), taxas de câmbio realistas e melhorar as condições de acesso dos mais pobres ao microcrédito, fortalecendo a capacidade das IMFs. São esses alguns pré-requisitos para o desenvolvimento de instituições de microfinanças sustentáveis e para que estas obtenham o efetivo apoio dos doadores.

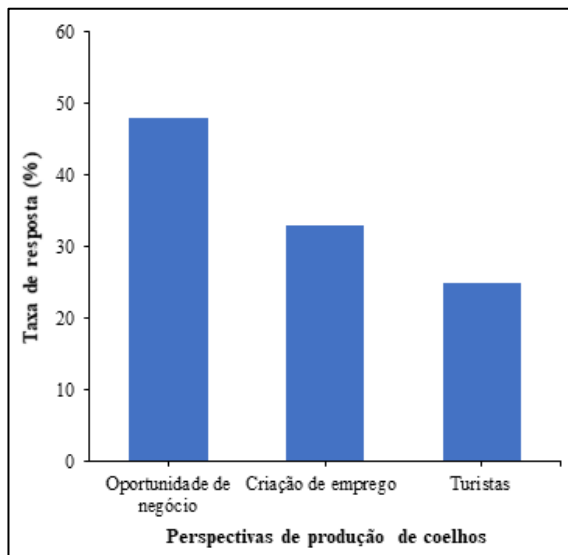
Para fortalecer a importância econômica e sua capacidade para manter o bem-estar da família, é imperativo tomar medidas adequadas para desenvolver a criação de coelhos no Benin. Não é um segredo que aumentar a capacidade de crescimento de coelhos por falta de mercados deixa alguns produtores desanimados e às vezes se questionando se eles poderão realizar esta atividade a longo prazo. Assim, os cunicultores devem adotar um bom comportamento e fazer boas disposições, verificando se a instituição de micro finanças é realmente reconhecida ou aprovada pelo Estado; efetivamente usem o crédito para o objetivo prefixado, porque é a única possibilidade para eles não terem atrasos nos reembolsos; ajam de boa fé e compreendam que o crédito concedido é um meio de desenvolver a própria atividade, reembolsando o crédito recebido em tempo útil para se beneficiarem de outro crédito e permitirem que outras pessoas também se beneficiem disso.

Para contribuir para o desenvolvimento deste setor, é necessário garantir uma supervisão periódica aos produtores em relação às novas técnicas de reprodução; o governo, os municípios (prefeituras) devem trabalhar em sinergia com os produtores para ajudá-los a encontrar mercados para seus produtos. Para isso, pode ser estabelecida uma parceria com a República Federal da Nigéria, que tem uma população de mais de 200 milhões de habitantes.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Pescas deve adotar uma lei que proíba ou restrinja a importação de carne de coelho para preservar a carne local contra qualquer competição que venha do exterior; encorajar o início da produção industrial, fornecendo aos criadores conhecimentos adequados e treinamento para o

monitoramento adequado desse ramo; organização periódica do dia do cunicultor para condecorar os melhores criadores de coelhos; selecionar produtores de coelhos e trazê-los para países onde a produção de coelhos é altamente desenvolvida para permitir-lhes adquirir novos conhecimentos nesta área. As opiniões acerca do tema cunicultura em Allada estão distribuídas no gráfico a seguir (gráfico 13):

Gráfico 13 – Opiniões sobre a cunicultura em Allada.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Organização: Mohamed, M. M. (2018).

Esta figura apresenta as diferentes oportunidades que a criação de coelhos traz ao município de Allada. 48% dos entrevistados afirmam que dá aos jovens a oportunidade de iniciar o seu próprio negócio, 33% para a criação de empresas e depois 25% dos entrevistados afirmam que a criação de coelhos atrai turistas que vêm aprender novas técnicas de criação e também ensinar as técnicas que conhecem.

PARA CONCLUIR

Nossa pesquisa constituiu-se num aprendizado em todas as etapas. Cientes das mais variadas dificuldades encaradas no processo de concepção desse trabalho, o esforço da pesquisa aqui empreendida caminhou no sentido de avaliar a contribuição do microfinanciamento na cunicultura com ênfase na análise geográfica do setor, ou seja, na compreensão das formas de organização das instituições do microfinanças no país e particularmente no município de Allada, bem assim sua relação com as formas de organização dos cunicultores.

Em conformidade com os resultados da pesquisa, podemos dizer que o município de Allada tem vários recursos naturais, humanos e econômicos que são favoráveis ao estabelecimento das IMFs e possui condições destacáveis para amparar o crescimento e a promoção da cunicultura.

O microfinanciamento não é um conceito novo. É privilegiado atualmente para a luta contra a pobreza. Muitas instituições estão sendo criadas para desenvolvê-la. Infelizmente, na prática, esta atividade ainda enfrenta dificuldades. As sucessivas falências de várias instituições de microfinanças provam que ainda há esforços a fazer para o seu desenvolvimento.

No município de Allada, dadas as muitas crises do setor, não se pode dizer que as IMFs sejam bem administradas. Isto justifica o número insignificante de IFM registradas em Allada. Falta um serviço de coordenação que possa orientá-los na prevenção de crises. A profissão evoluiu devido ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação. Por exemplo, não existe um sistema para centralizar informações relativamente aos créditos. Isto dá aos indivíduos a liberdade de tomar vários créditos ao mesmo tempo.

Além disso, a má gestão das finanças, o analfabetismo dos beneficiários, o isolamento de certas localidades constitui uma

desvantagem para a boa leitura do contributo das instituições do microfinanciamento no município. Assim, para dar mais visibilidade à ação dessas estruturas de microfinanças na área de estudo, elas devem investir em infraestrutura básica e criar mais condições que favoreçam o acesso das pessoas ao financiamento e outros serviços.

O microfinanciamento pode ser visto como um dos principais meios para a efetivação do desenvolvimento social, tendo em vista que o acesso ao crédito garante ao indivíduo uma relativa igualdade de oportunidades, melhora suas condições de vida e trabalho e contribui para o próprio desenvolvimento econômico do País.

No município de Allada, o microfinanciamento permite aos beneficiários atender às suas necessidades básicas, mas ainda não lhes dá a perspectiva de alcançar autonomia financeira. O microfinanciamento talvez não seja tão transformador; porém vimos que é uma forma de gerar renda e, com limitações, promover inclusão social. É verdade que o microfinanciamento está longe de alcançar a erradicação total da pobreza, mas definitivamente um bom começo.

Uma das particularidades da produção de coelhos no Benin é a coexistência de dois sistemas de produção: um sistema tradicional de pequenas propriedades familiares e um sistema racional (composto de partes principais de criadores que são membros da ABeC). A participação da pecuária tradicional ainda é importante, muito mais do que em outros setores. É difícil estimar porque escapa a pesquisas e censos e tem muito pouco envolvimento em canais comerciais organizados. Por conseguinte, a produção global é avaliada, por um lado, pelos abates regulamentados da ABeC, que correspondem essencialmente à produção dos seus membros e, por outro, às figuras do fabrico de alimentos que permitem estimar produção tradicional.

As dificuldades encontradas pelos cunicultores ainda são persistentes. As principais restrições para o desenvolvimento do sector dos coelhos no Benin são o alto custo e, por vezes, a qualidade duvidosa das rações peletizadas disponíveis no mercado, o fraco desempenho das atuais altas tensões, a insuficiente organização dos atores, a falta de

profissionalismo de vários atores da indústria de coelhos, a insuficiência / falta de formação / reciclagem de coelhos, a elevada taxa de mortalidade, a falta de um sistema de controle de qualidade (carne, especialmente alimentos de coelho) no setor, compromisso fraco do Estado na promoção do setor e falta de acesso ao crédito. Os problemas identificados devem ser resolvidos a partir da melhoria do diálogo entre os atores do microfinanciamento e todos os atores envolvidos na cadeia produtiva, sendo sua produção, diversificada e comercializada, além de coelhos vivos ou abatidos, outros coprodutos e subprodutos da atividade cunícola. Há necessidade de uma entidade que organize a compra, venda e entrega de animais a nível nacional.

REFERÊNCIAS

ADÉBODOUN, O. Perspective de la décentralisation pour le développement de la commune de Pobè. *Mémoire de maîtrise de Géographie*, Université d'Abomey-Calavi, Bénin, 33 p. 2007.

ADECHOUBOU, M. Les banquiers ambulants au Bénin. *Revue Tiers-Monde*, n° 145, vol. 37, p. 59-68. 1996.

ADEHAN, R. et al. Comparative study of palatability of twenty three forages used in rabbit breeding: first results. *Cahiers Options Méditerranéennes*, vol. 8, p. 125-129. 1994.

AGBANDJI, L. *La Gouvernance territoriale a l'épreuve du capital social de la royauté traditionnelle dans la commune d'Abomey*. 2011.

ALMEIDA, M. G. de. Diáspora: viver entre territórios. E entre culturas? In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

ALOKO, M. *Impacts socio-économiques des structures de microfinance dans la Commune de Sakété*. Mémoire de maîtrise de géographie, DGAT/FLASH/UAC, 72 p. 2011.

ANCB. *Association Nationale des Communes de Benin*. 2018. Disponível em: <https://www.ancb-benin.org/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=52&Itemid=207&lang=fr>. Acesso em: 07 jul. 2019.

ANDRÉ, S. Problématique des impayés de crédits dans les IMF: Cas du PAPME. *Mémoire de cycle I*, ENAM/UAC, 48 p. 2007.

ASECNA. Statistique sur la climatologie. *Agence pour la sécurité de la Navigation Aérienne*, 2018.

ASSIDON, E. *Les théories économiques du développement Poche*. 2002

ASSOGBA, Y. *Développement communautaire en Afrique: comprendre la dynamique des populations*. 2008.

AWONO, A. Census of Housing: Detailed housing characteristics. *American Indian and Alaska Native areas*, vol. 3-5. 1990.

AZOKLI, R.; ADJIBI, W. *Microfinance au Bénin, évolution et perspectives*. 2007.

BÂ, A. H. Amkoullel, l'enfant Peul. *Mémoires*. Paris, Actes Sud, 410p. 1991.

BECKER, D. F. A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n° 12, p. 23-46, jul./dez. 2000.

BLANC, F. et al. La pérennité et la durabilité des élevages de ruminants dépendent des capacités adaptatives des femelles. *INRA Prod. Anim.*, n° 17, vol. 4, p. 287-302. 2004.

BLANCHET, D. *L'impact des changements démographiques sur la croissance et le marché du travail: faits, théories et incertitudes*. 2001.

BLANCKAERT, C. Le terrain des sciences humaines. Instructions et enquêtes (XVIII – XIXe siècle). *Index: histoire des sciences humaines*, Paris, L'harmattan, 404 p. 1996.

BONNAL, J. Participation et risques d'exclusion - réflexions à partir de quelques exemples sahéliens. Participation Populaire. *FAO*, Rome, vol. 9. 1995.

BOUCHER, L. et al. A genome-wide survey of RS domain proteins. *RNA*, n° 12, vol. 7, pág. 701-1693. 2001.

BRAND, D.; DUROUSSET, M. Dictionnaire thématique histoire géographique. *Edition DALLOZ*, Paris, Cedex, 593 p. 2005.

BRUNET, R. Mondess Nouveaux. *Géographie Universelle*, 1990.

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. EDUCS, Caxias do sul. 1998.

CAMDESSUS, M. Réaliser l'objectif constitutionnel d'équilibre des finances publiques. *Rapport du groupe de travail présidé por Michel Camdessus*, 21 jun. 2010.

CARIDE, J. A.; FREITAS, O. M. P.; CALLEJAS, G. V. *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: perspectivas pedagógicase sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições, 2007

CASTELLINI, C. et al. Comparison of different reproduction protocols for rabbit does: effect of litter size and mating interval. *Livestock Production Science*, p. 131-139. 2003.

FEDERATION OF CD LEARNING (CDF). *Femmes et microfinance*. 1987.

CHABI, G. *Stratégies endogènes de financement du développement communautaire dans la Commune de Kouandé*. Mémoire de maîtrise de géographie, Université d' Abomey-Calavi, Bénin, 81 p. 2011.

CHAVIS, D. M. Mobilizing for Community capacity Building. *Présentation au LAREHS*, Université du Québec à Montréal, 2000.

COLIN, M.; LEBAS, F. Le lapin dans le monde. Paris: Edition Association Française de Cuniculture. 287 p. 1995.

CORIOLANO, L. N. M. Os limites do Desenvolvimento e do Turismo. In: CORIOLANO, L. N. M. (org.). *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Fortaleza: Editora Premium, 2003.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: ARTMED, 3 ed., 296 p. 2010.

DARDEL, E. *L'homme et la terre: nature de la réalité géographique* Presses Universitaires de France. 133 p. 1952.

DE SARDAN, O. *Anthropologie et développement: Essai socio-anthropologie du changement social*. Edition Khartala, 365 p. 1995.

DEBERRE, J. C. Décentralisation et Développement local. *Revue Afrique Contemporaine*, n° 221, 252 p. 2007.

DELAY, C. Identification et analyse des mécanismes efficaces de remboursement de crédits sur vivriers au Bénin. Rapport d'étude APRA/INRAB, PAPA, 86 p. 2002.

DERRUAU, M. *Géographie humaine*. Armand Colin, Paris, 413 p. 1976.

DESTINO BENIN. *Abomey*. Disponível em: <<http://destinobenin.org/abomey/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

DI MÉO, G. *Géographie sociale et territoires*, coll. Fac-géographie, 1998.

DINIZ, F. *Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo*. Lisboa: Edições Sílabo. 2006.

DJAGO, A. Y. *Insémination artificielle des lapins de race commune au Bénin: dilueurs à base de produits locaux*. 1999.

DJAGO, A. Y. et al. *Le guide pratique de l'éleveur de lapins sous les tropiques*, 2ème édition. 2010.

DJAGO, A. Y. et al. Zootechnie et gestion d'une exploitation cunicole. *Rapport FAO, Cotonou*, 1998.

DUPPONT, M.; HOFFMAN, K. *Evaluating development aid: issues, problems and solutions*. Sage, New-delhi, 1992.

ENRIQUEZ, V. A. Hacia una delimitacion conceptual del desarrollo regional/local. *Desarrollo regional / local en El Salvador: retos estratégicos del siglo XXI FUNDE*. San Salvador, 1997.

FASSINOU, R. *Impacts des structures de micro fiance sur les activités génératrices de revenus dans le 5ème Arrondissement de Porto-Novo*. Mémoire de Maîtrise, Abomey-Calavi, UAC, FLASH, DGA. 2008.

FIELDING, D. *Le lapin Editions Maisonneuve et Larosse Paris*. 1993.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION (FAO). L'élevage du lapin. *Série Apprentissage Agricole*, n° 36-37, Rome. 1993.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION (FAO). L'élevage du lapin. *Série Apprentissage Agricole*, n° 36-37, Rome. 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION (FAO). Production et santé animales. *Collection FAO*, n° 19. 2000.

FORESTIER, P. Les enjeux de la micro finance. Quel rôle spécifique pour le financement rural et agricole. In: *Horizons Bancaires*, n° 320, p. 9-22, out. 2005.

FORTUN-LAMOTHE, L. et al. *Effects of level and origin of dietary energy on reproduction performance of the does and health status of the young*. J. Rech. Cunicoles, Paris, France, 11, 129-132. 2005.

FORTUN-LAMOTHE, L.; DEBRAY, L.; GIDENNE, T. Influence of low dietary starch/fibre ratio around weaning on intake behaviour, performance and health status of young and rabbit does. *Anim. Res.*, n° 51, 63-7. 2002.

GIDENNE, T.; GOGAN, G. Feed intake limitation strategies for the growing rabbit: effect on feeding behaviour, welfare, performance, digestive physiology and health: a review. *Anim. Res.*, n° 6, p. 1407–1419. 2012.

GOGAN, G. *Microfinance et problématique de réduction de la pauvreté au Bénin: expérience des femmes du programme de Micro Crédits aux Plus Pauvres (MCP) dans la commune rurale d'Adjara*. Mémoire de Maîtrise. 2012.

GOUTCHOËSSA, B. *Contribution à l'amélioration des politiques d'octroi et de recouvrement des crédits dans les institutions de microfinance: cas de la MODEC*. Mémoire de maître de sciences économiques, option management des entreprises, UAC/FASEG, 80 p. 2007.

GUEDENON, J. *La dynamique des tontines dans le commerce informel dans l'arrondissement de Bohicon*. Abomey-Calavi, UAC, FLASH, DGAT, 2007.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

HENDERSON, P.; VERCSEG, I. *Community Development and Civil Society: Making Connections in the European Context*. Bristol, United Kingdom, 213 p. 2010.

INSTITUT GEOGRAPHIQUE NATIONAL (IGN). *Fond topographique*. 1992.

ILBOUDO, B. Identification et analyse des mécanismes efficaces de remboursement de crédits sur vivriers au Bénin. *Rapport d'étude APRA/INRAB*, PAPA, 86 p. 2009.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DE L'ANALYSE ECONOMIQUE. *Résultat du recensement général de la population et de l'habitat Cotonou*. Bénin, 35 p. 2013.

JOSEP, A. *Impacts socioéconomiques du crédit agricole sur l'économie rurale dans la basse vallée de l'Ouémé*. Mémoire de maîtrise de Géographie, Université d'Abomey-Calavi, 110 p. 2000.

JOUVE, D. *Mémento de l'éleveur de lapins*. AFC, Editeur Lempdes Hulot, 1988.

KENDA, S. F. *Portée et limites de la microfinance dans la lutte contre la pauvreté: cas du Bénin*. Mémoire professionnel. 56 p. 2011.

KOLOSZY, K. *Annuaire horizon local de Globenet*. Version archivée du 02 avril. 1997.

KOUSSIHOUÉDÉ, J. *Renforcement de la capacité financière des communes: cas de la commune d'Avrankou*. Ecole Nationale d'Administration et de Magistrature, 72 p. 2005.

KPODÉKON, M. et al. Impact d'un centre cunicole de recherche et d'information sur la recherche et le développement de la cuniculture au Bénin. *World Rabbit Science*, p. 25-30. 1992.

LABRUNE, G. *Le microcrédit: une opportunité économique et sociale?*. 2010.

LEBAS, F. et al. Rabbit breeding in tropical conditions, comparative study between a local strain and an european strain. II. Utilization of local concentrate or of imported pelleted feed in fattening rabbits. *6th World Rabbit Congress*, Toulouse, France, vol. 3, p. 381-388, jul. 1996.

LEBAS, F. Alimentation et santé digestive chez le lapin. *Cuniculture Magazine*, n° 33, p. 63-70. 2007.

LEBAS, F. Recommandations pour la composition d'aliments destinés à des lapins en production intensive. *Cuniculture Magazine*, n° 31, vol. 2. 2005.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos. 1974.

LELART, M. *De la finance informelle à la microfinance*. AUF et Editions des Archives Contemporaines, 2005.

LOUGBEGNON, T. *Approche analytique de la faible bancarisation dans les pays de l'UEMOA: Cas du Bénin*. BTS. 2002.

MARIC, M. *Dans Mouvements*. P. 193-195. 2001.

MARTINS, G. I. V.; MARTINS, C. I. D. Desenvolvimento Local: da teoria á pratica. Cap.VII In: MARQUES, H. R.; RICCA, D.; FIQUEIREDO, G. P.; MARTIN, J. C. (Org). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexão e perspectiva*. Campo Grande: UCDB, 2001.

MAYOUKOU, C. *Gouvernance du développement local*. L'Harmattan, 244 p. 2003.

MENSAH, C. *Pauvreté et Micro Finance: une étude de l'accessibilité des ménages pauvres aux micro crédits dans les systèmes financiers décentralisés: cas des départements du Mono et du Couffo*. Thèse pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome, Université d' Abomey-Calavi, 155 p. 2002.

MERCIER, G.; LAMARRE, J. *Les chantiers de la géographie*. Vol. 50, n° 141, 2006.

MINISTÈRE DE L'INTERIEUR, DE LA SÉCURITÉ ET DE L'ADMINISTRATION TERRITORIALE (MISAT). Atlas monographique des circonscriptions administratives du Bénin. Paris, 154 p. 2006.

MONTALIEU, T. *Les institutions de micro-crédit: entre promesses et doutes. Quelles pratiques bancaires pour quels effets dans Monde en Développement*. 2002.

NARAYAN P. *Le guide de la micro finance*. Paris, édition organisation, 290 p. 2004

NATONNAGNON, I. *Impact socioéconomique des institutions de microfinance sur les groupements de femmes dans la Commune d'Adjarra*. Mémoire de maîtrise en Géographie à l'Université d'Abomey-Calavi, 73 p. 2009.

OGO UWALE, E. *Stratégie endogènes de Financement et gestion du développement local dans l'arrondissement de Kilibo*. Mémoire de Maîtrise de géographie. Université d'Abomey-Calavi. 2002. 118 p.

OKOU, et al. *Contribution du microcrédit à l'amélioration du revenu non agricole des femmes rurales*. Thèse pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome, UAC: FSA, 82 p. 1992.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. *Anthropologie et développement*. Essai en socio-anthropologie du changement social, APAD, Karthala, Paris; 221 p. 1995.

OMS. *Organization Mondial de laSanté*. 1999.

OUEDRAOGO, G. J. *Microfinance, micro-assurance structuration du milieu pauvre: état des lieux des mutuelles de solidarité au Sud Kiviri*. RDC, 34 p. 2011.

PASCAL, C. *Impacts socio-économiques des micro-crédits sur les populations féminines au Bénin: cas des Fon de Savi*. Mémoire de maîtrise en Sociologie à l'UAC, 102 p. 2001.

PASCAL, C. et al. *Pérennité des institutions de micro-finance: étude de cas des ASF dans le Nord Bénin*. Thèse pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome, UAC: FSA, 101 p. 2003.

PDC. *Plan de développement communal de la commune d'Allada*, 2014.

PDC. *Programmation du développement de la commune d'Allada*. 217 p. 2005.

PECQUEUR, B. *Le développement local*. Paris: Syros, 2000.

PORTUGUEZ, A. P. Desenvolvimento e escala local: contribuições para o debate de temas complexos e controversos. In: PORTUGUEZ, A. P., MATOS, P. F. CASTANHO, R. B. (orgs.). *Leituras geográficas: ensaios teóricos sobre temas da contemporaneidade*. Ituiutaba: Barlavento, p. 54-72. 2016.

PORTUGUEZ, A. P. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira*. Ituiutaba: Barlavento, 2015.

PORTUGUEZ, A. P. *Geografía Humana del bajo río Doce*. Uberlândia: Assis, 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. *Territorialité: concept ou paradigme de la géographie sociale?*. Geographica Helvetica, n° 2, p. 91-96. 1986.

RGPH. *Recensement Général de la population et de l'habitation n04*. INSAE, Bénin. 2013.

RIST, G. Le développement. Histoire d'une croyance occidentale. *Presses de Sciences Po*, 442 p. 2001.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento unico à consciencia Universal*. Rio de Janeiro. São Paulo, Editora Record, 2000.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SÉHO, M. *Gestion endogène des ressources en eau dans la commune de Sakété*. Mémoire de maîtrise de géographie, Abomey-Calavi, UAC/FLASH, 79 p. 2007.

SERVET, J. M. Risque, incertitude et financement de proximité en Afrique: une approche socioéconomique. *Revue Tiers-Monde*, tome XXXVII, n° 145, p. 41-57. 2006.

SHIERE, J. Micro finance et autonomie féminine. *Working paper*, n° 240, Centre Auguste et Léon Watras, Université Lyon 2-CNRS. 2004.

SOKPON, M. *Etude de la rentabilité d'un projet d'élevage de porc*. Mémoire de Licence en Gestion des Entreprises, UAC. 1995.

SOSSOU, A. *Rentabilité de l'activité cunicole au Bénin: Cas des élevages de l'ABeC*. Mémoire de DTS en Gestion des Entreprises, ENEAM/UAC. 2013.

SOUZA, N. de J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

TALON. Femmes et développement de la micro finance, accès et gestion. Cotonou, collection. *Joie d'entreprendre*, édition Ruisseau d'Afrique, 92 p. 2001.

ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE (UNESCO). *Projet transdisciplinaire*. 1997.

VACHON, B. *El desarrollo local, teoría y práctica: reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo*. Gijón: Trea, 2001.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações. *Revista Internacional de desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

VERGER, P. F. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 1980.

WOTTO, D. *Microfinance et réduction de la pauvreté dans la commune de Bohicon*. Mémoire de maîtrise de géographie. Université d'Abomey-Calavi, 56 p. 2008.

YUNUS, M. *Vers un nouveau capitalisme*. 372 p. 2006.

YVAN, C.; LINDA, L. *Monographie et évaluation du carrefour de relance de l'économie et de l'emploi du centre de québec (CREECQ)*. CRISES, UQAM, Montréal, 108 p. 1998.

SOBRE OS AUTORES



Anderson Pereira Portuguese

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo; Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Doutor em Geografia e Desenvolvimento: Território, Sociedade e Turismo pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha); Pós-Doutor em Geografia Cultural pela Universidade de Brasília. Trabalha com pesquisas em Geografia Cultural, Geografia do Sagrado e Geografia do Turismo.



Mohamed Moudjabatou Moussa

Graduada em Geografia pela université d'Abomey-Calavi (Bénin, 2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (ICH-UFU). Trabalha com pesquisas em Produção do Espaço Rural e Urbano em Benin.

